

CULTURA NO PÓS ALENTEJO- 2020

Estudo elaborado pelo OPAC para a Direção Regional de Cultura do Alentejo

**José Soares Neves¹, Pedro Prista² (Coords.), Sofia Costa Macedo¹
e Jorge Santos³**

¹ CIES-Iscte, OPAC; ² CRIA-IUL; ³ CIES-Iscte, OPAC, DGPC.

Cultura no Pós Alentejo-2020. Estudo elaborado pelo OPAC para a Direção Regional de Cultura do Alentejo em 2020 e 2021 no âmbito do Acordo de Parceria estabelecido a pedido da Direção Regional de Cultura do Alentejo com o ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

O OPAC - Observatório Português das Atividades Culturais é uma estrutura constituída em dezembro de 2018 no Iscte-Instituto Universitário de Lisboa no quadro do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte) que é a instituição responsável pelo seu funcionamento e coordenação científica.

Data: Maio de 2022.

ISBN: 978-972-8048-71-6

Como citar: Neves, José Soares, Pedro Prista (Coords.), Sofia Costa Macedo e Jorge Santos (2022), *Cultura no Pós Alentejo-2020. Estudo elaborado pelo OPAC para a Direção Regional de Cultura do Alentejo*, Lisboa, Observatório Português das Atividades Culturais, CIES-Iscte.

A equipa agradece a todos os que participaram no estudo, em qualquer dos módulos, com a resposta ao inquérito por questionário, que estiveram nos grupos focais ou concederam entrevista. Agradece ainda a Sheila Palomares Alarcón (CIDEHUS-IIFA-UÉ), pela colaboração em especial no desenho metodológico e na realização dos grupos focais, a Catarina Santos Silva pelo apoio em várias fases da pesquisa e a Ana Paula Miranda (OPAC), pela colaboração no trabalho de terreno do inquérito por questionário.

OPAC - Observatório Português das Atividades Culturais

Avenida das Forças Armadas, Iscte, 1649-026 Lisboa,

Edifício Sedas Nunes, sala 2W01

Tel.: + 351 210 464 322

Email: opac.cies@iscte-iul.pt

www.opac.cies.iscte-iul.pt/

Índice

SUMÁRIO EXECUTIVO	7
GLOSSÁRIO	13
APRESENTAÇÃO	14
I - INTRODUÇÃO.....	16
1.1. Objetivos e estado da arte	16
1.2. Contexto e caracterização do quadro base	19
II - METODOLOGIA.....	21
2.1. Análise documental.....	21
2.2. Inquérito por questionário	23
2.3. Grupos focais.....	25
2.4. Entrevistas	29
III – CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO ALENTEJO	31
3.1. População.....	31
3.2. Despesas com cultura.....	32
3.3. A área da cultura na estrutura orgânica dos municípios.....	33
IV – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO	36
4.1. Caracterização da área de cultura dos municípios do Alentejo	36
4.1.1. Instrumentos de gestão	36
4.1.2. Recursos Humanos.....	37
4.1.3. Equipamentos.....	40
4.1.4. Associativismo	43
4.1.5. Redes.....	45
4.2. Avaliação das políticas de cultura municipais 2017-2020.....	48
4.2.1. Políticas e projetos culturais	48
4.2.2. Grau de articulação entre políticas culturais.....	49
4.2.3. Balanço dos eixos estratégicos.....	51
4.3. Programas de financiamento.....	52
4.3.1. O Programa Alentejo 2020: políticas e projetos culturais.....	52
4.3.2. Balanço da participação na concretização do Programa Alentejo 2020.....	54
4.3.3. Grau de articulação do Programa Alentejo 2020	55
4.3.4. Impacto na cultura do PORA2020	56
4.3.5. Articulação com outras fontes de financiamento	57

4.4. Políticas culturais no horizonte 2030	58
4.4.1. Necessidades.....	58
4.4.2. Objetivos estratégicos.....	60
4.4.3. Projetos específicos.....	63
4.4.4. Municípios e entidades privadas lucrativas.....	65
V – GRUPOS FOCAIS.....	67
5.1. Os Grupos Focais CIM.....	67
5.1.1. Balanço das políticas culturais intermunicipais até 2020.....	67
5.1.2. Perspetivas para 2030.....	73
5.2. Os grupos focais de agentes por domínios	83
5.2.1. Balanço das políticas culturais setoriais até 2020	83
5.2.2. Perspetivas sobre 2030	88
5.3. Síntese dos Grupos Focais.....	95
5.3.1. Avaliação do período 2017-2020	95
5.3.2. Propostas para 2030	101
VI – ENTREVISTAS.....	103
6.1. Balanço das políticas culturais no território 2017-2020.....	103
6.2. Perspetivas sobre 2030.....	105
VII – SÍNTESE FINAL.....	107
VIII – BIBLIOGRAFIA.....	113
IX – ANEXOS.....	119
9.1. Questionário	119
9.2. Glossário do inquérito por questionário.....	134
9.3. Resultados do inquérito por questionário.....	137
9.4. Guião grupos focais	144
9.5. Execução dos grupos focais	145
9.6. Documento de apoio aos participantes nos grupos focais.....	146
9.7. Documento de apoio às entrevistas.....	147
9.8. Execução das entrevistas.....	149

Índice de quadros e gráficos

Índice de quadros

Quadro 1 - Participação dos municípios no estudo.....	25
Quadro 2 – Municípios, população residente e densidade populacional da região do Alentejo	31
Quadro 3 – Despesas dos municípios da região do Alentejo por CIM	33
Quadro 4 - Responsável do pelouro da Cultura por sexo, titularidade e cargo	33
Quadro 5 - Organização do setor da Cultura nos municípios.....	34
Quadro 6 – Tipo e organização do setor da cultura por CIM.....	35
Quadro 7 – Extensão dos quadros de pessoal da área da cultura por CIM ...	39
Quadro 8 – Municípios com bibliotecas sede e anexas/polos por CIM	41
Quadro 9 – Municípios com museu de acordo com o modelo de organização municipal por CIM.....	42
Quadro 10 – Municípios com Património cultural imóvel por CIM.....	42
Quadro 11 – Municípios com outros equipamentos municipais com valência cultural por CIM.....	43
Quadro 12 – Municípios com regulamento de apoio ao associativismo e registo das associações culturais do concelho por CIM.....	44
Quadro 13 – Municípios com apoio e associações apoiadas por CIM (2017-2020).....	45
Quadro 14 – Valor dos apoios concedidos pelos municípios por CIM (2020)	45
Quadro 15 – Municípios com candidatura e com projetos aprovados na área da cultura no âmbito do Programa Alentejo 2020 por CIM	52
Quadro 16 – Projetos aprovados na área da cultura pela modalidade de participação no âmbito do Programa Alentejo 2020	53
Quadro 17 – Valor dos projetos aprovados na área da cultura pela modalidade de participação no âmbito do Programa Alentejo 2020	54
Quadro 18 – Municípios com projetos na área da cultura no âmbito de outros programas de financiamento 2017-2021 por CIM.....	57

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Municípios por instrumentos de gestão específicos da área da cultura	36
Gráfico 2 – Cargo do/a responsável pela área da cultura no município	37
Gráfico 3 – Nível de escolaridade do/a responsável pela área da cultura no município	38
Gráfico 4 – Carreira/categoria das equipas da área da cultura no município	39
Gráfico 5 – Municípios com equipamentos culturais por tipo de equipamento.....	40
Gráfico 6 – Integração dos municípios em redes culturais no período 2017-2021.....	46
Gráfico 7 – Integração em redes de equipamentos culturais no período 2017-2021.....	46
Gráfico 8 – Equipamentos culturais em rede, por domínio 2017-2020.....	47
Gráfico 9 – Natureza predominante das redes de equipamentos culturais 2017-2021.....	48
Gráfico 10 – Grau de alinhamento dos eixos estratégicos de atuação do município na área da cultura no período 2017-2021.....	50
Gráfico 11 – Balanço sobre a participação das várias entidades na concretização do Programa Alentejo 2020	55
Gráfico 12 – Grau de adequação da presença da cultura no Programa Alentejo 2020.....	56

SUMÁRIO EXECUTIVO

O propósito deste estudo traduziu-se na realização de cinco objetivos: i) efetuar o levantamento de sete dimensões da atividade dos municípios na área da cultura durante o mandato autárquico iniciado em 2017, designadamente: a caracterização do, ou dos, órgãos autárquicos responsáveis; os instrumentos formais de gestão; os recursos financeiros; os recursos humanos; os equipamentos culturais e o património cultural imóvel sob alçada municipal; redes culturais e programação municipal; o associativismo cultural. ii) caracterizar a avaliação que tanto as entidades como os agentes culturais ativos no território regional e municipal fazem da importância que a cultura assumiu no Programa Operacional Alentejo 2020. iii) identificar e caracterizar as visões estratégicas para a cultura no município e na região Alentejo até 2030. iv) reunir contributos de todas as entidades inquiridas (municipais, intermunicipais, organizações do setor cultural e outros agentes relevantes) para a área da cultura no âmbito do programa da região Alentejo para 2030, designadamente a proposta de indicadores de avaliação e de linhas de intervenção. v) identificar casos de boas práticas em políticas culturais à escala regional, tanto nacionais como internacionais.

A metodologia adotada é mista, quantitativa e qualitativa (Bryman, 2012). Os métodos assumidos neste trabalho, em parte determinados pelo critério da sua comparabilidade com estudos congéneres para outras regiões do país (Gama e Costa, 2020a; 2020b), consistem na conjugação de quatro procedimentos: análise documental, inquérito por questionário, grupos focais e entrevistas.

Do estudo empreendido resultam as seguintes considerações.

Quanto à caracterização da área da cultura nos municípios do Alentejo 2017-20:

O instrumento de gestão mais frequente é a Carta Educativa refletindo o efeito de políticas públicas centrais através da atribuição aos municípios de competências e responsabilidades na rede escolar, na ligação entre escolas e comunidades locais e com equipamentos culturais com destaque para as bibliotecas.

Não existem no quadro municipal do Alentejo, Cartas Culturais e são raros os Planos Estratégicos de Cultura. Em contraponto, são frequentes os Planos de Atividades Culturais, os respetivos relatórios anuais e os regulamentos de utilização de equipamentos culturais, o que sugere as limitações funcionais e de ambição dos municípios na área da cultura.

A responsabilidade pela cultura nos municípios cabe frequentemente à Presidência ou está consagrada num pelouro próprio ou misto e atribuída a titulares com escolaridade superior o que reflete o reconhecimento político da importância da área. Todavia, verifica-se que a atividade desta área está funcionalmente a cargo sobretudo de técnicos e operacionais, e alojada em unidades de serviço limitadas a

assegurar as rotinas correntes de funcionamento e manutenção dos equipamentos municipais.

A frequência de equipamentos culturais municipais, com destaque para bibliotecas, museus e cineteatros, mas também, para além destes a sua grande diversidade, expõem um desfasamento entre os recursos instrumentais e funcionais dos municípios e o potencial de atuação cultural que se encontra sob sua responsabilidade.

As carências instrumentais e as limitações de formação tornam culturalmente menos consequente o reconhecimento político da área de cultura nos municípios, bem como a utilização dos recursos e equipamentos por cuja gestão e orientação cultural pública são responsáveis.

A integração dos municípios em redes, com destaque para as das bibliotecas e as dos museus, está amplamente reconhecida no seu valor e potencial, contudo, os seus perfis diferenciais entre CIM revelam a importância da hierarquia dos centros nas suas dinâmicas e alcance territorial expondo desigualdades e isolamentos a curtas distâncias.

A importância estratégica e funcional do associativismo na área da cultura é reconhecida e está consagrada pelos municípios, mas apresenta discrepâncias e limitações que indiciam e sublinham a carência de instrumentos de política, estruturas e competências municipais culturais que obstem à diminuição dos resultados culturais das associações por fragmentação, descontinuidade e frequente ambivalência de propósitos.

Quanto à avaliação da presença da cultura no Alentejo entre 2017 e 2020:

Os municípios consideraram que neste período, e especificamente no PORA2020, a área de cultura teve pouca expressão, facto que foi agravado pela sua dispersão sectorial e imprecisão conceptual.

Destacaram-se positivamente as intervenções em património e reabilitação como tendo recebido maiores atenções, motivadas frequentemente por urgências de salvaguarda.

Os projetos candidatados e executados durante este período foram avaliados sobretudo por indicadores associados às atividades económicas do sector turístico, o que foi considerado desajustado.

A gestão do PORA2020 na área da cultura foi considerada insuficiente, sobretudo quanto à comunicação, nomeadamente sobre a oportunidade e clareza de informação relativa a avisos de abertura de candidaturas, sobre transparência de procedimentos e sobre apoio à instrução de processos de candidatura cujas exigências requerem competências específicas em que agentes e autarquias se reconheceram fortemente carentes de formação.

Os municípios candidataram com sucesso projetos na área da cultura ao PORA2020, mas fizeram-no tendencialmente a título individual, em dispersão sectorial, mais em resposta a temas das candidaturas abertas do que às reais necessidades por si reconhecidas, mais focados em objetivos locais do que articulados a outros a escalas territoriais superiores e sem a orientação de uma política de cultura regional como referência de conjunto.

Foi assinalada a falta de enquadramento e integração dos concursos e projetos numa política cultural regional, destacando-se, contudo, o papel da DRCA Lentejo que foi considerado positivo.

Quanto a visões estratégicas para a área da cultura nos municípios e na Região no horizonte 2030:

Foi sublinhada a necessidade de uma maior afirmação da importância da área da cultura para o desenvolvimento, nomeadamente através da definição de uma Estratégia e de um Plano Regional de Cultura, orientador e integrador de planos municipais, intermunicipais, de redes e de agentes culturais.

As redes foram reconhecidas como experiências valiosas na superação do isolamento e do distanciamento dos agentes aos centros mais dinâmicos e deverão ser reforçadas e alargadas a mais sectores da área da cultura bem como abalanchadas a âmbitos territoriais mais ambiciosos, mesmo quando descontínuos, tais como os transfronteiriços e inter-regionais.

A ligação entre a cultura e a educação deverá ser intensificada e proporcionar maior interação com as comunidades escolares, nomeadamente através do PNA, da dinamização de projetos envolvendo o Programa Ciência Viva, entre outros recursos locais, regionais e nacionais, a mobilizar de forma colaborativa, preparada e conduzida no quadro de uma programação criativa e exigente.

O incremento da programação cultural nos municípios e o seu desenvolvimento em todas as dimensões requiere um empenho especial na formação e na profissionalização dos quadros autárquicos e dos agentes nos vários sectores, nomeadamente quanto às políticas públicas nacionais e comunitárias na área da cultura, aos procedimentos que os programas de financiamento requerem e à atualização e incremento do conhecimento sobre o campo cultural, os seus debates e dinâmicas.

A atividade turística, que se reconhece como inerente às culturais, será tanto mais importante para a cultura na região quanto menos desligada estiver do desenvolvimento da vida cultural das populações e não apenas das suas atividades económicas.

O património cultural, incluindo o imaterial, deverá manter-se afirmado como prioridade e como base de políticas e programas na cultura, sem o desligar, nem subordinar, às atividades económicas e sobretudo as turísticas, nem diminuir a

resposta à necessidade de estimular a criação, a produção, a programação cruzada entre educação e cultura, a promoção da inclusão e a abertura às culturas imigradas.

O investimento no digital deve ser estimulado, mas de forma cautelosa, de modo a permitir acompanhar e avaliar as suas consequências, não o abandonando apenas à rápida e forte dinâmica que a crise pandémica lhe inculuiu, o que, não obstante trazer vantagens para o acesso às propostas culturais se arrisca a desincentivar a criação de públicos e a favorecer a de simples consumidores culturais individuais.

A mobilização pública para a cultura e a formação de públicos deverá acentuar o papel das associações e o dos agentes de modo a equilibrar a distribuição das iniciativas, diminuindo a pressão sobre as atividades promovidas diretamente pelos municípios.

A política e atividade cultural no horizonte 2030 terá de levar em conta os crescentes desafios à inclusão social lançados, entre outros fatores, pelo envelhecimento, isolamento e diminuição populacional, pelas imigrações, pelas desigualdades internas regionais, e pelas várias figuras de pobreza que a sobreposição das crises financeira, climática e pandémica veio agravar.

Quanto a contributos para a área da cultura no âmbito do Programa Alentejo 2030:

A cultura deve ver reforçada a sua afirmação como factor de desenvolvimento em todas as dimensões e assumida transversalmente no seu papel estratégico em todos os sectores de atividade, e não ficar delimitada dentro do seu sector próprio, cujos contornos conceptuais incertos em vez de estimularem a sua versatilidade e potencial se arriscam a afetar o seu reconhecimento e legitimidade.

O reforço da afirmação da cultura deverá passar pela definição de uma Estratégia e de um Plano Regional de Cultura bem como pela ação da DRCA Alentejo dando continuidade à sua prática de proximidade de escuta, de interação com todas as iniciativas e de reconhecimento de recursos.

Deve ser assegurada formação para todos os responsáveis e agentes em todas as dimensões e níveis da gestão das atividades culturais de modo a suprir as carências dos recursos humanos, garantir uma efetiva qualificação das programações e das suas articulações às políticas públicas regionais, nacionais, internacionais e comunitárias, criando condições para a profissionalização no sector e para a própria capacitação cultural dos intervenientes.

A gestão de programas de financiamento e das respetivas candidaturas deve ser profundamente revista de modo a assegurar uma comunicação eficaz, facilitar a instrução dos processos de candidatura e garantir a transparência dos procedimentos, o que irá exigir forte qualificação específica de recursos humanos e a criação de instancias institucionais dedicadas a mediar e acompanhar a complexa relação entre as políticas públicas e os agentes culturais operativos de modo a garantir elevados níveis de execução dos programas.

Os programas deverão ser definidos de modo a permitir melhorar fortemente a adequação dos seus objetivos às reais necessidades identificadas pelos agentes e pelas autarquias, e não como oportunidades de financiamento a aproveitar em relativa descoincidência entre os avisos de abertura de candidaturas e as prioridades locais assumidas.

Os sistemas de avaliação de execução, resultados e relevância cultural dos projetos deverão ser fortemente melhorados de molde a evitar as distorções induzidas pela utilização de critérios construídos sobre os indicadores disponíveis, mais fáceis de alimentar com informação controlável e em ciclos breves, mas que omitem muitas vezes o fundamental em causa para avaliação.

As redes deverão ser alargadas a mais estruturas, programações e domínios, bem como desdobradas territorialmente de modo a reforçar o seu potencial que foi generalizadamente reconhecido, valorizando o trabalho colaborativo, facilitando a circulação de propostas e de públicos, mitigando isolamentos, racionalizando a utilização de recursos e estimulando a troca, as interações e a criatividade.

As associações situam-se num nível decisivo para a articulação entre populações, públicos, municípios, agentes e projetos culturais, mas apresentam uma extrema diversidade, nomeadamente quanto às suas competências como operadores no sector cultural, devendo ser no futuro próximo mobilizadas criteriosamente para as qualificações necessárias de modo a poderem assumir maior protagonismo tanto localmente como em redes.

A ambivalente instrumentalização da cultura, sobretudo no contexto de atividades económicas com destaque para as turísticas, deverá basear-se numa clara afirmação dos objetivos públicos dos recursos culturais, de promoção da capacitação cultural das populações, da sua participação e mobilização e não apenas enquanto beneficiárias diretas ou indiretas de parte da renda gerada pelas atividades económicas utilizadoras dos valores culturais.

Os recursos digitais deverão ser promovidos como forma de alargar o acesso aos bens culturais e em particular aos de participação restrita, mas cuidando de acentuar a natureza pública, partilhada, co-presencial, direta, democrática e socialmente fundada da experiência da cultura em oposição à do seu simples consumo fechado sobre o individual. Igualmente deverão os recursos digitais ser utilizados como meio de estimular a criatividade, a produção e a comunicação sem, todavia, as encerrar no isolamento da sua própria tecnologia.

A inclusão e a coesão sociais deverão estar entre os objetivos prioritários das estratégias e planos do sector cultural, assumindo com profundidade a complexidade e iminência dos desafios que na atualidade se agudizaram em torno das diferenças, das desigualdades, das injustiças e das tensões que os traduzem.

Deverá ser dada continuidade ao investimento no património, tanto material como imaterial, acompanhando-o de medidas que estimulem a participação e a mobilização públicas para o conhecimento dos valores em causa e para a sua identificação como bem comum.

Deverão ser decididamente postas em ação as medidas previstas no PNA bem como noutras iniciativas anteriores para promover a integração entre cultura e educação assumindo as exigências transformativas que exigem a ambos os sectores e as condições sociais fortemente desiguais onde se irão operar.

GLOSSÁRIO

CCDRA	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
CECHAP	Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Patrimónios
CIM	Comunidade Intermunicipal
CIMAA	Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo
CIMAC	Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central
CIMAL	Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral
CIMBAL	Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo
CIMLT	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
CSC	Conta Satélite da Cultura
DGARTES	Direção-Geral das Artes
DGLAB	Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural
DRCAAlentejo	Direção Regional de Cultura do Alentejo
DRCC	Direção Regional de Cultura do Centro
EREI	Estratégia Regional de Especialização Inteligente (do Alentejo)
FEA	Fundação Eugénio de Almeida
IGAC	Inspeção-Geral das Atividades Culturais
INE	Instituto Nacional de Estatística
MC	Ministério da Cultura
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OPAC	Observatório Português das Atividades Culturais
PORA2020	Programa Operacional Regional do Alentejo 2020

APRESENTAÇÃO

No âmbito da preparação das políticas públicas regionais para a área da cultura no horizonte temporal de 2030, o OPAC-Observatório Português das Atividades Culturais realizou para a Direção Regional de Cultura do Alentejo o estudo de que este relatório dá conta.

O quadro temporal do estudo e a sua conclusão relaciona-se de perto com os constrangimentos decorrentes da Pandemia e dos recursos financeiros da DRCA Alentejo, razão pela qual só agora é feita a sua apresentação pública tendo o mesmo já sido entregue na CCDR-Alentejo e à Senhora Secretária de Estado da Cultura que tutela as DRC por delegação de competências de SE o Ministro da Cultura. De referir ainda que o presente estudo dá também resposta a uma orientação da Senhora Secretária de Estado Adjunta e do Património Cultural em 2020 para todas as DRC de Portugal Continental.

No seu enquadramento mais geral trata-se de um trabalho que vem em linha com os critérios consagrados de boas práticas de governança os quais recomendam que a definição das políticas públicas seja fundada em procedimentos participativos de escuta, envolvimento e avaliação dos ciclos anteriores, tendo em vista assegurar processos igualmente participados, mobilizadores e monitorizáveis de avaliação da eficácia das políticas públicas (Araújo e Rodrigues, 2017; Capucha, 1996; Ferrão e Paixão, 2018; Rodrigues e Adão e Silva, 2012).

O trabalho consistiu em dar resposta a cinco quesitos pré-definidos e incidiu sobre a informação obtida através de análise documental, de um inquérito por questionário lançado a todos os municípios da NUTS II Alentejo e da realização de um conjunto de nove grupos focais com responsáveis e agentes de vários domínios do setor cultural e das CIM, assim como um conjunto de entrevistas a individualidades do setor.

Este relatório está estruturado em sete capítulos. A seguir a esta apresentação segue-se no primeiro capítulo os objetivos e estado da arte, o contexto e a caracterização do quadro, e o método deste estudo no segundo capítulo. Uma caracterização da região Alentejo focada na cultura, a partir de análise documental, é apresentada no terceiro capítulo. No quarto, damos conta dos resultados da aplicação do inquérito por questionário. Nos quinto e sexto capítulos apresentamos os resultados da análise aos grupos focais e das entrevistas realizadas. No sétimo fazemos uma síntese, transversal aos vários procedimentos metodológicos e às

entidades inquiridas em função das cinco perguntas iniciais formuladas nos termos da encomenda deste estudo.

I - INTRODUÇÃO

1.1. Objetivos e estado da arte

O propósito deste estudo traduziu-se na realização de cinco objetivos: i) efetuar o levantamento de sete dimensões da atividade dos municípios na área da Cultura durante o mandato autárquico iniciado em 2017, designadamente: a caracterização do, ou dos, órgãos autárquicos responsáveis; os instrumentos formais de gestão; os recursos financeiros; os recursos humanos; os equipamentos culturais e o património cultural imóvel sob alçada municipal; redes culturais e programação municipal; o associativismo cultural. ii) caracterizar a avaliação que tanto as entidades como os agentes culturais ativos no território regional e municipal fazem da importância que a cultura assumiu no Programa Operacional Regional do Alentejo 2020. iii) identificar e caracterizar as visões estratégicas para a cultura nos municípios e na região Alentejo até 2030. iv) reunir contributos de todas as entidades inquiridas (municipais, intermunicipais, organizações do setor cultural e outros agentes relevantes) para a área da Cultura no âmbito do programa da região Alentejo para 2030, designadamente a proposta de indicadores de avaliação e de linhas de intervenção. v) identificar casos de boas práticas em políticas culturais à escala regional, tanto nacionais como internacionais.

Neste sentido, o trabalho consistiu simultaneamente num levantamento, numa avaliação e num exercício. Consistiu num levantamento por se ter procedido nele a nova, e por vezes reiterada, identificação dos recursos, agentes e estruturas formais ativas no âmbito municipal do território de referência, e também por se ter procurado com ele detetar e caracterizar eventuais casos de boas práticas políticas locais e regionais em referência a modelos nacionais e internacionais.

Consistiu numa avaliação, por se ter apurado, tanto aquilo que os agentes e responsáveis consideram ter sido a sua experiência das políticas culturais entre 2017 e 2020 como aquilo que pensam deverão ser elas num futuro até 2030.

Consistiu também num exercício porque, ao chamar os agentes e responsáveis a formular e debater em grupo a sua opinião avaliativa, e a partir daí a expor os seus planos de futuro, a realização deste trabalho decorreu já como uma prática de integração de intervenientes na construção de um processo participado e informado de governança cultural, aberta à sua continuidade e ao seu desenvolvimento como aprendizagem para a cidadania.

O estudo, baseado não só em fontes documentais oficiais e em dados recolhidos em inquérito por questionário, mas também na opinião avaliativa que os agentes culturais expressaram em grupos focais e em entrevistas sobre políticas culturais confrontou-se com alguns desajustes de delimitação do campo da cultura entre os inquiridos. Se a nível autárquico as áreas do desporto, recreio e animação se têm vindo a distinguir progressivamente das da cultura, e se entre os agentes as exigências de programação vão induzindo a clarificação do “campo”, o setor cultural permanece ainda assim desafiante para a avaliação de políticas públicas, tanto quanto os contornos do conceito de cultura são instáveis ao mesmo tempo que este se situa numa posição nuclear e crítica no desenho das políticas. Daí a importância da sua operacionalização metodológica (Lopes, 1998; Mateus, 2010; Neves, 2008; Neves, 2020) que tem ganho ajuste de recorte na expressão estatística, mas onde a diversidade de fundamentações conceptuais, o cruzamento com outros setores e a plasticidade de dimensões continuam a assinalar instabilidades.

Assim, e em contraponto a esta instabilidade da própria noção de “cultura” tal como é por vezes assumida nos diversos quadros de referência pelos seus vários intervenientes, deve-se ao aperfeiçoamento do aparelho estatístico, à nitidez trazida pela aplicação das políticas públicas em âmbitos territoriais precisos e à sua integração no quadro comunitário uma clarificação que ajuda a compensar as incertezas que a marcam.

Três fatores têm pois contribuído particularmente para melhorar as condições de operacionalização dos reconhecimentos e avaliações no campo da “cultura”: o progresso nos aparelhos estatísticos sobretudo desde os anos 80 do século XX (Bina *et al.*, 2012; ; Eurostat, 2000; Santos, 1998) até à criação Conta Satélite da Cultura pelo INE (2015); as experiências territorialmente situadas incluindo a sua avaliação crítica, sobretudo nos quadros regionais, municipais, das cidades e de redes; e a estrutura e exigências processuais dos planos e programas comunitários que traduzem as políticas de cultura na União Europeia tais como a Agenda Europeia da Cultura (2007) e Nova Agenda Europeia para a Cultura (2018) e Programa Europa Criativa (2021).

Sendo assim, quanto ao seu enquadramento específico, este trabalho situa-se entre outros procedimentos anteriores de reconhecimento e avaliação na área da cultura, ou setores cultural e criativo (AAVV, 2006; Neves, 2008), tributários da progressão ocorrida nos sistemas de informação sobre cultura (Garcia, 2014; Mateus, 2010; Neves, 2000; 2010; 2011; 2012; 2020; Santos, 1998; 2007; Santos, Neves e Santos 2002) e do seu alinhamento internacional (UNESCO, 1986; 2009; 2019) e especialmente

comunitário como o relatório da ESSNet Culture no âmbito do Eurostat (Bina *et al.*, 2012), muito influente no âmbito das estatísticas oficiais nacionais, incluindo em Portugal (INE, 2015).

Deste modo o inquérito lançado às autarquias pôde assumir informação estatística oficial já disponível clarificando a eventual descoincidência entre a representação estatística e a descrição da realidade dada pela entidade responsável. A comparação é interessante, não só pela complementaridade de informação como por tendencialmente compensar por via de uma abordagem ao quadro local as carências ainda resultantes da falta de uma “estratégia política sobre a infraestrutura de informação” (Neves, 2020: 77) a qual defronta problemas de vastidão, complexidade e integração de escalas a que o exercício comparativo local pode trazer um contributo útil.

É aliás o que a avaliação de Políticas Públicas Territoriais tem vindo a fazer em vários setores, incluindo o da cultura. A progressão no desenvolvimento dos aparelhos estatísticos no setor da cultura está diretamente relacionada, histórica e funcionalmente, com a dos modelos de avaliação de políticas públicas e em especial com as que incidem sobre âmbitos territoriais de escala regional e local ou sobre estruturas territoriais cujas articulações e hierarquias permitam reconduzir a sua análise a âmbitos territoriais coerentes à aplicação de políticas públicas.

No campo geral da Avaliação de Políticas Públicas e em particular no quadro das políticas de coesão comunitárias (Barca, 2009) têm sido transpostos, desenvolvidos e adaptados entre nós vários modelos de análise e acompanhamento. (Araújo e Rodrigues, 2017; Capucha, 1996; Ferrão e Mourato, 2010; Ferrão e Paixão, 2018; FPP, 2012; 2013; 2015)

Em especial quanto a Políticas Públicas Territoriais na área da cultura, e para além das redes de equipamentos programadas (Neves, 2005b; Silva, 2004), de alguns setores em especial (Camacho, 2015, 2021; Costa, 2015; Neves, Santos e Lima, 2013); do caso das cidades e “distritos culturais” (Sacco, 2013), são os municípios que têm constituído o principal quadro de referência para as análises (Gama e Costa, 2021; Neves, 2000; Santos, Lima e Neves, 2005; Silva, Babo e Guerra, 2015). As políticas de descentralização administrativa têm estimulado igualmente a consideração de quadros territoriais regionais e locais (Albuquerque, 2006, 2011; Lopes, 2019) a outras escalas e a partir de outros setores de atividade interferentes com o da cultura, como é o caso do turismo (Ferrão, 2015), bem como no âmbito de procedimentos de

Avaliação de Impacto Territorial de políticas comunitárias conexas com as da cultura como é o caso das EREI - Estratégia Regional de Especialização Inteligente (Mourato e Vale, 2018) o do planeamento para a inovação, a I&D e a prospetiva. (Figueiredo e Babo, 2015).

1.2. Contexto e caracterização do quadro base

O período em que decorreu este estudo – dezembro de 2020 a setembro de 2021 – foi, e continua a ser, fortemente marcado por contextos de incerteza e mudança rápida. Os efeitos da pandemia afetaram duramente a execução dos planos das políticas públicas anteriores, na área da cultura e não só (Soeiro de Carvalho e Ribeiro, 2009) interromperam a recuperação dos efeitos depressores da crise financeira iniciada em 2008 e, juntamente com outros impactos negativos já reportáveis à crise climática instalaram uma condição geral negativa de insegurança e incerteza em contraponto à qual as políticas comunitárias e os respetivos recursos orçamentais têm decisivos.

Este trabalho decorreu durante este período de contrastes e mudanças cujas consequências ainda se não esgotaram e que fortemente atingiram todo o setor cultural expondo mais ainda as suas fragilidades anteriores agravadas (Neves, 2021). Daí a importância, acrescida neste momento, de preparar em moldes participativos e fundamentados políticas culturais públicas locais, ponderando o momento muito particular em que um processo de auscultação alargado como este decorre.

De facto, estas circunstâncias, coincidindo por vezes com a conclusão (e início) de ciclos de políticas públicas em 2021, levaram também à confluência durante ou perto do período de execução deste trabalho de novos documentos de planeamento relevantes para o setor da cultura tanto de âmbito comunitário como nacional e regional. Destacamos a Nova Agenda Europeia para a Cultura (2018); o Europa Criativa 2021-2027 (2021); o Novo Bauhaus Europeu (2021); a Carta de Porto Santo (2021); o Plano de Recuperação e Resiliência - Next Generation EU (2021); o Plano Nacional das Artes–Uma Estratégia Um Manifesto 2019-2024 (2019); a Estratégia Nacional do Saber Fazer Português 2019-2024 (2019) e o Programa “Saber-Fazer” 2021-2024 (2020); o documento estratégico Museus no Futuro (Camacho, 2021); o Programa Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030 - Portugal InCoDe.2030 (2017); a Estratégia Alentejo 2030 (2020); a Estratégia Regional

de Especialização Inteligente Alentejo 2030 (2021); e a Estratégia Regional de Desenvolvimento Turístico do Alentejo e Ribatejo 2021-27 (2020).

No seu conjunto, significa isto que o estudo realizado decorreu num contexto de dupla transformação de quadro: aquela que foi trazida pela crise pandémica na esteira de outras imediatamente anteriores, e a do novo planeamento de políticas públicas, ambas aliás fortemente articuladas. Todavia, a mudança rápida que se operou no contexto em que decorreu este estudo não se refletiu só negativamente enquanto incerteza, desorganização e desorientação face aos quadros anteriores. Ela também clarificou, estabilizou e acentuou valores axiais como os da “sustentabilidade verde”, os da inclusão e coesão, e os do potencial do digital, fortemente refletidos nas políticas públicas atuais embora se tenham mostrado desigualmente integrados no discurso dos diversos inquiridos.

Por fim duas notas quanto à caracterização do quadro. Primeiro para lembrar a descoincidência entre o território de competências da DRCAentejo e o da NUTS II Alentejo, pois deste último exclui-se o da NUTS III Lezíria do Tejo cuja administração de cultura depende diretamente dos organismos centrais setoriais (DGPC, DGLAB, DGARTES). Esta descoincidência obriga a assinalar uma distinção que se reflete nos levantamentos e nas interpretações dos dados, tanto mais que permanecem fortes ambiguidades de competências e responsabilidades por esclarecer.

Segundo, quanto aos resultados preliminares dos Censos 2021 e ao retrato da realidade demográfica da região que deles resulta. Acentuaram-se tendências que já se assinalavam nos censos anteriores tais como a perda de população em agravada assimetria territorial, mas também o dinamismo da imigração em localizações específicas sobretudo no Alentejo Litoral. Este quadro, cujos contornos começam agora a revelar-se na sua extensão, assinala uma dissonância entre representação e realidade social no Alentejo que não é alheia a outras e traz reflexos inevitáveis sobre a ponderação e projeção futuras das políticas autárquicas e regionais de cultura.

II - METODOLOGIA

A metodologia adotada é mista, quantitativa e qualitativa (Bryman, 2012). Os métodos assumidos neste trabalho, em parte determinados pelo critério da sua comparabilidade com estudos congêneres para outras regiões do país (Gama e Costa, 2020a; 2020b), consistem na conjugação de quatro procedimentos: análise documental, inquérito por questionário, grupos focais e entrevistas.

2.1. Análise documental

A análise documental tomou por base os documentos orientadores em diversos níveis e a informação estatística sobre População e Território na NUTS II Alentejo, integrando já os resultados preliminares disponíveis dos Censos 2021.

Sobre esta base que designamos por Caracterização do Quadro Base, foram organizados dois subconjuntos documentais. O primeiro, que designamos por Referenciais de Enquadramento é composto pelos instrumentos orientadores e legais de planeamento com relevância para as políticas públicas de cultura na área territorial deste estudo e cuja implementação se reflete em responsabilidades das autarquias.

Está organizado por escala institucional em Internacionais, Nacionais, Regionais e Locais. A nível internacional e nacional foram assumidos os seguintes documentos: Agenda 21 da Cultura; Nova Agenda Europeia para a Cultura; Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, Iniciativa para o Desenvolvimento Urbano Sustentável – Nova Agenda Urbana; Plano Nacional das Artes – Uma Estratégia Um Manifesto 2019-2024; Estratégia Nacional do Saber Fazer Português 2019-2024 e Programa Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030 - Portugal InCoDe.2030 (2017-2030).

A nível regional foram assumidos documentos a dois subníveis – NUTS II Alentejo e Comunidades Intermunicipais (CIM). Resultou o levantamento dos seguintes elementos: Grandes Opções do Plano (CIM); Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (CIM); Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (CIM); Contributo Regional para a Estratégia Nacional Portugal 2030 (CCDRA) (2017-2021); Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo (CCDRA) (2014 - 2020); Programa Alentejo 2020; Documento Estratégico Turismo Alentejo 2014-2020 (Turismo do Alentejo, ERT).

Já a nível local, a documentação pertinente apresenta maior diversidade à sua classificação e envolve instrumentos de planeamento e de política setorial municipal, mas também relatórios de atividades, regulamentos e cartas educativas e culturais resultando num conjunto mais heterogéneo, mas muito rico para a análise posterior.

O segundo subconjunto (Caracterização estatística) está organizado em bases de dados e foi construído a partir de fontes primárias e secundárias.

Nas fontes primárias incluímos toda a informação disponibilizada nos *web sites* municipais e das CIM. A esta informação juntámos ainda a resultante de uma pesquisa exploratória a entidades do setor privado lucrativo e não lucrativo, relevantes no setor cultural regional, o que resultou na identificação de 667 referências.

Mais especificamente, constituíram fontes primárias: sítios internet dos 58 municípios da NUTS II quanto à cultura na legislatura 2017-2021; orgânica administrativa municipal, responsáveis, programas, instrumentos e regulamentos; sítios das cinco CIM (orgânica, responsáveis, áreas culturais); entidades do setor privado - lucrativo e não lucrativo - com atuação no setor cultural; identificação de agentes culturais, empresas, associações e, inclusive feiras e festivais, entre outros, com relevância no território. Foram apuradas 667 referências.

Quanto às fontes secundárias recorreremos às estatísticas oficiais, cruzando os dados do INE e do MC sobre a oferta e procura cultural na região. Fizemos ainda um levantamento dos projetos do setor da cultura, aprovados e apoiados no âmbito do Programa Alentejo 2020, o que resultou na identificação de 189 entradas.

Mais especificamente, constituíram fontes secundárias sobre oferta e procura culturais na região, fontes estatísticas oficiais e estatísticas setoriais da área da cultura: INE; DGLAB; IGAC; DGPC; DGARTES. Alentejo 2020 - Projetos aprovados e apoiados no setor cultural. Foi ainda considerada a informação produzida pelo OPAC no âmbito do Património Cultural Imóvel, e mais especificamente dos monumentos nacionais (Neves *et al.*, 2020); neste domínio cultural foi ainda tido em conta o recente estudo sobre o valor económico e social do património (Gonçalves, Tavares e Carvalho, 2020). Foi realizada uma pesquisa cruzada na informação existente por palavras relacionadas com o domínio e subdomínios culturais (prioridade de Investimento - ponto 3 conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do

património natural e cultural; nome do projeto, resumo). Foram apurados 189 projetos apoiados relacionados com cultura,

Resultou deste levantamento a criação de uma Coleção de Referenciais de Enquadramento e de cinco Bases de Dados construídas a partir da compilação de seis Conjuntos de Informação Estatística correspondentes a outras tantas dimensões analíticas: População e Território; Oferta Cultural; Procura Cultural; Despesas em Atividades Culturais e Criativas; Projetos Culturais e Despesas Elegíveis no Alentejo 2020; Identidade do responsável pelo pelouro da cultura e estrutura orgânica do município.

A estrutura de organização do fundo documental resultou na seguinte árvore:

Caracterização do Quadro Base.

Subconjuntos:

Primeiro - Referenciais de Enquadramento.

Internacional.

Nacional.

Regional.

Local.

Setorial.

Segundo - Fontes estatísticas

Primárias.

Secundárias.

2.2. Inquérito por questionário

Outro dos instrumentos de recolha no estudo, quantitativo, foi o inquérito por questionário, autoadministrado, aplicado em computador - *web survey* (Bryman, 2012), através da plataforma especializada *Qualtrics*, alojada no servidor do Iscte.

Os objetivos eram a identificação e caracterização das políticas de cultura dos municípios na região durante o ciclo 2017-2021 (segundo as suas estruturas e instrumento de gestão; recursos financeiros e humanos; equipamentos culturais e associativismo); a avaliação das políticas e dinâmicas regionais de cultura para o

mesmo período; a participação e avaliação de programas de financiamento; e a caracterização da visão estratégica dos municípios para as suas políticas culturais até 2030.

Nesse sentido, o questionário foi estruturado em quatro dimensões de análise (ver anexo 9.1) - Caracterização da área da cultura do município; Políticas culturais desenvolvidas no período 2017-2021; Programas de financiamento; Políticas culturais no horizonte 2030. Estas dimensões dividiram-se em 13 sub-dimensões. Era composto por um total de 41 perguntas das quais 28 fechadas e 13 abertas. As perguntas fechadas prevalecem neste questionário dada a sua natureza como instrumento de inquérito e a necessidade de assegurar condições de rigor no posterior tratamento de dados e interpretação de resultados. As perguntas abertas situam-se em grande parte na quarta dimensão atrás enunciada - na verdade constituída apenas por perguntas deste tipo - de natureza prospetiva, visando recolher as perspetivas futuras pensadas pelos municípios. Para melhor entendimento o questionário era acompanhado de um glossário com as noções utilizadas (anexo 9.2).

Após a transposição do questionário para a plataforma *Qualtrics* foi realizado um pré-teste por convite junto de cinco municípios - Castelo de Vide, Évora, Ponte de Sor, Santarém e Vendas Novas - selecionados de acordo com um conjunto de características de modo a assegurar a diversidade de realidades identificadas na fase exploratória. Este compreendeu duas fases: uma primeira, onde os responsáveis pelo pelouro/área da cultura procederam ao preenchimento ao questionário e, uma segunda, que correspondeu ao contacto posterior com cada um desses responsáveis de forma a poder validar os procedimentos internos, os aspetos formais e os de conteúdo. Responderam os municípios de Castelo de Vide, Santarém e Vendas Novas.

O universo é constituído pelos 58 municípios que integram as cinco CIM da NUTS II Alentejo.

Quanto à comunicação do estudo, a DRCA Alentejo procedeu ao envio inicial no dia 19 de março de 2021 de um *email* dirigido aos/às presidentes dos municípios com a informação referente aos objetivos do estudo e ao convite à participação no inquérito.

O trabalho de terreno foi iniciado pelo OPAC no dia 22 de março de 2021 com o envio do *email* dirigido aos/às responsáveis pela área da cultura dos 58 municípios com o

acesso ao questionário através de *link* individualizado. A aplicação decorreu até ao dia 13 de julho de 2021. Foram realizadas cinco insistências – três por *email* e duas por contacto telefónico.

No total acederam à plataforma 55 municípios, o que corresponde a 95% do universo do inquérito (quadro 1). No entanto, o número que submeteu o questionário é 47 municípios. A taxa de resposta é de 81%. Observando por CIM, verifica-se que a taxa varia entre a totalidade de respostas por parte dos municípios da CIMAL e os 64% da CIMAC.

Quadro 1 - Participação dos municípios no estudo

Indicadores	n	%
Universo	58	
Acessos à plataforma	55	94,8
Respostas submetidas (amostra)	47	81,0
CIMAC	9	64,3
CIMAL	5	100,0
CIMAA	12	80,0
CIMBA	11	84,6
CIMLT	10	90,9

Fonte: OPAC, PRCA, 2021.

Nesse sentido, 47 é a base quantitativa da amostra e dos resultados que se apresentam. As respostas foram validadas, tratadas e analisadas com o programa informático Excel. No processo de validação foi necessário voltar a contactar uma dezena de municípios no sentido de se proceder ao esclarecimento ou retificação de respostas ao questionário.

Os resultados serão objeto de análise em capítulo específico. Os resultados por CIM constam do anexo 9.3.

2.3. Grupos focais

A realização de grupos focais visou complementar a informação de natureza predominantemente quantitativa obtida através do inquérito por questionário, identificando as figuras que assumem as representações dos mesmos temas no discurso produzido no decorrer da dinâmica de debate entre representantes de

posições distintas. Pretendeu-se obter assim uma configuração das diversas opiniões no seu conjunto e na sua plasticidade, o que habitualmente permite qualificar e detalhar os resultados da análise dos questionários e afinar a sua interpretação.

Considerou-se relevante a dinamização de dois conjuntos de grupos focais: um primeiro conjunto direcionado para as CIM e um segundo conjunto tendo como foco os seis domínios analisados na CSC (INE, 2015): Arquivos; Artes do Espetáculo; Artes Visuais; Audiovisual e Multimédia; Bibliotecas; Património Cultural.

Para a construção deste procedimento foi efetuado um levantamento de bibliografia de apoio técnico à sua execução (Bryman, 2012; Hollander, 2004; Santos, 2017), com ênfase em condições adaptadas, impostas pela impossibilidade de realizar presencialmente os grupos focais (Lobe, 2017; Silva, Veloso e Keating, 2014;), aconselhando, nessa circunstância, o recurso a plataforma *Zoom* (Archibald *et al.*, 2019).

Apesar de a presença física ser um fator importante para a comunicação e dinâmica do processo de realização dos grupos focais, verificou-se que a concretização das sessões *online* poderia ser preparada no sentido de minimizar os efeitos negativos da presença virtual e proporcionar vantagens compensatórias tanto na gestão da dinâmica dos debates como na sua análise posterior.

Os quatro objetivos dos grupos focais definiram-se em torno de dois grandes eixos de reflexão: uma análise retrospectiva e uma visão prospetiva e foram os seguintes:

- 1) Refletir sobre as Políticas Culturais desde 2015;
- 2) Refletir sobre a dimensão cultural do Programa Alentejo 2020;
- 3) Promover o debate sobre a geração de ideias para a estratégia cultural da região até 2030;
- 4) Reunir contributos sobre a dimensão cultural do próximo programa operacional da região.

Quanto aos participantes em cada grupo focal, definiu-se que o número seria entre quatro e seis elementos, apoiados por um moderador, aspeto relevado na bibliografia metodológica consultada, no caso específico de sessões *online*. Para além do moderador, sempre visível na plataforma digital, os membros da equipa estavam presentes em modo não visível como observadores.

Nas sessões com as CIM procurou-se, sempre que possível, que o grupo fosse composto por elementos com contacto com a dimensão cultural e os financiamentos a esta destinados, adotando-se uma composição modelo que incluía representantes de diferentes órgãos e serviços de cada CIM (Conselho Intermunicipal, Assembleia Intermunicipal, Secretariado Executivo, Serviços Técnicos relacionados com Fundos Comunitários, e/ou Cultura, Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal), representantes de diferentes municípios de cada CIM, com alguma relação com projetos culturais desenvolvidos e ainda representantes de parceiros da CIM, especificamente entidades envolvidas em algum projeto do Alentejo 2020 e/ou em algum projeto cultural desenvolvido pela CIM. A composição dos grupos focais das CIM foi elaborada tendo em conta as indicações da CIM de cada região em colaboração com a equipa de investigação.

Nas sessões direcionadas para os vários domínios foram convidadas entidades e profissionais dos vários domínios, privilegiando a presença de diferentes elementos de várias NUTS III agrupados pelos domínios culturais já referidos. A composição destes grupos focais seguiu as indicações da DRCAentejo, em colaboração com a equipa de investigação, a partir do levantamento inicial de agentes envolvidos em projetos culturais decorridos no âmbito do programa Alentejo 2020.

A partir da estrutura de inquérito previamente aplicada a todos os municípios da região NUTS II e com base nos quatro objetivos do estudo, estruturou-se um guião para ser aplicado na realização dos grupos focais (anexo 9.4). O tempo de duração máximo de cada sessão foi de 120 minutos sendo os intervenientes interpelados a refletir e debater sobre:

- 1) As Políticas Culturais na região Alentejo (tomando como referência o ano de 2017), incluindo a importância estratégica da cultura no desenvolvimento regional e as linhas gerais da política cultural regional mais relevantes;
- 2) A dimensão cultural do Programa Alentejo 2020, sobretudo da presença da Cultura nos vários eixos e ações do Programa e da sua capacidade de concretização, dos impactos do programa no território;
- 3) A Estratégia e Política Cultural Regional no horizonte temporal 2020-2030, procurando identificar as principais necessidades na área da cultura, os objetivos estratégicos da política cultural regional, e os principais investimentos a considerar;

- 4) A dimensão cultural no próximo Programa Operacional Regional do Alentejo, com as principais tipologias de ações a considerar, o conjunto de objetivos específicos e ainda os indicadores de realização e de resultado a serem incorporados no Programa Operacional.

Os grupos focais decorreram sob um modelo em que foi possível o aprofundamento de algumas ideias em debate.

Foram organizados nove grupos focais – cinco com as CIM (que representa a totalidade das CIM na região NUTS II); quatro com os agentes e profissionais dos setores cultural e criativo (anexo 9.5). Neste último conjunto foram agregados alguns domínios: Arquivos e Bibliotecas; Artes Visuais e Multimédia. A estes dois grupos focais juntaram-se os do domínio do Património Cultural (incluindo todos os subdomínios – Locais históricos, Museus, Património Imaterial e Sítios arqueológicos) e das Artes Performativas (incluindo Música, Dança, Teatro, Artes combinadas, Outros espetáculos ao vivo). Todas as sessões decorreram através de meios digitais, recorrendo a sessões síncronas *online* apoiadas pela plataforma *Zoom* (Archibald *et al.*, 2019).

O convite para a participação nos grupos focais foi efetuado através de *email*, seguido de contacto telefónico em alguns casos, tarefa executada pela equipa do OPAC. No caso do conjunto das CIM, o pedido de participação e colaboração foi reforçado pela DRCA Alentejo. Os grupos focais decorreram entre 24 de maio e 8 de junho de 2021, por vezes com duas sessões, uma da parte da manhã e outra da parte da tarde. Contaram com um total de 49 participantes, 33 nas CIM e 16 nos agentes. As sessões foram moderadas por um membro da equipa, estando os restantes a participar no modo invisível.

Os participantes receberam previamente um documento de apoio à sessão contendo uma explicação sumária dos objetivos do estudo e o modelo de funcionamento do grupo focal (anexo 9.6). Foram salvaguardadas as questões referentes ao anonimato dos participantes, bem como foi solicitada, através de formulário de consentimento informado (ver anexo 9.7), a autorização para a utilização, para fins meramente científicos, do registo áudio e vídeo, que foi realizado em todas as sessões. Os trabalhos foram ainda apoiados por uma ficha de campo, contendo os registos das sessões.

Os registos de áudio foram transcritos numa primeira fase, através de um *software* específico e adequado, para um formato em bruto. Posteriormente, numa segunda

fase, a transcrição "raw" foi revista e corrigida pelos membros da equipa observadores dos grupos focais, produzindo um texto passível de ser analisado.

Depois de validadas as transcrições, iniciou-se o processo de análise de conteúdo. Esta análise incidu sobre cada grupo focal individualmente e ainda sobre o conjunto de grupos focais, tal como constituídos inicialmente (CIM e Agentes Culturais).

2.4. Entrevistas

A realização de entrevistas individuais teve como objetivo complementar o trabalho metodológico realizado com o inquérito por questionário e os grupos focais, sobretudo a caracterização da avaliação feita pelos municípios, CIM e outras entidades dos setores cultural e criativo das políticas e dinâmicas regionais de cultura para o mesmo período, a caracterização da visão estratégica dos municípios para as suas políticas culturais até 2030 e ainda recolher propostas e sugestões quanto a objetivos específicos, investimentos, ações e indicadores de resultados de políticas públicas de cultura na região.

As entrevistas foram executadas segundo protocolo aberto, a dirigentes e funcionários de instituições públicas e privadas com intervenção regional na área da cultura e a agentes individuais e protagonistas culturais com atividade na região.

O convite para a participação nas entrevistas foi efetuado através de *email*, seguido de contacto telefónico em alguns casos, tarefa executada pela equipa do OPAC. As entrevistas foram preparadas de acordo com um guião, que tinha na sua base a estrutura temática do questionário, assim como o guião proposto para as sessões dos grupos focais.

Os participantes receberam antecipadamente a estrutura da entrevista (anexo 9.7), contendo os objetivos da mesma, os temas em análise e o modelo de realização (com indicação do *link* no caso das entrevistas *online*). Receberam ainda o consentimento informado para a gravação em áudio e vídeo das mesmas, sendo o anonimato dos intervenientes garantido e apenas utilizado o conteúdo para a sua interpretação.

Foram realizadas três entrevistas individuais entre os dias 4 e 14 de junho de 2021, em formatos mistos: quer *online* através da plataforma *Zoom*, quer já em regime presencial, (a última entrevista), possibilitado pelo início do processo de desconfinamento (anexo 9.8).

O método de transcrição e de análise dos conteúdos seguiu o mesmo modelo do adotado para o tratamento da documentação produzida no âmbito dos grupos focais.

III – CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO ALENTEJO

A caracterização da região é aqui feita a partir da análise documental de fontes primárias e secundárias tal como atrás referido.

Assim, a região NUTS II Alentejo é constituída por 58 municípios organizados em cinco CIM. Do ponto de vista da administração desconcentrada da cultura deve ser mencionado que só parcialmente coincide com a área de intervenção da Direção Regional da Cultura do Alentejo (DRCAAlentejo): a CIMLT integra a região NUTS II, mas está fora do âmbito desta.

Nas CIM a definição orgânica dos pelouros e das competências na área da Cultura são diferenciados (pode nem existir pelouro atribuído) o que tem implicações do ponto de vista do acompanhamento de projetos e da articulação com os municípios.

3.1. População

O quadro 2 detalha a distribuição dos municípios e da população residente pelas cinco CIM. Permite evidenciar a diminuição da população em todas as CIM entre os dois últimos anos censitários. A variação na região é de -6,9%, quando no país é de -2,1%. Note-se que Odemira registou a maior variação negativa no período no conjunto dos 308 municípios em que o país se divide, com -13,5%.

Quadro 2 – Municípios, população residente e densidade populacional da região do Alentejo

	Municípios (n)	População residente 2011 (n)	População residente 2021 (n)	Densidade populacional 2021 (n/km2)
Portugal	308	10 562 178	10 344 802	112,2
Alentejo	58	757 302	704 707	22,3
Alentejo Litoral	5	97 925	96 485	18,2
Baixo Alentejo	13	126 692	114 889	13,4
Lezíria do Tejo	11	247 453	235 892	55,2
Alto Alentejo	15	118 506	104 930	17,2
Alentejo Central	14	166 726	152 511	20,6

Fontes: INE, Sistema integrado de nomenclaturas estatísticas; INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011 e 2021, atualizado em dezembro de 2021; e INE a partir de Direção-Geral do Território.

Nota: Dados provisórios para a população residente em 2021.

Outros dados que o Censos 2021¹ revela é o envelhecimento populacional, patente no aumento da população com 65 e mais anos (é o único escalão etário que regista crescimento), e a melhoria dos níveis de qualificação da população com o aumento significativo da população com o secundário/pós-secundário e também com o superior.

Noutro plano, verificou-se um aumento significativo em 2020 da população imigrada face ao ano transato nos distritos da NUTS II Alentejo, com destaque para Beja e Santarém (+15,8% e 15,5%, respetivamente), seguidos de Portalegre e Évora, embora num patamar significativamente mais baixo (+8,8% e 6,6%, respetivamente) (SEF/GEPE, 2021).

3.2. Despesas com cultura

Na caracterização da área da cultura nos municípios a despesa é um indicador significativo. Segundo um estudo anterior (Neves, 2000) a formação da despesa, o rácio despesa/população, a tipologia de áreas urbanas, a orientação política da autarquia, os diversos setores culturais, as suas várias funções culturais e o tipo de relação em que se encontram relativamente às áreas metropolitanas são fatores a abordar a partir de fontes documentais permitindo interpretar o significado dos orçamentos municipais de cultura e a sua execução.

As despesas com atividades culturais e criativas na região Alentejo representaram em 2020 6,6% da despesa total, ou seja, um valor nove décimas percentuais acima da média nacional (quadro 3).

Estas percentagens são mais acentuadas no Baixo Alentejo (7,5%) e em especial no Alentejo Central (atinge aqui os 9,0%), ao passo que nas CIM Alentejo Litoral (5,2%) e sobretudo Lezíria do Tejo (4,5%) se situam abaixo da média. As discrepâncias do ponto de vista da despesa *per capita* são acentuadas, e atingem uma proporção de três para um: entre €100 no Alto Alentejo e €33 na Lezíria do Tejo.

¹ https://censos.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html.

Quadro 3 – Despesas dos municípios da região do Alentejo em atividades culturais e criativas por CIM

	Despesa em atividades culturais e criativas em 2020 (mil euros)	Peso da despesa em atividades culturais e criativas no total da despesa (%)	Despesa em atividades culturais e criativas <i>per capita</i> (euros)
Portugal	470 475	5,7	45,5
Alentejo	51 619	6,6	73,2
Alentejo Litoral	6 706	5,2	69,5
Baixo Alentejo	11 342	7,5	98,7
Lezíria do Tejo	7 845	4,5	33,3
Alto Alentejo	10 494	6,8	100,0
Alentejo Central	15 233	9,0	99,9

Fontes: INE, Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais; INE a partir de Direção-Geral das Autarquias Locais; e INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021.

Nota: Dados atualizados a dezembro de 2021. Dados provisórios para a população residente em 2021.

3.3. A área da cultura na estrutura orgânica dos municípios

A análise documental realizada no âmbito do presente estudo incidiu também em recolha de dados sobre o pelouro da Cultura nos municípios da região. Um primeiro dado refere-se à atribuição maioritária desse pelouro a homens (53%), sendo que em perto de 14% dos municípios essa responsabilidade é partilhada (quadro 4).

Quadro 4 - Responsável do pelouro da Cultura por sexo, titularidade e cargo

Percentagem em coluna

Sexo	%
Feminino	32,8
Masculino	53,4
Não determinado (ex: diversos responsáveis)	13,8
Titularidade do pelouro	
Em exclusivo	72,4
Partilhado	22,4
Não disponível	5,2
Cargos	
Único, dos quais...	72,4
<i>Vereador(a)</i>	39,7
<i>Presidente</i>	20,7
<i>Vice-Presidente</i>	12,1
Partilhado	22,4
Não disponível	5,2

n = 58

Fonte: OPAC, PRCA, 2021, a partir dos sites dos municípios.

Por outro lado, em cerca de três em cada quatro municípios (72%) a titularidade é exclusiva, ao passo que em um em cada cinco é partilhada por dois ou mesmo três titulares. Quanto o cargo é ocupado em exclusivo a opção mais frequente é o/a vereador/a (40%), mas a sua atribuição ao presidente é também comum (21%).

Do ponto de vista do tipo de unidade orgânica, a opção, largamente maioritária, incide na Divisão (77%) (quadro 5). Outro dado refere-se à organização da estrutura da Cultura: em apenas 7% dos municípios é exclusiva, na maioria (64%) é partilhada com outras áreas (e.g. Cultura e Turismo; Património, Cultura e Ciência; Cultura e Educação), e em 29% dos municípios são as outras áreas que asseguram a responsabilidade pela Cultura (e.g. Divisão de Intervenção Social; Divisão de planeamento).

Quadro 5 - Organização do setor da Cultura nos municípios
Percentagem em coluna

Tipo de unidade orgânica	%
Divisão	77,6
Unidade	15,5
Serviço	6,9
Organização da estrutura	
Exclusiva (apenas área da Cultura)	6,9
Partilhada (Cultura e outras áreas)	63,8
Outra (apenas outras áreas)	29,3
Áreas de partilha (*)	
Social #	64,9
Desporto	43,2
Educação	32,4
Património	16,2
Turismo	16,2
Juventude	10,8
Administração geral	5,4
Jurídica	2,7
Valorização do Capital Humano	2,7
Distribuição das áreas da Cultura	
Concentradas (na mesma Estrutura)	93,1
Desconcentradas (em várias Estruturas)	6,9

n = 58; (*) n = 37

Fonte: OPAC, PRCA, 2021, a partir dos *sites* dos municípios.

Nota: # na área Social incluem-se várias designações existentes: Ação Social (16 casos); Desenvolvimento Social (4); Assuntos sociais (2) e Intervenção Social (2).

O pelouro da Cultura está mais associado à área Social (65%) e às áreas do Desporto (43%) e da Educação (32%), valorizando assim a vertente instrumental da cultura. Mas

há outras opções, designadamente a ligação a um domínio cultural em específico (o Património), evidenciando a relevância em alguns municípios desse domínio, tal como a articulação com o turismo (ambas com 16%).

Na ótica do tipo de estrutura por CIM (quadro 6), a opção pela Divisão é a que colhe maior adesão, como se viu acima e aqui se confirma. Verifica-se grande homogeneidade por esta opção no Alentejo Litoral (100%). O Serviço tem maior expressão na CIM Alto Alentejo (20%), e a Unidade no Baixo Alentejo (31%) e Lezíria do Tejo (18%).

Quadro 6 – Tipo e organização do setor da cultura por CIM
Percentagem em linha

CIM	Tipo de estrutura			Total
	Divisão	Serviço	Unidade	
Alentejo Central	78,6	0,0	21,4	100,0
Alentejo Litoral	100,0	0,0	0,0	100,0
Alto Alentejo	80,0	20,0	0,0	100,0
Baixo Alentejo	61,5	7,7	30,8	100,0
Lezíria do Tejo	81,8	0,0	18,2	100,0
Total	77,6	6,9	15,5	100,0

CIM	Organização da área da Cultura			Total
	Exclusiva	Partilhada	Outra	
Alentejo Central	0,0	64,3	35,7	100,0
Alentejo Litoral	20,0	60,0	20,0	100,0
Alto Alentejo	6,7	60,0	33,3	100,0
Baixo Alentejo	15,4	76,9	7,7	100,0
Lezíria do Tejo	0,0	54,5	45,5	100,0
Total	6,9	63,8	29,3	100,0

n = 58.

Fonte: OPAC, PRCA, 2021, a partir dos *sites* dos municípios.

Nota: Exclusiva (apenas área da Cultura); Partilhada (Cultura e outras áreas); Outra (apenas outras áreas).

A opção pela partilha de áreas, incluindo a Cultura, é também maioritária em todas as cinco CIM. A organização exclusiva na área da Cultura tem alguma expressão no Alentejo Litoral e no Baixo Alentejo. Por outro lado, a opção em que a Cultura está situada noutra(s) áreas apenas apresenta um valor residual no Baixo Alentejo (8%).

IV – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

A recolha de informação primária ao nível do município foi realizada com um inquérito por questionário, como anteriormente descrito. São quatro as dimensões que o organizam e cujos resultados se explicitam seguidamente: caracterização da área de cultura dos municípios da região; avaliação das políticas de cultura municipais no período 2017-2020; programas de financiamento; e políticas culturais para 2030.

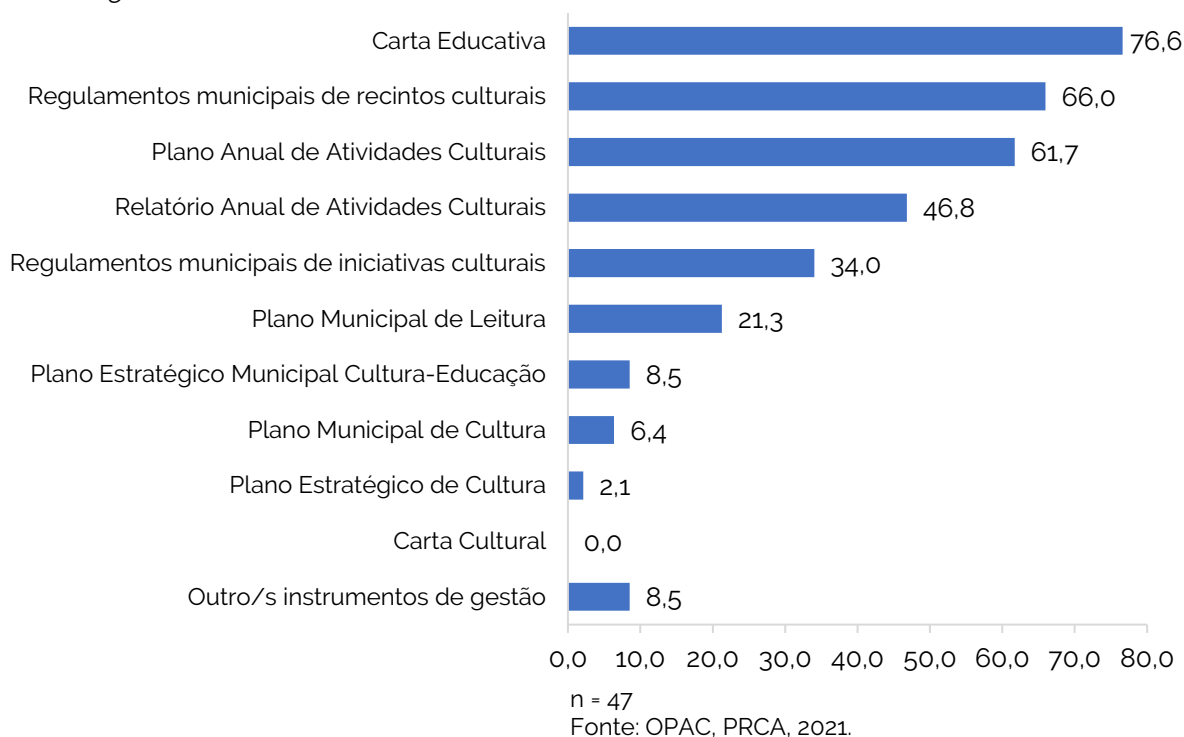
4.1. Caracterização da área de cultura dos municípios do Alentejo

4.1.1. Instrumentos de gestão

Os instrumentos de gestão mais frequentes nos municípios são a Carta Educativa (o mais referido para oito em cada 10 municípios), o Plano e respetivo Relatório de Atividades Culturais e o Regulamento de Recintos, com percentagens acima dos 47% (gráfico 1). Variações entre CIM poderão resultar de diferentes inserções dos mesmos instrumentos de gestão em documentos diferentes.

Gráfico 1 – Municípios por instrumentos de gestão específicos da área da cultura

Percentagem



São inexistentes as Cartas Culturais ou os Planos Estratégicos de Cultura mostrando que os Planos de Atividades Culturais não evoluíram para instrumentos mais ambiciosos e exigentes. Contudo, assinala-se a muito mais frequente ocorrência de Planos de Leitura, aspeto a relacionar com a constância e relevância local das Bibliotecas e da sua rede, impulsionados pelos Plano Nacional de Leitura (atualmente PNL 2027).

Constata-se igualmente a frequência maior de Cartas Educativas, derivado do efeito da atribuição aos municípios de competências e responsabilidades na rede escolar e na ligação entre escolas e comunidades locais.

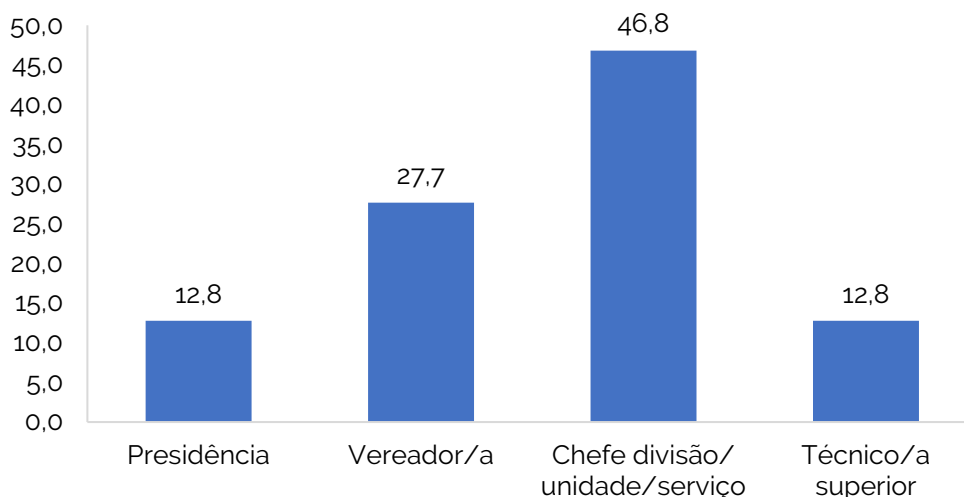
4.1.2. Recursos Humanos

4.1.2.1. Responsável pela área da cultura

O perfil dos recursos humanos afetos à cultura nos municípios dá uma imagem do significado do setor na política autárquica local. O facto de a responsabilidade pela cultura caber à Presidência ou a uma Vereação indicia reconhecimento e valorização do setor (em conjunto representam 40%), mas a sua atribuição mais frequente a Chefias de Divisão, Unidade ou Serviço (47%) reflete não só esse reconhecimento como a sua estabilidade institucional (gráfico 2).

Gráfico 2 – Cargo do/a responsável pela área da cultura no município

Percentagem



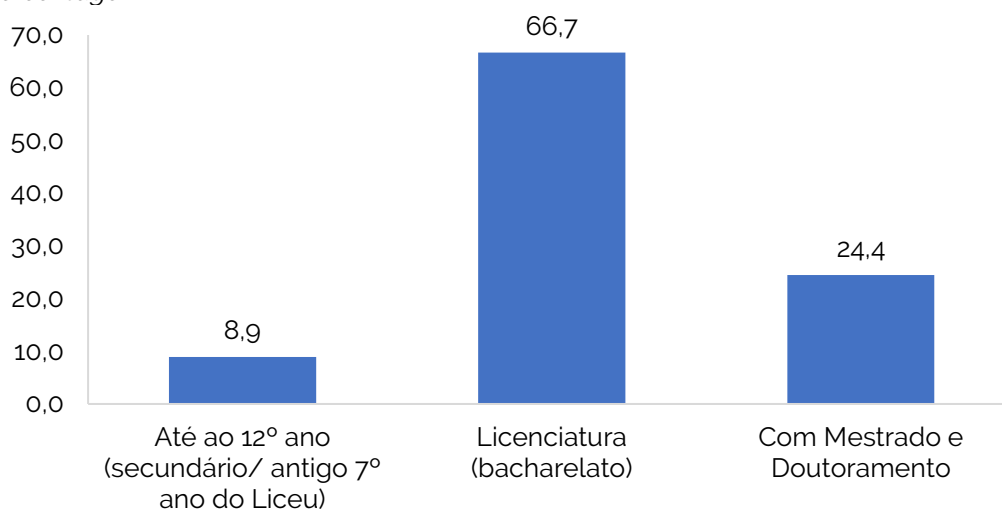
n = 47.

Fonte: OPAC, PRCA, 2021.

Quanto à escolaridade, a esmagadora maioria dos/as responsáveis pela área da cultura possui um nível de ensino superior, destacando-se para dois terços a licenciatura (bacharelato) e um quarto com mestrado e doutoramento. Ainda assim 9% tem até ao 12º ano (gráfico 3).

Gráfico 3 – Nível de escolaridade do/a responsável pela área da cultura no município

Percentagem

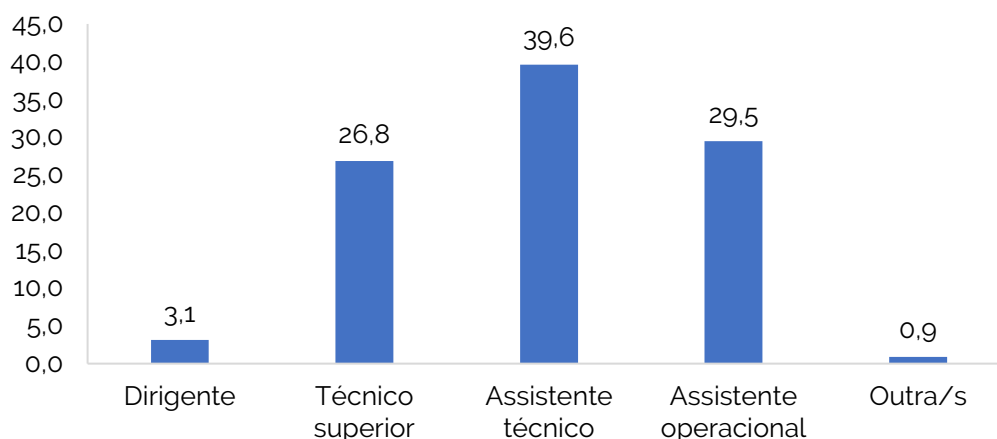


n = 45.

Fonte: OPAC, PRCA, 2021.

4.1.2.2. Equipas da área da cultura

O pessoal afeto à área da cultura nos municípios tem estatuto e funções predominantemente técnicas e operacional (em conjunto representam 69%), o que deverá estar relacionado com o tipo de equipamentos geridos pela autarquia e no seu conjunto indiciar a natureza da relação da autarquia à área da cultura em geral. Esta estrutura, vista à luz do nível médio de escolaridade dos responsáveis aponta prováveis carências de formação específica mais exigente e daí eventuais dificuldades para acompanhar e dar resposta a dinâmicas mais desafiantes (gráfico 4).

Gráfico 4 – Carreira/categoria das equipes da área da cultura no município*Porcentagem*

n = 987.

Fonte: OPAC, PRCA, 2021.

Em termos do número total de pessoas ao serviço dos municípios, a discrepância entre a percentagem de pessoas afetas à cultura nos municípios por CIM indicia um reforço de aplicação municipal no setor nos territórios mais periféricos, provavelmente mais carentes de outros agentes e de alternativas locais. Acarretará isso também uma maior municipalização das dinâmicas culturais locais (quadro 7).

Quadro 7 – Extensão dos quadros de pessoal da área da cultura por CIM*Número e percentagem*

CIM	Pessoal ao serviço no quadro (n)	Pessoal afeto à cultura (n)	Pessoal afeto à cultura no pessoal ao serviço no quadro (%)	Média de pessoal afeto à cultura por município (n)	Máximo (n)	Mínimo (n)	Pessoal afeto à cultura pela população (10 mil habitantes)
CIMAA	2 415	256	10,6	21	70	4	34
CIMAC	1 979	149	7,5	17	36	2	20
CIMAL	2 344	156	6,7	31	48	21	16
CIMBAL	3 076	260	8,5	24	50	7	25
CIMLT	3 259	166	5,1	17	47	4	8
Região	13 073	987	7,5	21	70	2	17

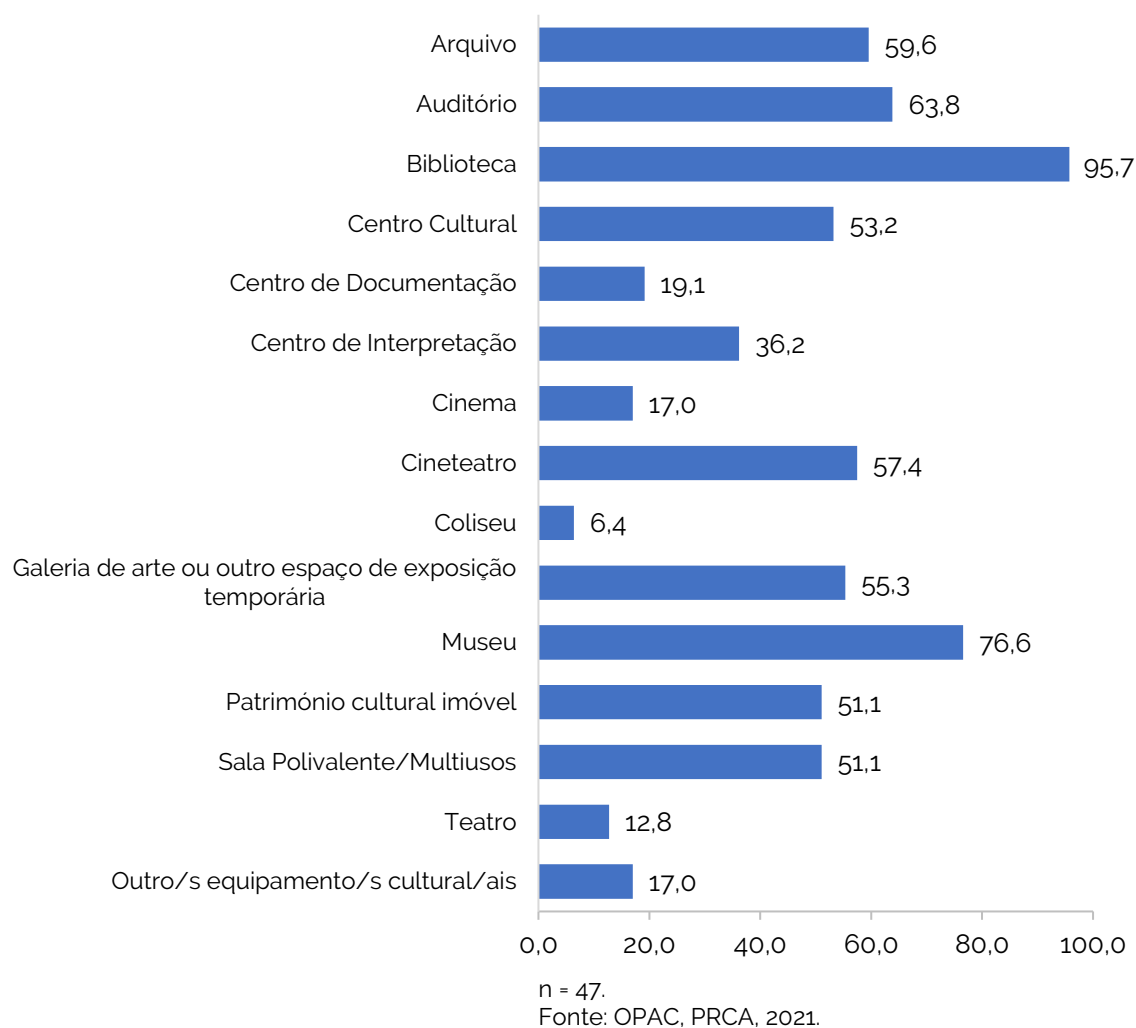
Fonte: OPAC, PRCA, 2021.

Base para a população: INE, Estimativas anuais da população residente 2019, atualizado em junho 2020.

4.1.3. Equipamentos

Os municípios apresentam-se dotados da maioria dos equipamentos culturais propostos, com especial incidência para as bibliotecas (96%) e os museus (77%) (gráfico 5), embora se assinalem carências como no caso da CIMAL.

Gráfico 5 – Municípios com equipamentos culturais por tipo de equipamento
Percentagem



Àqueles dois destacam-se ainda os recintos permanentes para espetáculos e eventos, ou seja, o conjunto composto por auditórios, cineteatros, teatros e salas polivalentes. Estes revelam a importância da polifuncionalidade dos equipamentos com destaque para o caso do equipamento Fórum Cultural.

4.1.3.1. Bibliotecas

Nestes equipamentos destacam-se as bibliotecas, um reflexo da continuidade das políticas públicas de leitura e da articulação em rede de equipamentos estruturantes como este (quadro 8). Se analisados os seus programas de atividades e a sua ligação à programação de outros equipamentos bem como à vida escolar, a importância das bibliotecas municipais na vida cultural local mais as destacariam decerto.

Quadro 8 – Municípios com bibliotecas sede e anexas/polos por CIM

Número de percentagem

CIM	Municípios com biblioteca (n)	Municípios com bibliotecas anexas/polos (%)	Total de bibliotecas (sede e anexas/polos) (n)
CIMAA	12	16,7	14
CIMAC	8	50,0	14
CIMAL	4	25,0	6
CIMBAL	11	18,2	19
CIMLT	10	60,0	28
Região	45	33,3	81

Fonte: OPAC, PRCA, 2021.

4.1.3.2. Museus

Os museus constituem um equipamento frequente nos municípios, mas demasiado heterogéneo para que do simples registo da sua existência se possa inferir o seu significado cultural. A sua distribuição polinucleada pelo território é muito desigual, indiciando dinâmicas culturais de proximidade diferentes também. Já quanto à sua articulação em rede municipal assinala-se uma clara tendência positiva estando cerca de um terço organizados desse modo (quadro 9).

Quadro 9 – Municípios com museu de acordo com o modelo de organização municipal por CIM*Número e percentagem*

CIM	Municípios com museu (n)	Municípios por modelo de organização municipal (%)			Total de museus (museus e núcleos) (n)
		Museu/s autónomo/s	Museu polinucleado	Rede municipal	
CIMAA	9	55,6	0,0	44,4	25
CIMAC	5	60,0	20,0	20,0	15
CIMAL	4	75,0	50,0	-	15
CIMBAL	9	33,3	33,3	33,3	36
CIMLT	9	44,4	22,2	33,3	18
Região	36	50,0	22,2	30,6	109

Fonte: OPAC, PRCA, 2021.

4.1.3.3. Património cultural imóvel

Os municípios apresentam grandes discrepâncias quanto ao número de valores do património cultural imóvel que têm sob sua responsabilidade bem como à sua natureza e significado (quadro 10). Quatro municípios têm entre 10 e 12 imóveis, sendo que a maior parte dos restantes enumera menos de sete ou nenhum. Em contrapartida, Elvas apresenta 101.

Quadro 10 – Municípios com Património cultural imóvel por CIM*Número*

CIM	Municípios com Património cultural imóvel	Total de Património cultural imóvel
CIMAA	6	132
CIMAC	6	23
CIMAL	5	24
CIMBAL	5	8
CIMLT	2	6
Região	24	193

Fonte: OPAC, PRCA, 2021.

4.1.3.4. Outros equipamentos

Para além dos casos destacados das bibliotecas, museus e património cultural imóvel, outros equipamentos municipais com valência cultural se assinalam revelando a incerteza de recorte conceptual da área da cultura na gestão municipal, mas também o potencial da sua abertura a novas práticas e novos temas culturalmente mobilizadores (quadro 11).

Quadro 11 – Municípios com outros equipamentos municipais com valência cultural por CIM

Percentagem e número

CIM	Outros equipamentos				Municípios com os 4 equipamentos (n)
	Praça de toiros	Coreto	Jardim municipal/ espaço verde	Mercado municipal	
CIMAA	50,0	66,7	100,0	75,0	3
CIMAC	55,6	77,8	88,9	88,9	5
CIMAL	-	60,0	80,0	80,0	-
CIMBAL	36,4	36,4	100,0	100,0	3
CIMLT	40,0	90,0	90,0	100,0	3
Região	40,4	66,0	93,6	89,4	14

Fonte: OPAC, PRCA, 2021.

Entre os outros equipamentos assinalam-se as praças de toiros, ausente apenas na CIMAL, e com presença mais evidente nos municípios da CIMAC (56%, quanto na região são 40%), o coreto (66% na região, com destaque para a CIMLT, 9 em cada dez municípios), o jardim municipal/ espaço verde (o mais generalizado, com 94%, e presente em todos os municípios da CIMAA e da CIMBAL), e o mercado municipal (89% na região, e em todos os municípios da CIMBAL e da CIMLT). Vários municípios de quatro CIM dispõem já destes quatro equipamentos,

4.1.4. Associativismo

A existência de regulamento de apoio ao associativismo e registo das associações culturais demonstra o lugar significativo que estas ocupam nas políticas culturais dos municípios (quadro 12).

Quadro 12 – Municípios com regulamento de apoio ao associativismo e registo das associações culturais do concelho por CIM

Percentagem

CIM	Regulamento de apoio ao associativismo	Registo das associações culturais do concelho
CIMAA	83,3	100,0
CIMAC	77,8	100,0
CIMAL	40,0	100,0
CIMBAL	100,0	100,0
CIMLT	90,0	90,0
Região	83,0	97,9

Fonte: OPAC, PRCA, 2021.

Os municípios assumem generalizadamente o registo das associações culturais existentes no seu território e estabeleceram regulamentos de apoio ao associativismo, o que denota uma acentuada proximidade entre a atividade associativa e a gestão municipal. Contudo, muitas associações desenvolvem funções mistas onde não será possível distinguir a atividade cultural de outras tais como apoio social, recreio, animação, desporto, etc. Por outro lado, o associativismo local é de reconhecida importância do ponto de vista histórico, sobretudo depois do 25 de Abril, e cívico. Veja-se o papel desempenhado por associações tais como as de defesa do património (Macedo, 2018), ou as bandas filarmónicas através das suas funções culturais múltiplas de ensino e de afirmação cívica local (Pereira, Samara e Godinho, 2016; Pestana *et al.*, 2020;).

Na região está muito generalizada entre os municípios de todas as cinco CIM a concessão de apoios a associações culturais, recreativas e de defesa do património, sendo que se verificam discrepâncias significativas entre o máximo e o mínimo de associações apoiadas (quadro 13), o que dependerá também da sua densidade.

Quadro 13 – Municípios com apoio e associações apoiadas por CIM (2017-2020)
Número

CIM	Municípios com apoio concedido	Associações apoiadas por município		
		Média	Máximo	Mínimo
CIMAA	11	16	53	5
CIMAC	8	20	42	3
CIMAL	5	21	50	5
CIMBAL	9	22	61	2
CIMLT	10	26	81	1
Região	43	21	81	1

Fonte: OPAC, PRCA, 2021.

O mesmo se poderá dizer quanto aos valores dos apoios concedidos ao conjunto das associações, ou seja, variam significativamente entre as várias CIM, sendo que o valor total apurado para 2020 ascende a mais de um milhão de euros (quadro 14).

Quadro 14 – Valor dos apoios concedidos pelos municípios por CIM (2020)
Euros

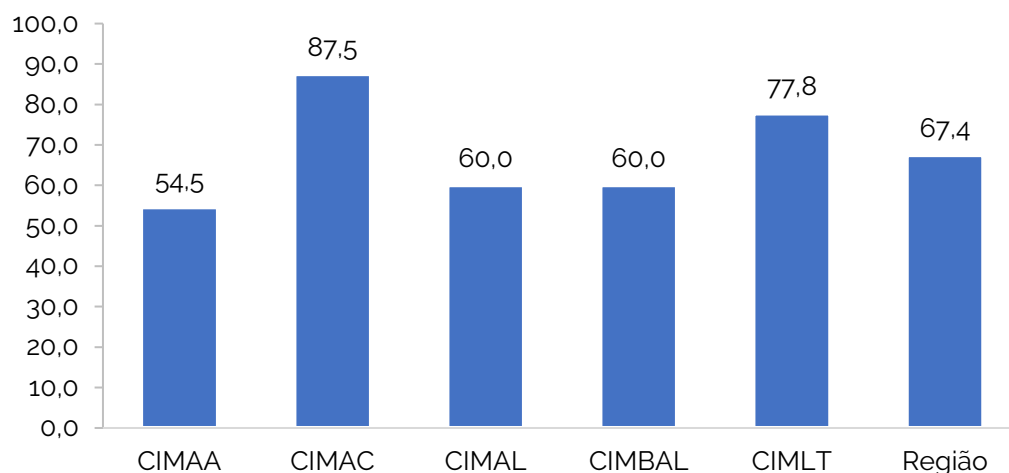
CIM	Apoio concedido por município			Valor médio de apoio concedido por associação (€)
	Valor médio (€)	Máximo (€)	Mínimo (€)	
CIMAA	139 354,4	1 078 617,0	14 000,0	8 759,4
CIMAC	106 972,5	451 751,0	7 600,0	5 485,8
CIMAL	141 247,0	275 000,0	76 739,0	6 856,7
CIMBAL	73 888,6	262 000,0	5 000,0	2 573,2
CIMLT	77 785,8	195 000,0	2 200,0	2 692,6
Região	107 805,1	1 078 617,0	2 200,0	4 818,1

Fonte: OPAC, PRCA, 2021

4.1.5. Redes

A integração dos municípios em redes culturais no período 2017-2021 foi significativa embora com diferenças assinaláveis entre CIM. Alto Alentejo e Alentejo Litoral apresentam-se menos integradas em contraste com os elevados valores na Lezíria do Tejo e sobretudo no Alentejo Central (gráfico 6)

Gráfico 6 – Integração dos municípios em redes culturais no período 2017-2021
Percentagem

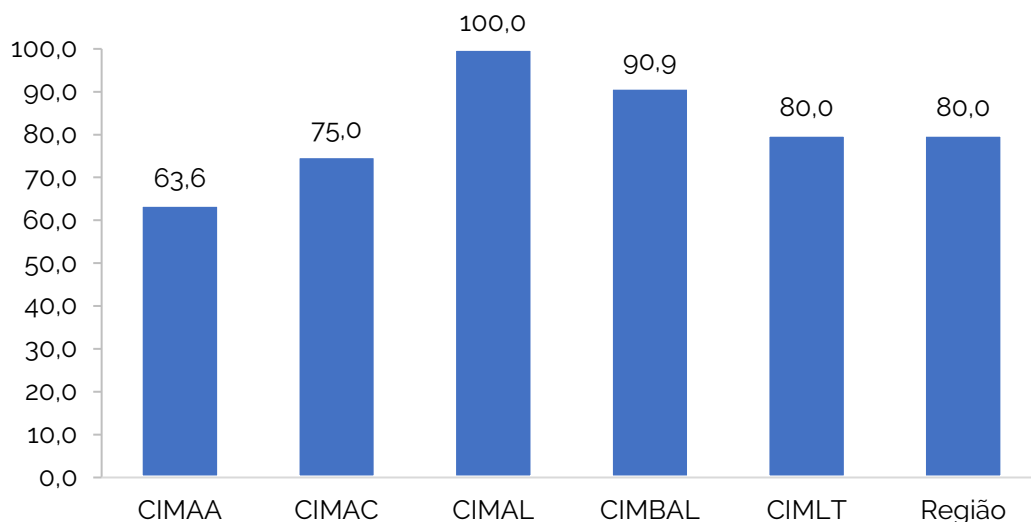


n = 43.

Fonte: OPAC, PRCA, 2021.

Já quanto aos equipamentos culturais integrados em redes mantêm-se algumas discrepâncias entre as CIM, mantendo-se o Alto Alentejo como a que regista menor nível de integração, ao passo que no Alentejo Litoral todos estão integrados em redes (gráfico 7).

Gráfico 7 – Integração em redes de equipamentos culturais no período 2017-2021
Percentagem



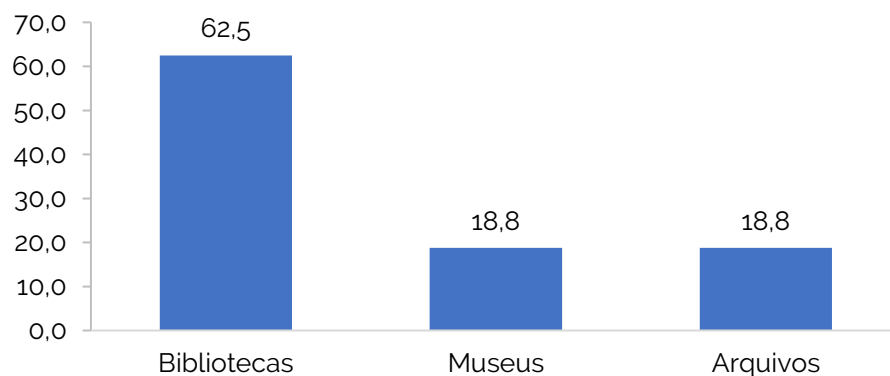
n = 45.

Fonte: OPAC, PRCA, 2021.

As bibliotecas municipais são, destacadamente, o equipamento com maior incidência em rede – é também o programa público deste tipo mais antigo – ao passo que museus e arquivos se situam ambos num patamar da escala muito baixo (menos de um em cada cinco) (gráfico 8). Particularmente quanto aos museus, assinala-se o contraste entre a importância atribuída à Rede Portuguesa de Museus desde 2000, e na qual o número de museus credenciados tem vindo a crescer (Neves e Santos, 2021) e a modesta expressão da integração nesta Rede de museus da Região.

Gráfico 8 – Equipamentos culturais em rede, por domínio 2017-2020

Percentagem

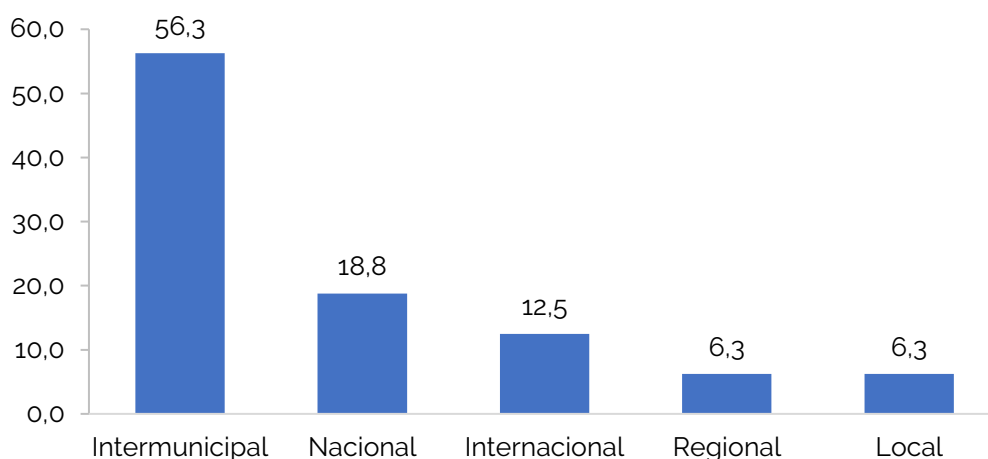


n = 16.

Fonte: OPAC, PRCA, 2021.

Verifica-se que a natureza predominante das redes de equipamentos culturais é intermunicipal (gráfico 9). Contudo, sobretudo por via das bibliotecas, museus e arquivos, a escala nacional surge com algum significado também. Já a escala internacional apresenta um valor baixo considerando o estímulo na região a projetos transfronteiriços. Provavelmente o baixo valor da escala regional deve-se às diferenças de perfil e de vias de comunicação entre CIM que não facilitam a projeção de atividades em rede.

Gráfico 9 – Natureza predominante das redes de equipamentos culturais 2017-2021
Porcentagem



n = 16.

Fonte: OPAC, PRCA, 2021.

4.2. Avaliação das políticas de cultura municipais 2017-2020

4.2.1. Políticas e projetos culturais

A partir da questão “Nomeie os projetos culturais desenvolvidos por iniciativa municipal no período 2017-2021”, uma questão aberta, pretendia-se recolher informação com o objetivo de identificar os principais projetos culturais desenvolvidos no âmbito dos municípios e os respetivos domínios de aplicação.

Responderam a esta questão 39 municípios, de todas as CIM. As respostas obtidas foram sujeitas a uma análise temática no sentido de identificar os principais tipos de projetos culturais de iniciativa municipal e os domínios em que estes foram desenvolvidos. A análise temática foi efetuada ao nível do município e da CIM.

Todas as CIM responderam a esta questão aberta, muito embora nem todos os municípios o tenham feito. Com exceção da CIMAL, em que todos os municípios que a integram responderam a esta questão, nas outras CIM, uma média de 65% o fizeram.

A informação disponibilizada pelos municípios é bastante heterogénea. Esta heterogeneidade verifica-se quer no tipo de informação disponibilizada em que a maior parte dos municípios forneceu listagens de atividades e ações culturais desenvolvidas no período em análise, quer na cronologia dessas atividades, em

alguns casos detalhadas por ano, embora no geral apenas fornecida como lista seguida de ações realizadas nos 2017-2021; quer ainda na segmentação por domínio cultural, em que a maior parte dos municípios não apresenta informação agregada pelos vários domínios culturais, verificando-se alguns casos, muito reduzidos, em que tal acontece. Em apenas quatro municípios, para além de listagem de atividades se identificam linhas estratégicas de atuação cultural do município (municípios integrados na CIMLT, CIMAL e sobretudo na CIMBAL).

Os equipamentos culturais, sendo os mais recorrentes os museus e bibliotecas, são também indicados como projetos culturais do município.

Predominam, na informação fornecida pelos municípios, ações e atividade de Animação Cultural, onde estão incluídas ações do tipo feiras e festivais, que são claramente relevantes nas ações dos municípios. Há ainda um conjunto significativo de municípios que identifica atividades relacionadas com museus e exposições e o domínio do livro e da biblioteca é também expressivo, mais do que o património cultural. Efetivamente, há um número relativamente reduzido de municípios que identificou ações em torno do património material (por exemplo ações de conservação, restauro ou valorização, ou mesmo a criação de rotas e roteiros com base nos recursos patrimoniais).

Com menos expressividade são indicadas ações de educação cultural, como por exemplo escolas artísticas ou culturais, bem como ações de carácter científico relativas a algum domínio do setor cultural, também são escassamente referidas pelos municípios, no âmbito dos seus projetos culturais.

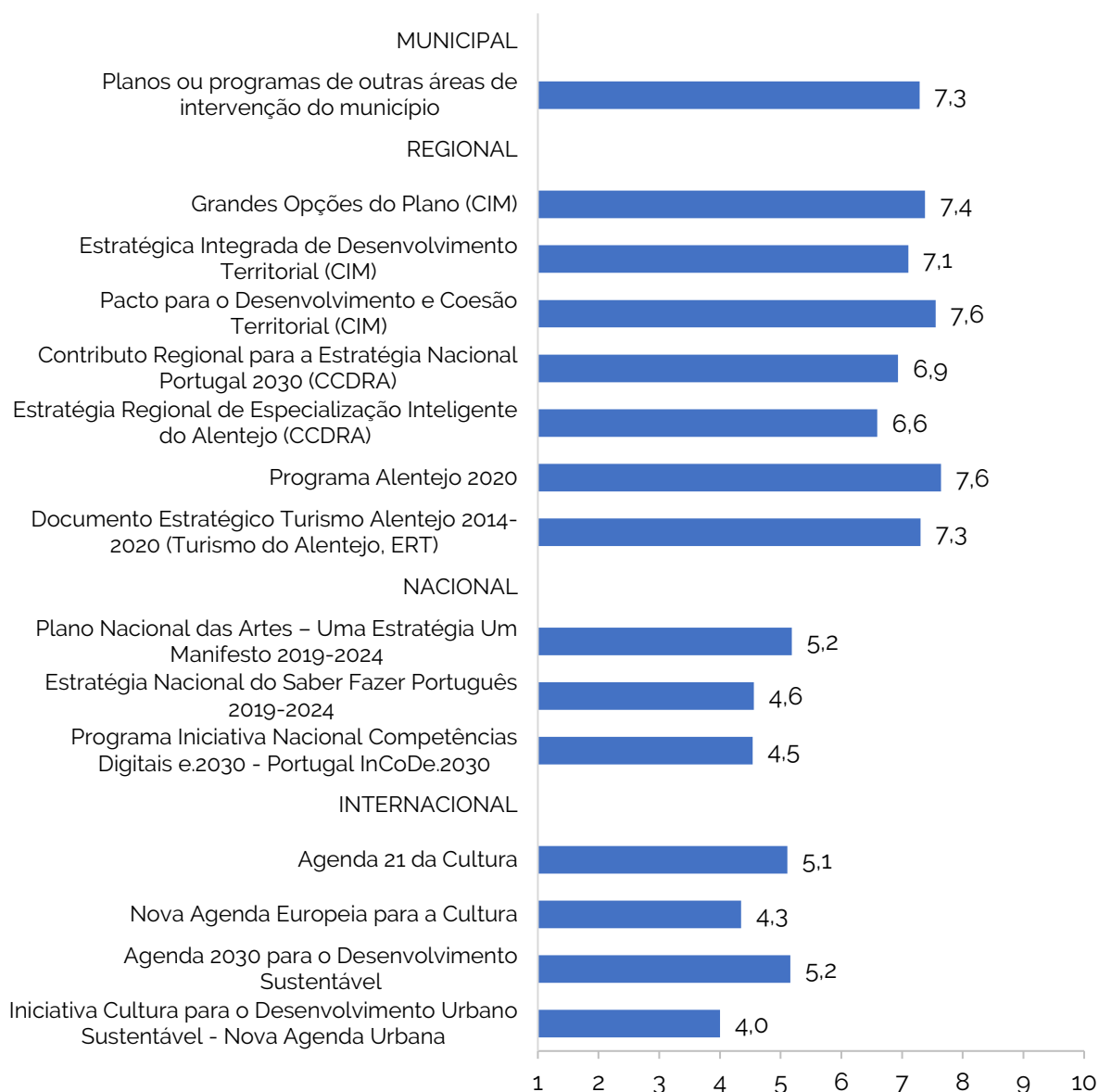
Com exceção da CIMBAL, relativamente à qual, como já referimos, alguns municípios apresentam informação respeitante a estratégias municipais para a cultura, a informação é semelhante para todas as CIM, em que é dado relevo aos eventos culturais realizados nos vários concelhos.

4.2.2. Grau de articulação entre políticas culturais

Quanto ao grau de alinhamento dos eixos estratégicos de atuação dos municípios na área da cultura com diversos instrumentos de gestão no período 2017-2021, refira-se, de uma forma geral, que os municípios apresentam um maior grau de alinhamento com eixos e medidas de instrumentos de âmbito municipal e regional e menor com de âmbitos nacional e internacional (gráfico 10).

Gráfico 10 – Grau de alinhamento dos eixos estratégicos de atuação do município na área da cultura no período 2017-2021

Média



n = respostas válidas às opções de resposta excluindo "Não se aplica".

Fonte: OPAC, PRCA, 2021.

Nota: A escala varia entre 1 e 10, em que 1 significa "Claramente não alinhado" e 10 "Claramente alinhado".

No âmbito municipal verifica-se um grau de alinhamento médio de 7,3 (no total de 10) em relação a planos ou programas de outras áreas de intervenção do município. Valores elevados são registados igualmente nos instrumentos de âmbito regional, variando os valores entre o máximo do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (CIM) e Programa Alentejo 2020, ambos com 7,9, e o mínimo da Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo (CCDRA), com 6,6.

No âmbito nacional, destaca-se como mais referido, mas com um valor médio mais baixo, o Plano Nacional das Artes – Uma Estratégia Um Manifesto 2019-2024 (5,2) e, no âmbito internacional, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (também com 5,2). É neste âmbito que se apresenta o instrumento com o grau de alinhamento mais baixo, a Iniciativa Cultura para o Desenvolvimento Urbano Sustentável - Nova Agenda Urbana, com um valor médio de 4.

4.2.3. Balanço dos eixos estratégicos

No âmbito das Políticas Culturais entre 2017 e 2021, os municípios foram inquiridos, através de uma questão aberta, sobre que balanço fazem da execução dos eixos estratégicos de atuação do município na área da cultura relativamente às concretizações e às não concretizações.

Responderam a esta questão 34 municípios, de todas as CIM. As respostas obtidas foram sujeitas a uma análise temática no sentido de identificar os balanços relativamente às concretizações e às não concretizações. A análise temática foi efetuada ao nível do município e da CIM.

Todas as CIM responderam a esta questão aberta, muito embora nem todos os municípios o tenham feito. A média de respostas dos municípios foi de 65% em cada CIM.

O balanço feito pelos municípios indica uma execução positiva dos eixos estratégicos definidos para a cultura. No caso da CIMAA, apenas dois municípios indicam estar ainda em fase de execução e na CIMAC, apenas um forneceu essa indicação. Na CIMAL verifica-se um município que indicou ter cumprido e executado todos os objetivos inicialmente previstos. Os municípios integrados na CIMAL e na CIMLT distinguem um período antes da pandemia, em que os eixos estratégicos se apresentam com uma execução muito boa, sendo que só após 2020 surgem os constrangimentos. No caso dos municípios da CIMLT, dois destes indicam taxas de execução totais nos anos entre 2017 e 2020, sendo que um indica claramente os eixos cumpridos. Os constrangimentos surgidos após 2020 resultam, nos municípios destas duas últimas CIM, em taxas de execução dos eixos estratégicos da cultural municipal na ordem do 80%.

Nem todos os municípios que responderam à questão das concretizações o fizeram em relação às não concretizações, observando-se um menor número de respostas

neste campo. Relativamente às respostas obtidas as dificuldades e constrangimentos identificados foram verificados em apenas uma parte dos municípios que responderam e foram imputadas à situação pandémica. Apenas um município integrado na CIMAC referiu constrangimentos decorrentes da inexistência, nesse concelho, de um plano estratégico para a cultura.

4.3. Programas de financiamento

4.3.1. O Programa Alentejo 2020: políticas e projetos culturais

Do conjunto de municípios com resposta constata-se que na região 85% apresentou candidatura a pelo menos um projeto na área da cultura no âmbito do Programa Alentejo 2020. Destes 95% teve pelo menos um projeto aprovado (quadro 15).

Numa análise por CIM verifica-se que, em termos de candidatura, a totalidade dos municípios integrados na CIMAC e CIMAL apresentaram projetos ao Programa Alentejo 2020. O mesmo não aconteceu nas restantes três, sendo na CIMLT que se regista a percentagem mais baixa de municípios com candidaturas.

Quadro 15 – Municípios com candidatura e com projetos aprovados na área da cultura no âmbito do Programa Alentejo 2020 por CIM

Número e percentagem

CIM	Municípios com candidatura a projetos na área da Cultura		Municípios com projetos aprovados na área da Cultura
	Municípios (n)	% do total de municípios	% dos municípios com candidatura
CIMAA	10	83,3	90,0
CIMAC	9	100,0	100,0
CIMAL	5	100,0	100,0
CIMBAL	9	81,8	100,0
CIMLT	7	70,0	85,7
Região	40	85,1	95,0

Fonte: OPAC, PRCA, 2021.

No que diz respeito à aprovação dos projetos, salientam-se as elevadas percentagens de municípios com projetos aprovados, variando entre o máximo dos municípios da CIMAC, CIMAL e CIMBAL e o mínimo de 86% da CIMLT.

Na região foram aprovados no total 100 projetos na área da cultura (quadro 16). Os valores variam entre os 35 projetos de municípios da CIMBAL e os cinco dos da CIMLT. Em termos de modalidade de participação, a maioria destes projetos foi realizada de forma individual pelo município (59%). Os projetos aprovados na modalidade de conjunto/parceria, resultaram em cerca de um terço dos projetos conjunto onde o município é uma das entidades parceiras e em 9% onde o município é entidade líder do projeto.

Quadro 16 – Projetos aprovados na área da cultura pela modalidade de participação no âmbito do Programa Alentejo 2020

Percentagem e número

CIM	Modalidade de participação			Total de projetos (n)	Municípios com projetos (n)
	Individual	Em conjunto/parceria, como entidade líder	Em conjunto/parceria, como entidade parceira		
CIMAA	80,0	6,7	13,3	15	7
CIMAC	50,0	0,0	50,0	28	9
CIMAL	70,6	0,0	29,4	17	5
CIMBAL	60,0	22,9	17,1	35	7
CIMLT	0,0	0,0	100,0	5	5
Região	59,0	9,0	32,0	100	33

Fonte: OPAC, PRCA, 2021.

Observando por CIM, a maioria dos municípios optou pela apresentação de projetos de forma individual, sendo esta a modalidade predominante na CIMAA (80%). Destacam-se outras particularidades: na CIMLT a totalidade dos projetos foi feita na modalidade de em conjunto como entidade parceira; na CIMAC, os projetos repartem-se entre as modalidades individual e em conjunto como entidade parceira; e é na CIMBAL que se regista a percentagem mais alta de projetos em conjunto como entidade líder (23%).

No que diz respeito ao valor (em euros) dos projetos aprovados, este totalizou 106,4 milhões de euros (quadro 17). É na CIMLT que se regista o valor mais elevado, com 66,1 milhões e, na CIMAC, o mais baixo com 7,6 milhões.

Quadro 17 – Valor dos projetos aprovados na área da cultura pela modalidade de participação no âmbito do Programa Alentejo 2020

Percentagem, euros e número

CIM	Modalidade de participação			Total do valor (euros)	Municípios abrangidos (n)
	Individual	Em conjunto/ parceria, como entidade líder	Em conjunto/ parceria, como entidade parceira		
CIMAA	55,9	39,3	4,8	12 596 894,54	6
CIMAC	62,5	0,0	37,5	7 606 524,30	8
CIMAL	92,0	0,0	8,0	11 047 282,88	5
CIMBAL	84,5	7,8	7,8	8 990 935,40	6
CIMLT	0,0	0,0	100,0	66 137 925,80	5
Região	27,8	5,3	66,9	106 379 562,92	30

Fonte: OPAC, PRCA, 2021.

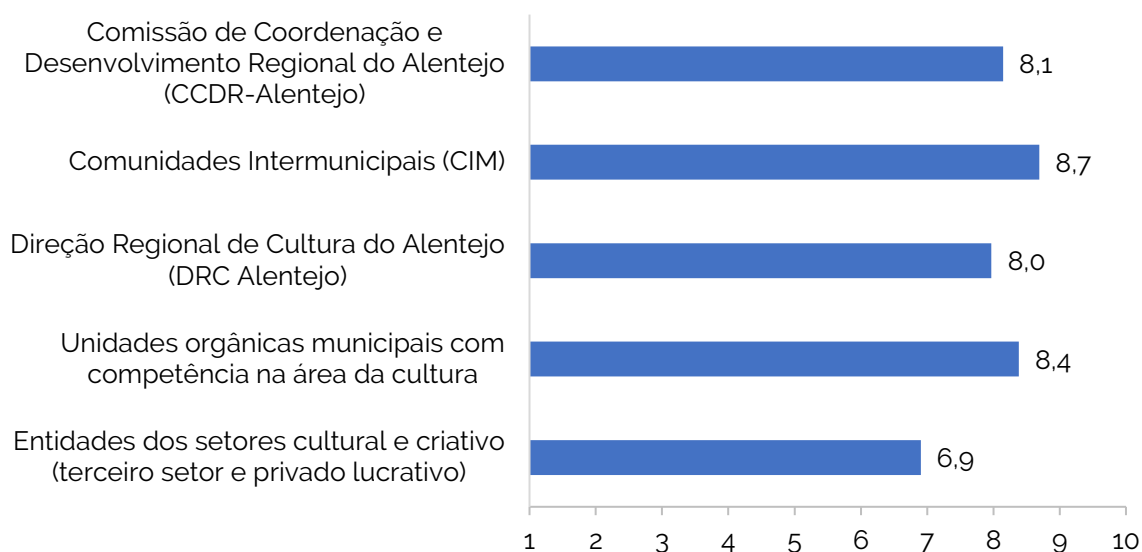
Ao contrário da maior concentração de projetos na modalidade individual, a percentagem do valor de apoio é mais elevada no conjunto de projetos realizados pelos municípios na modalidade em conjunto como entidades parceiras (67%), possivelmente em virtude das características dos concursos e da dotação mais elevada para projetos desenvolvidos nas modalidades de parceria.

4.3.2. Balanço da participação na concretização do Programa Alentejo 2020

De uma forma geral, os municípios fazem um balanço bastante positivo da participação das várias entidades envolvidas na concretização do Programa Alentejo 2020 (gráfico 11). O valor médio mais elevado de participação é atribuído às CIM, com 8,7 que, sem surpresa, são as entidades intermediárias que no terreno auxiliam os municípios na persecução e execução dos fundos e, o valor mais baixo, mas mesmo assim positivo, à participação de entidades dos setores cultural e criativo (terceiro setor e privado lucrativo), com 6,9.

Gráfico 11 – Balanço sobre a participação das várias entidades na concretização do Programa Alentejo 2020

Média



n = respostas válidas às opções de resposta excluindo "Não sabe/Não responde".

Fonte: OPAC, PRCA, 2021. Nota: A escala varia entre 1 e 10, em que 1 significa "Nada participante" e 10 "Muito participante".

Numa análise por CIM, os municípios da CIMAA são os que registam os valores médios mais elevados em quatro das entidades, variando entre os 9,5 das CIM e os 8,6 da CCDR-Alentejo. A CIMBAL é a que avalia melhor a participação das entidades dos setores cultural e criativo (7,7). Por outro lado, os valores mais baixos são sobretudo de municípios da CIMAL, variando entre os 8,0 da participação da CIM e os 5,0 das entidades dos setores cultural e criativo. Os municípios integrados na CIMAC consideram menos participativa a DRCAlentejo (6,6) e os da CIMLT a participação das próprias unidades orgânicas municipais com competência na área da cultura (6,5), provavelmente por considerarem que estas unidades tiveram um menor envolvimento e influência das entidades destes setores na materialização do referido programa.

4.3.3. Grau de articulação do Programa Alentejo 2020

No que diz respeito à adequação da presença da cultura no Programa Alentejo 2020 tendo em conta os itens que compõem esse programa, os municípios apresentam uma avaliação média de 6,5 (gráfico 12). Os itens em que os municípios consideram que a cultura se encontra mais adequada são as "Prioridades de Investimento" e os

"Objetivos Específicos", ambos com 6,7, ao passo que são nos itens "Tipologias de Realização" e "Indicadores de Resultados" essa adequação é menos evidente (ambos com 6,4).

Gráfico 12 – Grau de adequação da presença da cultura no Programa Alentejo 2020
Média



n = respostas válidas às opções de resposta excluindo "Não sabe/Não responde".

Fonte: OPAC, PRCA, 2021. Nota: A escala varia entre 1 e 10, em que 1 significa "Nada adequado" e 10 "Muito adequado".

Por CIM, são os municípios integrados na CIMAA que indicam um melhor grau de adequação da cultura em todos os itens do programa (valor mais elevado, nos "Indicadores de Resultados", com 8,1). Pelo contrário, são os municípios da CIMLT os que referem que a cultura se encontra pouco adequada, atribuído um grau médio de 4,3 nos itens inquiridos.

4.3.4. Impacto na cultura do PORA2020

É muito reduzido o número de municípios com projetos financiados no âmbito do Programa Operacional da Região do Alentejo 2020 (PORA 2020) terminados e já com avaliação de impacto dos investimentos (cinco casos). Referiram, na generalidade, que os resultados são positivos e uma mais-valia para o desenvolvimento do território. Em específico, são mencionados os investimentos feitos nos domínios dos museus (criação de núcleos museológicos e alargamento da rede municipal); bibliotecas e arquivos (construção de novos edifícios), do património imóvel

(recuperação e reabilitação de edifícios históricos para usufruto da população); equipamentos multiuso (qualificação dos espaços) e artes do espetáculo (reforço da dinamização das atividades culturais em rede).

4.3.5. Articulação com outras fontes de financiamento

Quanto à participação dos municípios com projetos na área da cultura em outros programas de financiamento no período 2017-2021, mais de metade dos municípios da região (59%) referiu não ter tido projetos aprovados (quadro 18).

Quadro 18 – Municípios com projetos na área da cultura no âmbito de outros programas de financiamento 2017-2021 por CIM

Percentagem

CIM	Sim, em outros nacionais	Sim, em ambos (nacionais e internacionais)	Não, em nenhum
CIMAA	30,0	20,0	50,0
CIMAC	0,0	25,0	75,0
CIMAL	20,0	0,0	80,0
CIMBAL	22,2	22,2	55,6
CIMLT	50,0	0,0	50,0
Região	26,5	14,7	58,8

Fonte: OPAC, PRCA, 2021.

Dos que responderam afirmativamente (quatro em cada dez), um pouco mais de um quarto dos municípios menciona ter recorrido somente a outros programas de financiamento nacionais, enquanto 15% o fez quer a outros programas nacionais como internacionais.

Relativamente a programas nacionais apurou-se um total de nove, sendo o mais mencionado o “Programa Valorizar” (Turismo de Portugal), mas também outros de domínios culturais específicos (“Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços das Bibliotecas Públicas”, “Apoio às Artes” da DGARTES e “ProMuseus” da DGPC). A nível de programas internacionais, europeus, totalizam-se quatro, destacando-se o *EEA Grants* Portugal, o “Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020” ou no

âmbito do "INTERREG - Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal".

4.4. Políticas culturais no horizonte 2030

4.4.1. Necessidades

No quadro do balanço feito pelos municípios das atividades desenvolvidas na área da cultura no período anterior (2017-2021) foi solicitado que referissem quais as necessidades que consideravam ser essenciais prover a nível municipal, regional e nacional no horizonte de 2030.

Obtiveram-se respostas por parte de 33 municípios (70% do total). Foram vários os posicionamentos tomados e diversas as temáticas, áreas de atuação, serviços ou equipamentos e atividades referidas, algumas específicas a cada nível de atuação, outras transversais a vários níveis. A maior parte de necessidades a desenvolver são a nível municipal (44%), seguindo-se as nacionais (29%) e regionais (28%).

Nesse sentido, uma das principais preocupações centra-se nos **equipamentos culturais**, aspeto predominante a nível municipal, seja pela via do investimento na construção de raiz ou reconversão de edifícios para albergar museus, núcleos museológicos, bibliotecas, centros multiusos, entre outros, seja pela requalificação e reabilitação dos já existentes de forma a dotá-los de condições para os colocar ao serviço da comunidade.

Outra das preocupações ao nível local prende-se com a valorização e defesa do **património cultural material e imaterial**, quer através da promoção da preservação, reabilitação e refuncionalização de edifícios históricos, como do levantamento, tratamento e salvaguarda do património imaterial. É apontada a necessidade de envolver não só os municípios, mas também outras entidades públicas e privadas. Os municípios referem também que esta preocupação da promoção e valorização do património se deve estender a um nível regional e nacional, com um papel importante na criação de planos de investimento e da possibilidade de providenciarem apoios técnicos para a sua realização.

Ainda com grande incidência a nível local, a área da **programação cultural e artística**, os municípios consideram ser importante conseguir disponibilizar os meios internos necessários de forma a garantir o desenvolvimento de uma atividade

cultural e artística regular nas mais diversas áreas (música, teatro, dança, etc.), procurando promover a sua descentralização pelo território, e a democratização do seu acesso a todos os tipos de públicos.

Na área da **criação cultural e artística** coloca-se a necessidade de garantir a criação de medidas de apoio e a promoção de iniciativas específicas de incentivo aos criadores e artistas locais, associações culturais e recreativas, e facilitar a instalação no município de empresas das indústrias culturais e criativas. Neste aspeto, consideram igualmente que as entidades de índole regional e nacional devem promover e fomentar iniciativas privadas e associativas nos territórios locais através da disponibilização de financiamento direcionado e de planos de investimento para apoio à produção artística local.

Também na área da **formação**, os municípios referem querer investir, seja na qualificação dos funcionários e técnicos ao serviço na área da cultura, seja dos agentes culturais locais e regionais, procurando desenvolver programas específicos de formação para cada um deles.

Outra das necessidades apontadas é a **articulação e cooperação**. A nível local deve haver um reforço da articulação entre os vários serviços e equipamentos culturais com as freguesias, associações, escolas e agentes culturais (disponibilização de espaços). A nível regional deverão ser criadas condições para aumentar a capacidade de trabalho conjunto, uma maior interação com as estruturas de decisão (programação comum na região) e com os agentes da região (na dinamização de parcerias para a circulação). Já a nível nacional deverá estreitar-se a articulação e cooperação com o Ministério da Cultura e com os equipamentos culturais por si tutelados (no âmbito da programação, itinerância de grandes eventos e companhias nacionais, desenvolvimento de residências cruzadas), com universidades e outros organismos públicos. As últimas programações desta natureza foram promovidas e financiadas pela DRCAlentejo numa perspectiva territorial com a realização em 2014 e 2018 de quatro espectáculos em cada ano pela Companhia Nacional de Bailado nas quatro sub-regiões (Portalegre, Évora, Beja e Sines).

A participação em **redes** é mais uma das necessidades referidos pelos municípios. Participação em redes de vários âmbitos: de equipamentos culturais, de programação de espetáculos e de conhecimento e informação. A nível local trata-se da criação de redes de equipamentos culturais, sobretudo de museus; a nível regional aponta-se para o reforço de redes intermunicipais existentes em algumas

das CIM (museus, bibliotecas, arquivos) e para a constituição de outras (proteção do património ou arte contemporânea), bem como de programação em rede (que permitam a distribuição de espetáculos e iniciativas). O mesmo em relação ao âmbito nacional, com a perspetiva de integração em redes nacionais de equipamentos (museus e teatros) e de criação ou promoção de redes de conhecimento e de desenvolvimento cultural e de informação e divulgação centralizada de equipamentos culturais.

Por último, os **recursos financeiros** são igualmente salientados pelos municípios. Há maior necessidade de prover recursos para a melhoria dos meios existentes no município para a cultura, mas também para garantir o apoio a entidades e iniciativas culturais locais. Os municípios salientam a relevância de um maior apoio por parte das entidades regionais e, sobretudo, das entidades nacionais, para garantir o apoio aos investimentos, capacitação e realização de atividades na área cultural, criando assim condições para que territórios mais desfavorecidos possam ter mais acesso à cultura.

4.4.2. Objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos para os setores cultural e criativo foram inquiridos em pergunta aberta. Os municípios foram interpelados a indicar três objetivos, procurando hierarquizar a partir do mais importante.

A partir das respostas obtidas (34 respostas válidas) foi efetuada uma análise temática, qualitativa, no sentido de identificar eixos estratégicos comuns a todos os municípios e respetivos graus de importância atribuída. Procurou-se fazer esta análise ao nível do município e ao nível da NUTS III.

A maioria dos municípios indica como objetivo estratégico de primeira relevância assegurar a **salvaguarda, preservação, divulgação e fruição do património cultural material e imaterial**, sendo também este o objetivo estratégico mais referido por todos os municípios, independentemente da sua hierarquização. Os municípios de todas as CIM indicaram este item como um dos objetivos estratégicos a cumprir no próximo quadro cultural no horizonte 2030.

Um segundo objetivo estratégico amplamente referido pelos municípios relaciona-se com o **apoio aos agentes culturais locais**. Apesar de muito referido, os municípios colocam este objetivo na base da sua hierarquização. Os municípios de

todas as CIM indicaram este objetivo estratégico, embora com níveis diferentes de relevância, variando de muito relevante no Baixo Alentejo, para menos importante no Alto Alentejo, Alentejo Litoral e Lezíria. Houve, contudo, a atenção por parte dos municípios, de isolar este item de um outro relacionado com o apoio às associações culturais, que é referido com menos expressão e alterna entre muito e pouco prioritário, tendo sido identificado por municípios de apenas duas CIM (CIMAC e CIMLT).

A questão da **formação** é outro dos objetivos estratégicos frequentemente apontado pelos municípios. Nesta matéria estão incluídas essencialmente questões relacionadas com formação de públicos ou formação de interlocutores para o setor, deixando a questão da ligação com o setor educativo para uma outra linha estratégica. A prioridade dada pelos municípios a este objetivo estratégico alterna entre muito prioritário ou pouco prioritário e é muito relevante nos municípios da CIMLT, não tendo dado qualquer indicação neste campo os municípios da CIMAC

As questões da **democratização, acessibilidade e inclusão social**, são muito expressivas quando os municípios identificam os seus objetivos estratégicos. Com exceção da CIMAA, em todos as restantes CIM os municípios indicaram este tema como objetivo estratégico. O grau de importância atribuída a esta matéria varia entre muito, médio ou menos importante, de igual forma.

O **aumento da oferta e da diversidade da oferta cultural** é outro dos objetivos estratégicos amplamente abordado pelos municípios, embora com maior expressão nos municípios da CIMLT e da CIMAA, ao contrário da CIMAL e da CIMBAL. A hierarquização atribuída pela maioria dos municípios que indicou este objetivo é média.

A **valorização das tradições e da identidade local** é outro dos objetivos estratégicos amplamente referenciado pelos municípios, de igual forma no quadro das NUTS III, apenas não tendo indicado nada neste sentido, os municípios do Alto Alentejo. Este objetivo, apesar de muito referido, não assume a prioridade máxima para os municípios, em nenhum caso.

A **promoção da cultura como eixo de desenvolvimento integrado e sustentável do território** está também patente nas preocupações dos municípios, sendo que estes, com exceção dos municípios integrados na CIMLT, atribuem uma importância elevada ou média a este objetivo.

O **incentivo à criação artística** local é definido como eixo estratégico por municípios integrados em todas as CIM, embora com níveis de hierarquização menos relevantes.

No caso do reforço do **trabalho em rede e de redes culturais**, outro eixo amplamente apontado pelos municípios, este é desigual no quadro das NUTS III, com maior incidência na CIMAC e CIMBAL, sendo a importância atribuída pelos municípios a este eixo estratégico muito variada entre os três níveis hierárquicos.

Com menor incidência verifica-se a indicação de **ligação com o setor educativo** como objetivo estratégico para 2030, ocorrendo de forma quase transversal em todas as NUTS III, não tendo sido referido apenas pelos municípios da CIMAC, enquanto objetivo estratégico. Este objetivo assume quadro de importância relativa, não tendo sido indicado como prioritário em qualquer circunstância.

A **relação com o turismo** também é apontada pelos municípios como tendo que estar integrada nos objetivos estratégicos para a cultura no horizonte 2030, relacionada sobretudo com o aspeto da fruição e do aumento de visitantes. Esta matéria é indicada quer em relação com a valorização do património cultural, quer como o aumento da oferta cultural, capaz de atrair mais visitantes. Este objetivo é identificado de forma mais relevante, e prioritária nos municípios do Alto Alentejo, assumindo uma importância média nos municípios do Baixo Alentejo e da Lezíria, não sendo identificado nos municípios pertencentes às restantes CIM.

Também preocupações com **programação cultural** são indicadas pelos municípios como fazendo parte dos seus objetivos estratégicos. A ocorrência no quadro das NUTS III não é igual, com algumas a não referirem esta matéria (Baixo Alentejo e Lezíria do Tejo), sendo que o seu grau de importância é também muito variado para os municípios.

Apesar de ser pouco indicado pelos municípios, a questão de **reforço e adaptação financeira** para o setor cultural é considerado como prioritário para todos os municípios que indicaram este objetivo estratégico.

A **melhoria dos equipamentos culturais** é sobretudo referida como sendo um objetivo estratégico de primeira importância para os municípios da Lezíria do Tejo, mas no geral, é pouco indicado pelos restantes municípios.

Já questões com a **comunicação e marketing** são apontadas mais transversalmente no território, muito embora com um número reduzido de municípios a fazerem-no e com graus de importância também eles muito diferenciados.

São também referidos pelos municípios, isoladamente, questões como **transição digital** e **mapeamento cultural**, que assumem, contudo, a prioridade máxima para os municípios que os indicaram. Criar **áreas de especialização territorial** e **planos estratégicos** são apenas mencionadas por um município cada, que lhes atribuem um grau de importância média.

Em termos de CIM, podemos observar que a CIMAA manifesta interesse essencialmente com a formação de públicos e de interlocutores para o setor cultural e com o aumento da oferta e da diversidade da oferta cultural. No caso da CIMAC as indicações dadas vão no sentido de assegurar a salvaguarda, preservação, divulgação e fruição do património cultural material e imaterial, da promoção da cultura como eixo de desenvolvimento integrado e sustentável do território e com a questão do desenvolvimento das redes culturais e trabalho em rede. A CIMAL apresenta objetivos estratégicos muito dispares no conjunto dos municípios que a compõem sendo de destacar a democratização, acessibilidade e inclusão cultural. No caso da CIMBAL os principais objetivos relacionam-se como o apoio aos diferentes agentes culturais do território, assim como assegurar a salvaguarda, preservação, divulgação e fruição do património cultural material e imaterial. Em termos de CIMLT, podemos observar que manifesta objetivos relacionados como a formação de públicos e de interlocutores para o setor, com aumento da oferta e da diversidade da oferta cultural, incluindo também questões com identidade e tradições locais.

4.4.3. Projetos específicos

Os municípios foram também inquiridos em pergunta aberta sobre projetos prioritários para os setores culturais e criativos a implementar no horizonte 2030.

Responderam a esta questão 33 municípios, de todas as CIM. As respostas obtidas foram sujeitas a uma análise temática, qualitativa, no sentido de identificar principais eixos temáticos, de alguma forma presentes no quadro geral do território.

Todas as CIM responderam a esta questão aberta, muito embora nem todos os municípios o tenham feito. As respostas dos municípios variaram entre os 42% (municípios da CIMAA) e 89% (municípios da CIMAC).

A maioria dos municípios indicou como projeto prioritário para o setor cultural e criativo no horizonte 2030 a **reabilitação e conservação do património cultural, material e imaterial**. Municípios de todas as CIM identificaram este como sendo um projeto prioritário. Sem dúvida, foi este o projeto prioritário mais observado nas respostas indicadas.

Projetos relacionados com **eventos, programação e oferta cultural** são muito referidos pelos municípios quando falamos em cultura para 2030. Também neste âmbito os municípios de todas as CIM indicaram estes tipos de projeto como sendo prioritário.

Projetos relacionados com o domínio dos **museus** (incluindo exposições) são também referidos, quer na melhoria das condições técnicas destes equipamentos, quer na melhoria da oferta expositiva e museológica, assim como as condições de fruição.

Estas três tipologias de projeto são as mais indicadas pelos municípios e as que se observam ser mais transversais a todo o território da NUTS II.

A criação de projetos de **criação de roteiros culturais** em ligação com a melhoria da oferta turística é também expressiva, tendo sido referida por municípios de quatro CIM, apenas excetuando o Alto Alentejo.

Com menos relevância são apontados como prioritários para o setor cultural no horizonte 2030 projetos relacionados como **valorização das tradições e identidades locais** ou com melhoria de equipamentos culturais, este último indicado sobretudo por municípios da CIMAL e CIMLT.

Projetos relacionados com **formação de artistas e de técnicos, por um lado, e de públicos, por outro**, estão presentes nas preocupações de menos municípios com destaque para os que integram a CIMAA. Relativamente a projetos de **dinamização de redes culturais** ou melhoria de relação com agentes e associações culturais são referidos essencialmente como sendo prioritários para os municípios do Alentejo Central e do Baixo Alentejo.

Relativamente pouca atenção é prestada a projetos digitais culturais, à criação artística ou mesmo às matérias da acessibilidade.

Isoladamente ocorrem indicação de projetos com divulgação cultural, desenvolvimento de parcerias, adequação financeira, "hubs" criativos ou políticas culturais integradas, sendo cada um destes projetos indicados por municípios integrados em diferentes CIM.

Em termos de CIM, observa-se que a CIMAA apresenta uma grande panóplia de projetos considerados como prioritários, sem identificar propriamente eixos principais regionais de atuação, situação que também se verifica na CIMAL. A CIMAC identifica claramente a reabilitação e conservação do património cultural, ao qual não estará dissociado a aposta na criação de roteiros culturais associados à oferta turística. No caso da CIMBAL, a prioridade de projetos recai na reabilitação e conservação do património cultural, nos projetos de eventos, programação e oferta cultural, e ainda nos projetos decorrentes e afetos ao domínio museológico. A CIMLT refere como prioritários os projetos de reabilitação e conservação do património cultural e os projetos de eventos, programação e oferta cultural.

4.4.4. Municípios e entidades privadas lucrativas

Foi ainda solicitada a opinião dos municípios sobre a sua relação com entidades do setor privado lucrativo, não associativas. Esta opinião foi recolhida tendo em conta os projetos desenvolvidos neste modelo entre 2017-2021, o balanço que o município faz da relação desenvolvida com essas entidades no referido período, e foi também solicitado que fossem indicadas quais as linhas de ação a seguir quanto à ligação com estas entidades privadas lucrativas no que toca ao desenvolvimento de projetos no âmbito dos setores cultural e criativo no horizonte 2030.

Esta opinião, formulada através de questão aberta, originou 16 respostas por parte dos municípios, distribuídas de igual forma pelas diferentes NUTS III, o que corresponde a um número reduzido de municípios que responderam, cerca de 34% da percentagem total de municípios que responderam ao inquérito por questionário.

No que concerne aos projetos executados no âmbito 2017-2021, destacam-se as parcerias para organização e desenvolvimento de atividade e ações culturais – sobretudo eventos, que envolvam alguma promoção do território, como por exemplo eventos gastronómicos ou artísticos, aqui com destaque para os de natureza musical. O apoio na cedência de espaços culturais por parte dos municípios a outras entidades é ainda referido.

O setor do turismo, com o desenvolvimento de projetos de turismo cultural, parece ser privilegiado para o estabelecimento de relações entre os municípios e o setor cultural privado lucrativo, com apoio a projetos de natureza turística. Mais raros são os casos de colaboração em projetos relacionados com salvaguarda, proteção e valorização de património histórico, também decorrente do tipo de propriedade e afetação destes bens. A prestação de serviços parece ser o modelo de colaboração indicado pelos municípios.

O balanço efetuado é muito positivo. Tanto quanto aos municípios, como quanto às entidades privadas. Os resultados positivos são referidos por *stakeholders* mais alargados (comércio, serviços entre outros), refletindo laços e esforços de colaboração entre estas entidades, apesar da sua diferente natureza. Destaca-se o cumprimento dos compromissos assumidos por ambas as partes. Em alguns casos, embora pouco expressivos, o reconhecimento pelo trabalho efetuados por estas entidades privadas revela-se como uma mais-valia para o município. Assume-se ainda que há espaço para uma maior eficácia destas colaborações, sobretudo com a celebração de novas parcerias.

Quanto a linhas a seguir estas vão no sentido da continuidade e manutenção das parcerias e protocolos estabelecidos, com destaque para o papel das entidades privadas na estruturação de alguns produtos, como por exemplo, os produtos turísticos. Contudo, os municípios ressaltam que a colaboração com estas entidades do setor privado lucrativo será considerada em termos futuros, quando essa opção se revele (no entendimento do município) mais eficiente e/ou o município não disponha de capacidade interna para o efeito.

V – GRUPOS FOCAIS

5.1. Os Grupos Focais CIM

O primeiro conjunto de grupos focais foi realizado com as CIM da NUTS II – Alentejo, devidamente enquadrado em capítulo anterior.

A análise do *corpus* documental dos resultados obtidos segue uma análise temática de conteúdos, em torno das grandes temáticas que foram abordadas, tendente à indicação das principais ideias veiculadas pelas CIM.

Todas as citações foram codificadas de forma a garantir o anonimato dos intervenientes. Os perfis seguem a seguinte composição e sequência: [n.º do Grupo Focal, participante].

5.1.1. Balanço das políticas culturais intermunicipais até 2020

A partir do debate realizado, o balanço feito pelos/as participantes nos grupos focais das CIM, identificou impactos da cultura no desenvolvimento regional.

Neste contexto a maioria dos/as participantes das CIM reconhece uma **dimensão instrumental da cultura**, que deve ser articulada com outras dimensões instrumentais.

A cultura serve para promover a educação, serve para a inclusão social, é um instrumento e não é um fim em si. [GF_CIM#01_participante#07]

Na minha opinião estes programas são sempre oportunidades para os territórios se enriquecerem (...). Nesse sentido nós vemos com bons olhos, ferramentas que nos permitem dar esse espaço e concretizar projetos dessa natureza. [GF_CIM#01_participante#07]

As CIM identificaram ainda que os impactos dos vários domínios dos setores criativo e cultural não são equivalentes, com **alguns domínios mais relevantes**, como o caso do património cultural.

Em primeiro lugar, no caso da [...], a questão do património cultural estava no seio do pacto, ou seja, os senhores presidentes de câmara entenderam na altura (...) que esta seria uma prioridade de investimento. [GF_CIM#03_participante#14]

De salientar que houve alguma preocupação, mas também espartilhada, com as questões do património e da recuperação de património. [GF_CIM#04_participante#21]

Também o **acesso das comunidades** à cultura foi analisado no conjunto dos grupos focais das CIM.

(...) queremos que seja acessível a todos. [GF_CIM#02_participante#09]

Os nossos equipamentos culturais estão muito direcionados para os próprios públicos locais. [GF_CIM#03_participante#14]

(...) projetos e que é muito interessante porque de facto estimula a coesão social e não só uma programação cultural não? Deixa de ser só sobre produzir programação cultural e também sobre desenvolvimento de públicos que é fundamental para suportar todo esse outro movimento. [GF_CIM#04_participante#28]

Com menos expressividade, as CIM focaram os impactos na **fixação de pessoas no território**, abordado por duas CIM:

Um país praticamente parado nós estamos numa zona periférica, numa zona de baixa densidade, em que o fluxo depois de turistas cortou-se completamente. Nós não tivemos praticamente ninguém aqui. [GF_CIM#02_participante#12]

(...) dois problemas que às vezes confundem: um é a desertificação (...) outro problema que é o despovoamento (...) mas onde é que estão as pessoas para encher os Cineteatros e outros equipamentos que vão existindo aqui pelo Alentejo. [GF_CIM#03_participante#19]

Também com menor expressão as CIM fizeram a sua análise relativamente aos impactos decorrentes dos processos de **transição digital**.

Não esquecer a transição digital na cultura porque é uma realidade que veio com o covid e que a cultura também tem que se adaptar e vice-versa. Tem que se pensar na questão da digitalização da cultura, isto ligando também à investigação. [GF_CIM#03_participante#16]

Um outro tema relacionado com o balanço efetuado foi a matéria da **articulação entre setores, entidades e agentes** e as consequências no plano cultural. Relativamente a este tema, as opiniões recolhidas permitiram identificar CIM que reconheceram terem existido articulações entre diversos setores culturais dentro dos municípios e o próprio papel desempenhado por si nesse processo, e com outras a evidenciar o reduzido papel das CIM nas dinâmicas culturais do território.

Foi bastante importante porque nos ajudou a preparar definitivamente toda a candidatura. Houve um grande apoio por parte da CIM. [GF_CIM#02_participante#12]

Uma mudança no sentido de passar de apoio pontual ao apoio a ações pontuais ou organização de ações pontuais para uma atuação de propósito estratégico. [GF_CIM#04_participante#22]

No fundo é mais um apoio de organização e desse ponto de vista também não temos assim grande impacto. [GF_CIM#03_participante#14]

A CIM ela própria não tem nenhuma competência delegada, nem vai ter (...) nenhuma competência delegada na área cultural (...). Nós o que fazemos do ponto de vista cultural não é coisa nenhuma. [GF_CIM#05_participante#33]

Um outro tópico abordado extensivamente pelas CIM foi a falta, no campo das políticas culturais, da existência de uma **estratégia regional para a cultura**, quer no âmbito municipal, quer no âmbito das próprias CIM. As opiniões são unânimes quanto à ausência de políticas culturais pensadas à escala da região.

Falta-nos este documento muito estratégico. (GF_CIM#01_participante#07)

Em termos de políticas públicas aqui no território, nós enquanto Comunidade Intermunicipal, de fato estamos um bocado limitados. [GF_CIM#03_participante#14]

(...) portanto não acho que tenha havido dimensão cultural no país regional. [GF_CIM#04_participante#21]

É que há, apesar de não haver aqui uma política regional por razões que poderemos se quiserem abordar, mas há de facto um conjunto de políticas culturais. [GF_CIM#05_participante#33]

A oferta cultural, a produção cultural está muito centrada, talvez demasiado centrada e os municípios as autarquias tem um peso ainda muito forte muito decisivo. [GF_CIM#05_participante#30]

Em termos de articulações setoriais todos os GF das CIM identificaram, claramente e em primeiro lugar, a **articulação do setor cultural com o turismo**.

Temos tentado, dentro das nossas possibilidades, alavancar também aqui com as questões culturais e com a programação cultural que vamos tentando fazer alavancar sempre o desenvolvimento económico e turístico aliado muito ao turismo e à visitação. [GF_CIM#01_participante#05]

E depois também temos de ir para que a estratégia alinhada CIM, municípios e simultaneamente com a Entidade Regional de Turismo. [GF_CIM#02_participante#09]

Mas não há dúvida que cultura é um dos fatores essenciais da atração turística e é um complemento. [GF_CIM#05_participante#29]

Com menos expressividade se dá conta da **articulação entre cultura e educação**.

Relativamente ao museu temos um trabalho sistemático desenvolvido com o público escolar e também corre perfeitamente. [GF_CIM#01_participante#02]

Nós aqui temos feito um esforço no sentido de criar ações para vários públicos em que a educação patrimonial é o foco e trabalhamos atualmente com as escolas. [GF_CIM#03_participante#17]

Relativamente à articulação com agentes a maioria das CIM reconhece o papel dos **agentes associativos** nas dinâmicas culturais, enquanto as ligações com o **setor empresarial** são mencionadas apenas por uma CIM.

O que nós tentamos sempre é que haja *players* locais a candidatar a este tipo de linhas de financiamento. [GF_CIM#01_participante#01]

Olhar para a região é olhar para o movimento associativo, não nos podemos esquecer que a cultura é feita com as pessoas da terra, pelo movimento associativo. [GF_CIM#03_participante#15]

A questão da plataforma cultural e criativa, também tem sido também um exemplo muito interessante e que nos permitiu exatamente aquela questão de nos conhecer uns aos outros, porque muitas vezes nós estamos no território cada um está no seu sítio, no seu canto e acabamos por não conhecer os outros. [GF_CIM#04_participante#23]

(...) potenciou o enquadramento entre os agentes culturais e outros atores nomeadamente empresas. [GF_CIM#04_participante#28]

O terceiro tema em debate neste momento avaliativo recaiu sobre o Programa Operacional Alentejo 2020, especificamente sobre a sua dimensão cultural. Um dos temas mais abordados e que reuniu posições mais consensuais entre as várias CIM foi o tema do financiamento. Abordou-se a necessidade de existir **linhas de financiamento dedicadas à cultura no PO** e debateu-se sobre as **dificuldades de acesso ao financiamento**, que advêm do facto de existir pouca preparação para esta tarefa.

Portanto este 2020 necessitaria ou deveria ter necessitado de uma linha de financiamento específica para a parte da programação cultural. [GF_CIM#03_participante#14]

Já houve anteriores quadros comunitários uma vertente mais, muito mais vincada para o setor cultural. [GF_CIM#05_participante#33]

Embatemos sempre com este grande constrangimento que é o fato de não estarem familiarizadas com as linhas de financiamento, não saberem como é que se apresenta uma candidatura, muitas vezes são processos que são demasiado complexos para as nossas associações, e a captação aqui ou a construção de candidaturas para captar financiamento é uma questão que muitas vezes nem sequer lhes passa pela cabeça. [GF_CIM#01_participante#01]

Não são muitos neste momento, os agentes culturais que dão esse passo por não estarem preparados. [GF_CIM#05_participante#30]

Decorrente da questão de financiamento dedicado, as CIM identificaram ainda que o PORA 2020 apostou em **linhas de ação, no setor cultural, pouco consequentes**.

A maior parte dos projetos intermunicipais, efetivamente, têm muito a ver com os avisos de abertura das candidaturas do Alentejo 2020 e da sua elegibilidade

de despesa; estão muito presas ao que dizem os avisos e o que é que está definido nos planos de ação, e dessa tipologia de investimento não podemos fugir muito. Às vezes, temos que vestir o fato de acordo com o que nos é pedido. [GF_CIM#03_participante#18]

Houve uma dimensão de programação cultural, mas aqui muito erradamente na minha perspetiva completamente condicionada a indicadores de realização e de resultado que são indicadores turísticos e acho que isto é um erro crasso. [GF_CIM#04_participante#21]

As questões relacionadas com a **operacionalidade do Alentejo 2020** foram outra das temáticas abordada pela maioria das CIM, demonstrando a sua pouca facilidade.

No programa operacional 2020 a parte cultural esteve espartilhada por diversas áreas e isso faz com que a cultura não seja um fim em si, mas simplesmente ter diversos princípios. [GF_CIM#01_participante#04]

Este programa não é amigo dos agentes culturais nem da apresentação de projetos a não ser num patamar superior de desenvolvimento (...) ele não está elaborado para facilitar a vida àqueles de quem a menos conhecimentos têm. [GF_CIM#04_participante#27]

São ainda identificadas **assimetrias regionais de participação** na elaboração e no acesso, não só ao Alentejo 2020, mas à generalidade dos programas de apoio à cultura, referindo essencialmente ainda uma centralidade de decisão que é apresentada com uma avaliação negativa.

Enquanto não houver uma discriminação claramente positiva em relação a estes territórios não há concertação económica e social a nível global do país e, portanto, tudo aquilo que se todas as necessidades que todos conhecemos encontram imensas dificuldades para ter resposta. [GF_CIM#04_participante#26]

Efetivamente, às vezes ligar mais aquilo que nós indicamos, porque nós temos essa proximidade com as nossas comunidades, do que efetivamente a alguém de Lisboa que define essas linhas de financiamento e são subsumidas aos planos de ação e aos programas operacionais. [GF_CIM#03_participante#18]

As CIM salientam, em relação ao PORA 2020, alguns pontos positivos, refletindo sobre as **oportunidades** que se fizeram existir:

É que acho que o impacto, e esta questão do Alentejo 2020, foi fundamental para o desenvolvimento cultural e não só, até mesmo em termos de emprego, quando a obra há emprego, quando há investimento na cultura também emprego, há retorno, portanto é sempre é sempre uma mais-valia. [GF_CIM#02_participante#10]

Afirmar que é significativo e muito importante que haja programas, um programa Alentejo 2020, acho que já é muito positivo. [GF_CIM#03_participante#15]

Portanto um forte investimento na área da cultura, criar uma dinâmica completamente nova e, portanto, nunca em momento algum houve um investimento tão forte na cultura como nestes anos, nestes últimos anos. [GF_CIM#05_participante#29]

5.1.2. Perspetivas para 2030

As CIM refletiram ainda de uma forma prospetiva para o período temporal até 2030. Neste âmbito foram indicadas as **necessidades culturais no próximo programa**.

Todas as CIM referiram a construção de **redes culturais**, como sendo estruturante para um futuro da cultura na região.

Na minha opinião talvez o trabalho em rede deva ser mais coeso mais forte. [GF_CIM#02_participante#11]

É importante para o próximo quadro, primeiro apostar no trabalho em rede. É necessário criar escala no âmbito da cultura. [GF_CIM#05_participante#29]

Dentro ainda das necessidades culturais, uma maior **modernização dos agentes culturais** foi ainda identificada pela totalidade das CIM, como sendo uma destas necessidades.

(...) que é uma profissionalização da parte dos agentes culturais. [GF_CIM#01_participante#04]

Portanto, a capacitação desses agentes continua a ser uma área de intervenção importantíssima. [GF_CIM#04_participante#22]

Como necessidade as CIM identificaram a existência de uma **política cultural** para o território, objetivada e concretizável.

Penso que poderá também existir uma conjugação de esforços de todos para que exista, de facto, uma política cultural cada vez mais concertada e articulada entre todos os parceiros deste território que é imenso e pode sofrer um pouco da interioridade que o caracteriza. [GF_CIM#03_participante#17]

Se o conjunto dos executivos municipais entenderem que há uma mais-valia na estruturação da cultura por via da CIM, com certeza que se fará, mas não é impeditivo para que as coisas corram no caminho certo. [GF_CIM#05_participante#33]

As CIM identificaram também a necessidade da cultura **se inserir na base do desenvolvimento da comunidade**, assumindo a sua relevância.

Criar sistemas próprios de financiamento para que este produto específico possa crescer e desenvolver-se e ser suficientemente atrativo para o território para que promova o seu desenvolvimento então estaremos a dar um salto ainda maior. [GF_CIM#01_participante#07]

Dimensão de mediação de arte comunitária, de desenvolvimento comunitário, desenvolvimento públicos é essa a dimensão da cultura que para mim é mais importante. [GF_CIM#04_participante#26]

Salientam ainda o acesso alargado das comunidades à cultura, como uma das mais relevantes necessidades para o próximo período, sendo sentida por todas as CIM, quer e como forma de promover a democratização da cultura.

O consumo cultural, é essencial que seja incentivado e que se consiga um acesso cada vez mais democrático aquilo que é a cultura e daquilo que são as atividades culturais. [GF_CIM#03_participante#17]

E se nos nossos territórios também pudéssemos, de alguma forma, fazer com que as pessoas percebam que todos são agentes culturais, a cultura não é uma área que está apenas ao alcance de alguns a cultura é de todos, é para todos, e todos podem ser agentes culturais. [GF_CIM#01_participante#01]

E promover um acesso generalizado à cultura. [GF_CIM#04_participante#21]

As necessidades identificadas em larga escala pelas CIM incluem ainda preocupações com a questão da **criação e formação de públicos**.

Tentar educar os nossos públicos construir novos públicos para a cultura tendo contato também com outras experiências de outros países e de outras regiões. [GF_CIM#05_participante#30]

Queremos captar públicos e queremos trazer os públicos cá três ou quatro dias, temos material suficiente para manter estes públicos cá três ou quatro dias? [GF_CIM#01_participante#08]

Neste âmbito é dado destaque à relação que se deve estabelecer com as **comunidades educativas**, sendo esta uma necessidade indicada pela generalidade das CIM.

Muito importante integrar as escolas, as escolas em geral, desde os primeiros ciclos até o ensino superior. [GF_CIM#04_participante#23]

É muito importante que haja interação desse evento com as gerações mais novas, com as escolas, com educação (...) ou seja haver interação entre os eventos e a educação e a cultura, só assim é que se consegue educar o público para consumir cultura. [GF_CIM#01_participante#06]

Estas necessidades identificadas foram ainda aprofundadas pelas CIM que colocam a **fixação de gente no território** como uma condição para o desenvolvimento cultural, refletindo a realidade do território, identificada no momento da avaliação retrospectiva. Todavia reconhece-se que o papel da cultura não pode ser visto apenas limitado a este objetivo.

De facto, nós temos tudo, exceto pessoas. Em resumo, é isso, porque nós temos tudo, é só colocar cá as pessoas. [GF_CIM#02_participante#11]

A questão da desertificação do território e de conseguir fixar as pessoas, eu acho um dos fatores que contribui para fixar as pessoas e as populações também passa pela cultura. [GF_CIM#03_participante#16]

Também reconheço que não é a nossa função não é por isso que fazemos cultura aqui não é para fixar populações. [GF_CIM#05_participante#29]

Com menos expressividade são ainda identificadas necessidades relacionadas com a **descentralização da cultura**.

Há necessidade que também nesta área da cultura temos que haja uma efetiva descentralização e uma alteração da governação e do território que passará necessariamente e perdoem-me a inclusão aqui deste aspeto mais político pela criação das regiões administrativas cozer todos estes aspetos que aqui falámos. [GF_CIM#04_participante#25]

Sobre a existência e funcionamento dos **equipamentos culturais**, esta não é uma necessidade sentida pela generalidade das CIM, tendo apenas sido indicada por uma.

Qualificação, requalificação de equipamentos, a sua melhoria não é, até mesmo a criação de novos equipamentos. [GF_CIM#01_participante#05]

As CIM refletiram ainda sobre modelos que poderiam ser equacionados para o próximo programa operacional da região. Acima de tudo as CIM apontaram para a criação de modelos que reconheçam a cultura como **factor de desenvolvimento sustentável**, com capacidade de **combater problemas sociais** que afetam o território Alentejo.

E a partir das artes e da cultura eu estou convencido que é possível criar mais sociedade, mais igualitária, uma sociedade em que as pessoas sejam mais felizes. [GF_CIM#04_participante#26]

E as pessoas procuram outras coisas e o fator cultural pode efetivamente trazer particularidades às regiões que façam com que esse fator de atratividade seja exponenciado. [GF_CIM#05_participante#32]

Que o setor cultural tem e que é uma ferramenta poderosa que nós temos no desenvolvimento e muito para lidarmos com problemas sociais complexos que cada vez mais temos na nossa sociedade e não podemos deixar esta ferramenta, tem que lhe ser dada importância. [GF_CIM#01_participante#05]

No sentido de motivar agentes da Comunidade a não desistirem das suas ações de voluntariado, de associados, que tendem a perder-se e, portanto, isso é fundamental. [GF_CIM#03_participante#15]

A maior relevância é identificada em torno de modelos que apostem em **cruzamentos**, quer de ações e áreas do setor cultural, quer entre agentes, sendo todas as CIM favoráveis à criação de modelos que se baseiem nestas articulações.

Isto faz-se cruzando a cultura com outras dimensões, portanto, parece-me que o programa deveria incentivar a de alguma forma este cruzamento que já foi aqui referido. [GF_CIM#04_participante#21]

(...) ou seja, eu acho que nós havemos de chegar, um dia destes a um programa integral e cultural, museológico, bibliotecas, etc. esse é o meu objetivo, é com esse que eu trabalho todos os dias. [GF_CIM#01_participante#04]

A totalidade das CIM reconhece também que o **maior intercâmbio entre entidades responsáveis e agentes culturais**, deve estar na base dos modelos de intervenção.

Mas penso que qualquer situação que se trabalho em conjunto, seja com a CIM, seja o Turismo do Alentejo, seja com a Direção Regional de Cultura ou outra instituição. Até com as próprias instituições dos politécnicos ou as próprias universidades, são as mais valias nesta área. Eu penso que se trabalharmos todos em conjunto para valorização do [...], certamente que nós, nós municípios e nós região teremos tudo a ganhar no fundo. [GF_CIM#02_participante#10]

Que fluísse (...) a articulação entre as diferentes entidades e podíamos obviamente alcançar resultados muitíssimo melhor. [GF_CIM#04_participante#27]

Aliás, a matéria da **governança participada e participativa** é também reconhecida pelas CIM como um modelo a prosseguir na área cultural.

E a área da cultura não pode ser trabalhada desta maneira. Tem que ser trabalhada da consulta, da participação, do sentido de pertença, do querer fazer do querer estar e lá está do próprio saber fazer, não é, que é tão importante capacitar as pessoas também neste sentido. [GF_CIM#01_participante#08]

Não vir de cima para baixo de facto de vir de baixo para cima e o de baixo aqui considerado uma região com baixíssima densidade em tudo o que isso implica. [GF_CIM#04_participante#21]

De uma forma mais operativa as CIM apontam na direção de modelos que promovam uma **ligação com o turismo** (todas as CIM indicaram a aposta em modelos intersectoriais com o turismo); e ainda com a **educação**.

É fundamental que esta ligação depois também com o turismo se efetive de facto. (GF_CIM#02_participante#12).

Há o turismo é muito importante. O turismo cultural também é outra dinâmica (...) Mas ao turismo cultural que é muito importante e no Alentejo de baixa densidade o turismo de baixa densidade, aquele turismo que privilegia aos nichos e não o turismo de massa é muito importante para ativar aquilo que é a identidade do património e a cultura. [GF_CIM#04_participante#23]

E acho que cada vez é mais importante que nas escolas a atividade cultural esteja muito presente. [GF_CIM#05_participante#29]

É muito importante este trabalho que envolva as nossas escolas, eu considero que este trabalho começando logo com as crianças estamos aqui a educar os nossos públicos e a educar o futuro em termos de cultura. [GF_CIM#01_participante#05]

A ligação com o **turismo**, não está isenta da reflexão, por parte das CIM; de alguns **impactos negativos** sobre o setor cultural.

Não sou completamente a favor de que esta cultura tenha que estar exclusivamente virada para o turismo. [GF_CIM#03_participante#19]

Porque com o desenvolvimento turístico que é inevitável destes territórios, podemos assistir alguma descaracterização também dos principais núcleos. [GF_CIM#05_participante#29]

Ainda num campo mais operacional de modelos, as CIM, com bastante expressividade, apontaram para a criação de modelos que reflitam a **sustentabilidade dos projetos**, incluindo o seu modelo de financiamento e modelos que apostam em **continuidade de projetos**.

Do já existente, porque nós temos que, de facto, de dar sustentabilidade aos vários sítios, sejam dependentes de municípios ou não, que já existem no território que carecem dessa afirmação. [GF_CIM#02_participante#12]

Portanto é essencial que exista uma continuidade e atrevo-me até a dizer que possamos ver sempre a cultura a ser cada vez mais apoiada porque, de facto, essa é uma necessidade que todos nós sentimos e de fato é essencial. [GF_CIM#03_participante#17]

Se calhar temos ali um projeto do milhão e meio de euros. Vamos avançar com ele porque temos a certeza de que vai haver dinamização dentro do projeto. Agora se fizer um projeto para estar lá e depois estar à espera que alguém apareça, faz sentido? Portanto, temos que ver aqui a questão do custo-benefício. [GF_CIM#01_participante#08]

As CIM argumentam ainda que estes modelos devem ter uma base territorial, local, e ser até liderados pelas CIM, embora de forma diferenciada.

Há muito trabalho que pode ser feito tendo por base uma entidade que faça esta gestão, esta ponte, ainda que uma entidade com poucos meios, como disse, mas que faça esta ponte, esta ligação entre os diferentes municípios. [GF_CIM#03_participante#15]

Não sei se o formato CIM, sendo muito concreto e pragmático (...) não sei se o formato da CIM será o melhor. [GF_CIM#05_participante#33]

Sobre uma última linha de debate, as CIM foram convidadas a contribuir com **ideias para um próximo programa operacional** do setor da cultura.

Numa primeira instância, as CIM reconhecem que o trabalho no setor cultural vem acompanhado de uma necessária **mudança de abordagem** relativamente a este.

Passa muito por também ter outras formas de trabalhar, efetivamente estarmos mais preparados para quem nos visita. [GF_CIM#03_participante#18]

E a partir das artes e da cultura eu estou convencido que é possível criar mais sociedade, mais igualitária, uma sociedade em que as pessoas sejam mais felizes. [GF_CIM#04_participante#26]

De facto, a questão da **coesão social** surge como tema agregador para ideias para um novo programa cultural.

Fazer uma candidatura de cultura para todos, aqui a cultura ao serviço da integração e da coesão social. [GF_CIM#01_participante#07]

Diria que trabalhar as questões da participação da coesão social são fundamentais, e a participação não se trabalha apenas na auscultação a participação exige programas de média ou longa duração que nos aproximem das pessoas e que de alguma forma, suportem as pessoas. [GF_CIM#04_participante#28]

Como ideia de grande alcance e expressão surgem os projetos relacionados com o **património cultural**, quer na sua vertente material, mas com especial incidência na vertente imaterial, com todas as CIM a indicarem este domínio cultural como essencial para um programa futuro.

A evoluir será sempre para a valorização do património cultural existente, para a valorização das gentes desta terra. [GF_CIM#02_participante#10]

Relacionados com o património imaterial que são essenciais, fulcrais mesmo, porque é esta questão do património imaterial que que distingue este território do lado e aqui. [GF_CIM#03_participante#17]

A **programação cultural** é uma outra tipologia de projetos que é referenciada por quase todas as CIM. Neste âmbito ganha destaque a programação cultural em rede.

Temos vindo a conversar sobre a importância de criar algumas outras redes em torno da programação. [GF_CIM#01_participante#07]

Uma rede que nós criamos aqui, uma espécie mais alargada, todos irão participar nesta programação cultural e de fato conseguimos ter aí sim uma programação cultural. [GF_CIM#03_participante#14]

Projetos orientados para a **transição digital** são ainda apontados pelas CIM

Apontaria as necessidades de transmissão cultural, encontrar as pessoas que nos possam ainda transmitir conhecimentos que não têm de ser aplicados às

novas tecnologias ou traduzidos por via das novas tecnologias.
[GF_CIM#04_participante#28]

Relativamente aqui à questão que estava falando aqui na questão cultural, há aqui uma vertente que acho que deve ser casada e quando se falava no digital eu recordei-me disto. [GF_CIM#03_participante#14]

Com menos expressividade são ainda apontados projetos relacionados com a **criação artística** ou a **multiculturalidade**.

Planos apoio à criação artística. [GF_CIM#01_participante#07]

Se tivermos em conta as questões da imigração que começam a ter peso nesta região e, portanto, o diálogo intercultural a integração a cultura pode desempenhar aqui um papel muito importante nesta na coesão social na inclusão social. [GF_CIM#04_participante#22]

Projetos centrados nas questões de **comunicação e divulgação** são também referidos, associados a uma promoção do território.

Melhorar é a forma que nós temos que dar de nos promover, de nos dar a conhecer, de atrair pessoas para o nosso território.
[GF_CIM#02_participante#09]

Porque é essencial não só investigar, mas comunica.
[GF_CIM#03_participante#17]

A **formação**, especificamente a formação cultural, é outras das ideias fundamentais para um próximo quadro de apoio, que ganha bastante expressão entre as CIM. Esta formação é reconhecida não só para recursos humanos das entidades municipais, como também formação na instrução de projetos culturais.

Planos de formação para recursos humanos de serviços culturais.
[GF_CIM#01_participante#07]

Formação de como se montam as instituições e funcionam como se monta os projetos, formação de como se monta os projetos e como se pode estar mais atento àquilo que são as escolas as chamadas escolas, aquilo que são as práticas

como é que se desenvolve como é que se desenrola no terreno esta realidade.
[GF_CIM#04_participante#23]

As CIM apresentam ainda algumas sugestões no sentido de alterar os **indicadores de realização** dos programas operacionais, adotando indicadores mais em consonância com a cultura, sendo que é relevante a necessidade de retirar a pressão financeira do setor cultural.

E essa tem que ser uma preocupação mais do que a utilização das camas e quantos jovens é que conseguimos fixar na nossa comunidade e mantê-los.
[GF_CIM#03_participante#19]

Eu ressaltava aqui, talvez valorizava as questões e até associadas a possíveis indicadores, as questões da participação parecem muito importantes no sentido do acesso generalizado da cultura. [GF_CIM#04_participante#21]

A **gestão dos projetos** é ainda um tema abordado pelas CIM, indicando alguns critérios a ter em conta pelo futuro programa.

Mas acho que na área cultural, especificamente, há muito trabalho que pode ser feito tendo por base uma entidade que faça esta gestão, esta ponte, ainda que uma entidade com poucos meios, como disse, mas que faça esta ponte, esta ligação entre os diferentes municípios. [GF_CIM#03_participante#15]

Não podemos é deixar que as políticas públicas criem uma dependência excessiva daquilo que é um financiamento comunitário e, portanto, estejam absolutamente dependentes daquilo que são os objetivos do financiamento comunitário. [GF_CIM#05_participante#33]

5.2. Os grupos focais de agentes por domínios

O segundo conjunto de grupos focais foi realizado com agentes culturais: entidades e profissionais dos domínios culturais e criativos definidos (Arquivos/Bibliotecas; Artes Performativas; Artes Visuais/ Multimédia e Património Cultural) segundo a CSC (INE, 2015), incorporando as várias NUTS III.

5.2.1. Balanço das políticas culturais setoriais até 2020

Os resultados dos grupos focais dos agentes culturais são apresentados agregados por domínio cultural. A partir do debate realizado, o balanço feito pelos/as participantes nos grupos focais dos agentes culturais, identificou **impactos da cultura no desenvolvimento regional**.

Penso que, desde 2017 houve um avanço muito, muito positivo nestas questões culturais no Alentejo. (GF_agentes#06_participante#37)

Não creio que tenha sido muito estratégica... Não creio que tenha um impacto que tinha sido esperado, pelo menos aqui em Évora, nas vilas e nos municípios mais chegados. Eu não, não sei, não sinto que tenham sido. (GF_agentes#07_participante#39)

No âmbito dos impactos o **acesso das comunidades** à cultura foi analisado no conjunto dos grupos focais dos agentes culturais, com todos os domínios do setor a manifestarem a sua posição

alavancar um território com um produto que, eu penso, até então estava muito dissimulado ou muito díspar. (GF_agentes#06_participante#37)

(...) bibliotecas têm sido nos municípios muitas vezes agentes quase pioneiros no sentido de uma programação cultural consistente, com objetivos estratégicos bem delineados como linha, um fio condutor. (GF_agentes#08_participante#46)

Com bastante expressividade os agentes culturais focaram os impactos na **fixação de pessoas** no território.

Queremos pessoas que venham para o território para criar os seus filhos, para dar emprego, para criar atividades paralelas terciários etc. (GF_agentes#06_participante#38)

Infelizmente, não são talvez aquilo que nós esperamos, de fixação de pessoas.
(GF_agentes#07_participante#39)

Os agentes culturais identificaram ainda que os impactos dos vários **domínios dos setores cultural e criativo** não são equivalentes, com alguns domínios mais relevantes, como o caso do património cultural.

Acho que, por exemplo, o património cultural conseguiu sobressair nisto.
(GF_agentes#06_participante#37)

Trabalhou a mesma área dos seus recursos endógenos, no património, na base cultural local, etc. Alargou-se de tal maneira, não estou a dizer que copiaram o modelo, mas era aquilo que de facto para a região, era o recurso que era aparentemente mais visível e mais poderoso. (GF_agentes#09_participante#49)

O papel do setor cultural e criativo no **desenvolvimento regional** é visto de forma diferentes pelos agentes culturais, que refletiram sobre a existência de uma **estratégia regional**.

Muito assimétrica é a grande questão que opõe basicamente, ou seja, ela não chega da mesma maneira com a mesma intensidade a todo o lado.
(GF_agentes#06_participante#35)

Hoje, em praticamente todos os municípios do Alentejo, existem iniciativas culturais, umas mais bem conseguidas do que outras, mas iniciativas culturais mais variadas nos domínios, todos que ele já referiu no domínio científico, ambiental, artístico, gastronómico, etc., praticamente em todas.
(GF_agentes#09_participante#47)

Os impactos decorrentes dos processos de **transição digital** foram menos focados pelos agentes culturais, apenas referidos num dos domínios.

Há uma leitura muito substancial de leitores online, portanto eles são cerca de mais de 20 vezes os leitores presenciais. Isso tem o seu significado em termos de impacto económico e social. (GF_agentes#08_participante#43)

Esta tendência de digitalização [...] tem depois um impacto negativo naquilo que é a possibilidade do resto da comunidade beneficiar, até do ponto de vista não

só da produção de conhecimento, mas também muito do ponto de vista económico. (GF_agentes#08_participante#44)

Quanto à **articulação entre as diversas políticas regionais e agentes**, as respostas foram heterogéneas e não dão conta de um pensamento articulado por parte dos agentes dos diferentes domínios.

Ainda, ao que me parece, ainda pensamos muito cada um com o seu umbigo, não é? E quando se constitui uma rede, na cultura ou em qualquer outra área da sociedade e da vida, nós estamos muito preocupados em resolver primeiro os nossos problemas, temos de os resolver, mas devíamos olhar em conjunto para as situações. Isso falta-nos um bocadinho, sim, aqui há no Alentejo. (GF_agentes#09_participante#48)

Relativamente à existência de **políticas regionais setoriais**, está patente o desconhecimento das mesmas.

Não senti expressão nenhuma ao nível de daquilo do que tem sido o executar das políticas culturais, que pouco se sentem. (GF_agentes#06_participante#38)

Eu não senti articulação espécie alguma. (GF_agentes#08_participante#44)

Há, inclusivamente, a opinião de inexistência de **políticas culturais**.

Falta uma política cultural. (GF_agentes#07_participante#41)

Nem sequer sabia que havia uma política regional para [...]. (GF_agentes#08_participante#44)

Neste campo, os agentes reconhecem que são eles os **principais responsáveis** pela articulação das atividades.

(...) articulação com os outros somos nós próprios [...] de acordo com os meios que detém, com a iniciativa que tem, que vai fazendo essa articulação. (GF_agentes#08_participante#43)

Acho que esse mérito se deve muito aos agentes que têm estado no terreno, muito mais do que as entidades com responsabilidades, nomeadamente a CCDR. (GF_agentes#06_participante#34)

No plano das articulações setoriais, aquela que é mais bem reconhecida pelos agentes culturais é a **articulação da cultura com o turismo**.

Eu tenho ideia de que a estratégia regional se focou muito mais na parte do turismo, tentar desenvolver o território pelo turismo. (GF_agentes#07_participante#39)

Além do turismo naturalmente, e a cultura e o turismo podem estar, devem estar muito ligadas. (GF_agentes#06_participante#36)

Com menos expressividade se dá conta da **articulação entre cultura e educação**.

Até que ponto [...] deviam continuar a permanecer no domínio da cultura e não deviam transitar para o domínio da educação. (GF_agentes#08_participante#46)

Essa dimensão da investigação, não é, que o papel das universidades, quer de Lisboa, também do Algarve, na região mais a sul e à volta de Évora, como é evidente. Trouxe, digamos, como digo, essa base de ter um apor de massa crítica e uma substantividade naquilo que se fazia, não é? (GF_agentes#09_participante#49)

O papel da articulação com as **entidades associativas** é também abordado.

Hoje em dia discute-se cada vez mais o papel do associativismo, dos amadores, ou seja, como é que nós amadores conseguimos entrar em pé de igualdade com, por exemplo, todos os apoios possíveis e propostas que possam vir das direções regionais e afins, qual é o peso que temos ou não. (GF_agentes#06_participante#35)

De todos os agentes culturais de [...] dizer que são muitos, são muitos, há muitos, há associações, há agentes culturais diversos. (GF_agentes#07_participante#40)

O terceiro tema em debate neste momento avaliativo recaiu sobre o Programa Operacional Alentejo 2020, especificamente sobre a sua dimensão cultural. A **pouca**

informação sobre o programa foi um tema analisado pelos agentes dos vários domínios culturais.

Acho que há uma grande falta de informação ou da maneira como a informação nos é transmitida, se nós não formos à procura dela, nós não conseguimos ter acesso às fontes de financiamento. (GF_agentes#08_participante#42)

Eu não me lembro de ter encontrado ou ter sido publicitado alguma possibilidade de me apoiar relativamente neste plano operacional. (GF_agentes#06_participante#35)

Um dos temas mais abordados e que reuniu posições mais consensuais entre os agentes dos vários domínios culturais foram questões relacionadas com a **operacionalidade e transparência do processo de candidatura** consideradas negativamente e ainda as **dificuldades de acesso ao financiamento**.

Quem é o gestor? Ninguém me sabe dizer. (GF_agentes#08_participante#45)

Para já os programas culturais têm optado por regras muito genéricas de acesso que muitas vezes não fazem sentido nos meios pequenos, o programa cultural a ser desenhado para o Alentejo devia ter em conta essas especificidades, não se pode ter as mesmas regras, a mesma matriz de candidatura, de análise etc. que se tem em pequenos territórios, como o que estou aqui a representar, e aquilo que acontece em Lisboa ou no Porto ou em Aveiro. (GF_agentes#06_participante#36)

A metodologia ou o modo como esses apoios culturais são, a política cultural é questionável. (GF_agentes#07_participante#41)

Há um vazio imenso no Alentejo relativamente ao acesso a qualquer tipo de apoio na área da cultura, a cultura não existe para a CCDR Alentejo, e creio que não estou a ser injusta, pura e simplesmente não há, e não havia antes como não há agora. (GF_agentes#08_participante#44)

É ainda dada conta de **assimetrias regionais** de acesso aos programas por parte dos agentes.

Possamos candidatar da mesma forma, a mesma tipologia de eventos, por exemplo, um festival de música Marvão se se candidatar ao PO Alentejo não pode pagar programação, não pode pagar um cachê do artista, o Terras Sem Sombra também não, no Norte é possível, portanto esta assimetria é uma coisa

que eu acho que não pode continuar a acontecer e que nos penaliza e acho que o bom que a cultura tem no Alentejo. (GF_agentes#06_participante#37)

É extremamente desigual a capacidade e a possibilidade que alguém tem em Évora e, por exemplo, em Beja. (GF_agentes#07_participante#41)

Há outros temas que são abordados pelos agentes dos vários domínios culturais, embora com menos expressividade, como a **concorrência entre os vários agentes** (públicos e privados) ou o facto das **linhas de ação serem pouco consequentes**.

Com algumas das principais organizações no Sul de Portugal, em que de repente a par com o apoio a pequenos agentes ou associações locais, também concorrem com as mesmas, porque algumas das principais entidades, nomeadamente as câmaras municipais, passaram mais ativamente a gerir mais dinheiro para eles próprios fazerem as suas atividades culturais. (GF_agentes#07_participante#41)

Geraram a criação de algumas pequenas entidades, pequenos grupos e pequenas ações de bastante interesse. (GF_agentes#07_participante#39)

5.2.2. Perspetivas sobre 2030

Em relação a perspetivas para 2030 no campo do setor cultural e criativo, os agentes dos vários domínios culturais abordaram algumas temáticas, sendo as **necessidades na área cultural** no próximo programa, abordadas com expressividade pelos agentes dos diferentes domínios.

Resulta claro da opinião dos agentes culturais que em primeiro lugar a cultura tem de estar inserida na **base do desenvolvimento das comunidades**.

Eu acho que a maior necessidade é mesmo inserir-se na base do desenvolvimento da Comunidade. Sei lá, ir às escolas, porque eles vão os pais vão junto com eles, e os avós também vão. Para criar essa necessidade nas crianças. (GF_agentes#07_participante#39)

É fundamental que se envolva a comunidade e que se dê voz a estes movimentos, esta voz da população que reside no local, que sabe, que se preocupa. (GF_agentes#09_participante#48)

Uma outra necessidade referida de forma alargada pelos domínios culturais é a **fixação de pessoas** no território, nomeadamente pela criação de emprego.

Que fixe pessoas no território (GF_agentes#07_participante#39)

Permite criar empregos na região (GF_agentes#08_participante#43)

A **criação de redes** é outra necessidade sentida de uma forma alargada pelos agentes dos diferentes domínios culturais, sejam redes de equipamentos ou programas, sejam redes de agentes.

As forças políticas competem, tem que ser a sociedade civil! E a sociedade civil só tem peso, se efetivamente estiver coesa e houver de facto um trabalho em rede que seja efetivo. E penso que as políticas devem continuar a fomentar essa exigência, não é? (GF_agentes#09_participante#49)

Acho ser absolutamente fundamental esse trabalho em rede. (GF_agentes#06_participante#36)

Este foco nas necessidades dos agentes culturais é acompanhado por uma reflexão sobre a necessidade da sua **maior modernização e capacitação**.

A palavra amadorismo ou amador é (...) a escola de muita gente e, se formos ver, as verbas que estão destinadas por exemplo às filarmónicas e a outras entidades que não têm mobilidade, ou a ginástica sequer de se mergulhar nos formulários de DGARTES (...), se calhar só as entidades profissionais que com motivações talvez por via de programas o façam acontecer e isto vai no rumo de profissionalizar o território também, para que essas pessoas saiam do amadorismo e se profissionalizem tem que acabar a sua escola e tem que haver continuidade. (GF_agentes#06_participante#38)

Mais modernização em termos da informática, em termos do uso de "onlines", de enfim, de comunicação, de uma imagem mais jovem. (GF_agentes#07_participante#40)

A **formação de públicos** é outra necessidade sentidas pelos diferentes agentes, e que tem expressão numa **maior ligação com as escolas**.

Essa é uma grande dificuldade com que nós nos debatemos aqui na Fundação. Nós não conseguimos envolver os estudantes. Portanto, tem de haver esse trabalho. (GF_agentes#09_participante#48)

Porque é que os jovens não aderiam às dinâmicas e às iniciativas culturais? (GF_agentes#07_participante#39)

Os agentes dos diferentes domínios culturais refletiram ainda sobre **modelos** que poderiam ser equacionados para o próximo programa operacional da região. Acima de tudo os agentes culturais apontaram para a criação de modelos que reconheçam a cultura como **factor de desenvolvimento sustentável**, com capacidade de combater problemas sociais que afetam o território Alentejo.

E, portanto, digamos, colocar a região, que tem uma base cultural muito vasta, como um centro de excelência para o desenvolvimento das indústrias culturais e para o desenvolvimento da programação para a formação dos públicos. (GF_agentes#09_participante#49)

Também deixe-me dizer, não podemos resolver tudo instantaneamente com a questão da cultura. (GF_agentes#06_participante#36)

A maior relevância é identificada em torno de modelos que apostem em **cruzamentos**, quer de ações e áreas do setor cultural, quer entre agentes, sendo todas os agentes culturais favoráveis à criação de modelos que se baseiem estas articulações.

São os cruzamentos, eu acho que é fundamental esta questão de nós podermos cruzar coisas, acho que a cultura não pode ser espartana. (GF_agentes#06_participante#37)

Eu não vejo nenhum problema, e eu acho que é sinal de vitalidade, que esses atores sejam promotores das iniciativas, mas que chamem para essas iniciativas outros atores de outras regiões que tenham expressão nacional e internacional. (GF_agentes#09_participante#47)

A totalidade dos agentes culturais organizados por domínios reconhece também que o maior **intercâmbio entre entidades responsáveis e agentes culturais** deve estar na base dos modelos de intervenção.

Que devia haver, digamos, uma atitude, uma política, também é em conversa, naturalmente, em conversa com os agentes culturais. (GF_agentes#07_participante#40)

Portanto, é absolutamente fundamental se nós queremos dar alguma volta a isto, que trabalhemos em conjunto e que multipliquemos esses exemplos. (GF_agentes#06_participante#36)

Para os agentes dos vários domínios culturais, a **governança participada e participativa** na área da cultura é fundamental.

Tentar procurar o público e tentar identificá-lo de facto, como um parceiro e não como ... tentar criar estas dinâmicas participativas. (GF_agentes#07_participante#39)

Que é haver um maior modelo de *governance*, portanto, a base cada vez mais sabe o que é que quer, e não precisa que seja a autarquia a pôr tudo em cima deles. (GF_agentes#09_participante#49).

De uma forma mais operativa os agentes culturais apontam na direção de modelos que promovam uma **ligação com o turismo** (todas os agentes indicaram a aposta em modelos intersectoriais com o turismo); e ainda **com a educação**.

Eu acho que também temos que perceber que esse turismo é crescente e que nós devíamos também ajudá-lo a que ele fosse crescente. Isto é um processo contínuo de feedback e de interação entre os vários agentes a todos os níveis. (GF_agentes#06_participante#36)

Envolver a comunidade dá-nos uma outra, também, dimensão ao visitante. As pessoas e os visitantes procuram cada vez mais essas experiências diferenciadoras que nos podem trazer este turismo e esta cultura da verdade, realmente. (GF_agentes#09_participante#48)

Eu não sei se há sensibilidade nas escolas, sensibilidade cultural nas escolas, para perceber esse desenvolvimento, o desenvolvimento desse interesse. (GF_agentes#07_participante#39)

A **ligação com o turismo**, não está isenta da reflexão de alguns **impactos negativos sobre o setor cultural**, sobretudo relacionados com perda de referenciais e massificação.

O turismo devia de ser em grande medida considerado na nova avaliação como uma atividade secundária, chamemos-lhe assim. Isto é, o turismo foi decisivo como balão de oxigénio, quer dizer, para aguentar a região e para mostrar a validade do investimento na infraestrutura. Mas agora acho que é mais a operacionalização daquilo que se construiu. E isso não se faz com o visitante. Isso faz-se com o residente. (GF_agentes#09_participante#49)

questão do cruzamento com o turismo porque o país vive ouve falar os sucessivos governantes dos vários partidos e isso eu não me pronuncio sobre partidos políticos, o turismo é um fator de mobilização económica do território e do país, mas tem que também ser um contribuinte para a cultura. (GF_agentes#06_participante#37)

Ainda num campo mais operacional de modelos, os agentes culturais, ainda que com pouca expressividade, apontaram para a criação de modelos que reflitam a **transparência dos processos**, e modelos que apostam em **continuidade de projetos**.

Que a entidade que gere que seja visível de uma vez por todas quem é que gere os fundos comunitários no Alentejo. (GF_agentes#08_participante#45)

Mas é assim, tem que haver uma continuidade. Porque é assim, nós não podemos estar permanentemente, via regras do PO, ou inventar uma designação nova para ter uma candidatura ou a não conseguir ter a candidatura em condições que já foi apoiado, já não pode ser apoiado e financeiramente isso não é possível. (GF_agentes#06_participante#37)

Em termos de **gestão dos programas operacionais**, os agentes dos diferentes domínios culturais apontam para a existência de entidades que centralizem a gestão dos programas.

É importante que o programa regional que vai absorver a direção regional de cultura muito em breve, que tenha uma forma, convosco ou com outra entidade qualquer, que possa ser o veículo de transmissão de todas as nossas angústias, porque é não estando nós numa máquina nós temos angústias que precisamos de partilhar. (GF_agentes#06_participante#37)

Portanto, tem que criar um organismo que avalie candidaturas, que avalia os projetos, pelo seu valor cultural regional, pelo seu impacto económico regional, sem estar sempre preocupado, se é a NUT para cima ou para baixo. (GF_agentes#09_participante#49)

Um último conjunto de temas foi ainda debatido pelos vários agentes. Tratou-se da indicação de ideias para um próximo programa cultural da região.

É referida uma **nova abordagem** para o setor cultural passando pela dissipação das fronteiras regionais e de ações.

É a capacitação do território a todo o nível se recuperarmos aquilo que é o património material por um lado, para acolher o imaterial por outro, e as atividades que vão sendo atualizadas. (GF_agentes#06_participante#38)

O trazer novas perspetivas que no fundo acho que é aquilo que muitas manifestações culturais têm de bom. (GF_agentes#07_participante#39)

Nesta nova abordagem a cultura é um efetivo elemento de coesão territorial.

Duas palavras-chave importantíssimas para princípio de conversa sobre esta questão: coesão social, coesão territorial e equidade territorial também. (GF_agentes#08_participante#45)

A cultura entendida no sentido mais lato é absolutamente fundamental para a criação, para a coesão, vá, das comunidades e para o sentido de união e de pertença aos lugares em que vivem. (GF_agentes#07_participante#41)

São apontadas como sendo importantes para incluir num novo programa questões relacionadas com a **comunicação**.

Que haja soluções de mediação e de comunicação que também possam ser estudadas e partilhadas e, lá está, que haja linhas específicas de colaboração que nos permitam montar no terreno este tipo de solução. (GF_agentes#08_participante#44)

E penso que a cultura no Alentejo e neste programa operacional tem que ter também uma linha orientadora em termos de comunicação global. (GF_agentes#06_participante#37)

Propõe-se ainda a alteração dos **indicadores de sucesso**.

Os indicadores de sucesso da cultura não são os mesmos que para as outras áreas. Não estão próximos da estatística. Vamos lá, por exemplo, exemplos muito concretos. Uma ação feita numa escola terá efeitos que serão contabilizados a longo prazo. (GF_agentes#07_participante#41)

O Alentejo também precisa criar essa dimensão de visibilidade. E os indicadores, de alguma forma, deviam de ser não para avaliar o que foi, mas em função do objetivo prospetivo maior. Isto é, onde é que queremos que a região esteja em 2030 ou 2040? (GF_agentes#09_participante#49)

São apresentadas soluções que promovam uma **melhor gestão** do programa da área da cultura, apostando em acesso mais claros ao mesmo.

Não sei o nome jurídico, não interessa. Vocês sabem o que é. Isto tem tudo que acabar, quer dizer, o próprio Estado tem que simplificar a sua gestão destas coisas. Um Estado, tem que responder pela União Europeia, faz uma boa gestão do dinheiro e a boa gestão é pelo serviço das comunidades. E, as comunidades não são as linhas definidas em Lisboa, mas as que estão a viver no território, tal e qual como elas são organicamente, pronto. (GF_agentes#09_participante#49)

Clarificação do acesso aos programas. (GF_agentes#07_participante#39)

Uma outra ideia que resulta do conjunto dos grupos focais dos agentes culturais é a **proposta de formação**, quer de técnicos, quer de comunidades.

Tem que haver pessoas nos municípios e noutras instituições com formação adequada para esta área e certificada não pode ser uma informação ali vão de escada. (GF_agentes#08_participante#43)

Promover a formação cultural. (GF_agentes#09_participante#49)

Em termos de projetos concretos apresentam-se ideias de projetos relacionados com o **mundo rural**, projetos que debatam as questões da **multiculturalidade** e ainda **programação cultural**.

Futuro da cultura em 2030, eu gostaria muito que a cultura olhasse de uma forma muito, muito, muito concreta para o mundo rural. (GF_agentes#06_participante#37)

A questão das comunidades das outras culturas que estão no Alentejo, nós também temos que trabalhar para elas, elas também têm que ter espaço neste território. (GF_agentes#06_participante#37)

Acho que o programa tem que permitir obrigatoriamente programação, nós não podemos ter cultura sem programação. (GF_agentes#06_participante#37)

5.3. Síntese dos Grupos Focais

A consideração transversal dos grupos focais revela alguns tópicos sobre os quais as opiniões e propostas se centraram, destacando-os e indicando neles aspetos carentes de aprofundamento bem como sugerindo o sentido de políticas futuras no setor.

5.3.1. Avaliação do período 2017-2020

Os principais aspetos que se destacam são a fraca presença da cultura, tanto no Programa Operacional Alentejo 2020 como nas competências das CIM; a diversidade de atitude e iniciativa destas face à cultura, e a avaliação positiva da ação das redes, o nível da eficácia dos projetos e da atividade de agentes e associações que, todavia, ficaram distantes dos processos e decisões.

Quanto à fraca **presença da cultura** no período 2017 – 2020, foi assinalado que não só ela não constava como prioridade clara no Programa Operacional Alentejo 2020, como o modo como foi gerido limitou a sua projeção regional, apesar da atuação da DRCA Alentejo cujo papel foi considerado positivo. Assinale-se que ao longo deste período a Direção Regional dispôs de uma linha de apoio direto à atividade cultural que foi reconhecida como tendo um papel muito efetivo junto dos agentes.

A cultura, excetuando o caso das redes, foi generalizadamente reconhecida como tendo ficado dispersa por setores e ações avulso (“espartilhada”) e por outros programas como o EREI ou os de inclusão social, ou turismo, sem afirmação própria como valor e sem capacidade para funcionar num papel integrador entre políticas setoriais.

Em geral considera-se que, para além do património cultural material e em menor escala do PCI, os restantes domínios culturais ficaram carentes e que, tanto nas orientações das candidaturas, como nas programações e na avaliação dos resultados dos projetos, prevaleceram indicadores económicos, próprios do setor turístico, considerados desajustados.

Foram assinalados vários desacertos entre as lógicas políticas e funcionais municipais, intermunicipais, regionais e suprarregionais bem como entre as respetivas estruturas institucionais e as associações e agentes culturais.

As disfunções mais destacadas para o período 2017 – 2020 na área da cultura situaram-se na **comunicação e informação, na gestão do programa e na instrução de candidaturas**. Assinalaram-se também carências na competência dos RH tanto para dar resposta aos Avisos de Abertura de candidaturas como para instruir, acompanhar e avaliar a sequência dos projetos, e até o conhecimento do seu próprio universo.

Quanto à comunicação e informação foi referida a falta de sensibilidade da CCDR não só para a cultura em geral, como para as necessidades próprias do setor. Se por um lado o Programa Operacional Alentejo 2020 era já vago e restritivo quanto a cultura, CIM e Agentes Culturais expressaram uma perceção de terem os recursos ficado taticamente orientados para os domínios do património e alinhados com a política de turismo.

Para mais, **avaliam negativamente** o desempenho da informação e da comunicação de todo o sistema de alcance de fundos para projetos, bem como a transparência da sua gestão pela CCDR.

Esta avaliação negativa do programa e da sua gestão agrava-se pela reconhecida impreparação dos recursos humanos nos municípios, pela falta de competências das CIM na área da cultura e pela própria incapacidade das associações e agentes para dar resposta às exigências da instrução de candidaturas, à gestão e acompanhamento dos projetos e até à sua conceção em moldes regionalmente integrados em sintonia com os propósitos das políticas públicas nacionais e comunitárias e ajustados às necessidades locais.

Como a CCDR centralizou a gestão dos programas, mas estes não valorizaram a cultura; como as CIM não têm competências específicas na área cultural nem as criaram funcionalmente como ocorreu na CIMAC, e como os municípios têm carências funcionais para processar as candidaturas e uma lógica própria focada nos equipamentos e nas associações, **acentuou-se uma tendência de orientação para a perspetiva local**, apenas superável pelas muito valorizadas redes.

Resulta assim uma imagem da cultura no 2020 em que os projetos financiados e os montantes aplicados, colados às relações de proximidade com as autarquias e facilmente confundidos com um regime de subsídio avulso, terão ficado fragmentários e inconsequentes. Denota isto a surpresa com que alguns participantes receberam a informação do número de projetos aprovados e o montante de financiamento atribuído na sua NUTS III.

Assinale-se, contudo, a acentuada diferença entre CIM que resulta da consideração global da sua expressão nos grupos focais, ou seja, sem incidência em temas específicos. Esta diferença genérica permite qualificar as avaliações que cada CIM fez do período 2017-2020.

A CIMAA mostrou preocupação com o despovoamento e uma esperança focada na combinação entre cultura e turismo. A CIMAL situou e considerou o assunto "cultura" a partir dos Municípios. A CIMBAL abordou-o centrado nos agentes e na capacitação cultural e educativa junto da população. A CIMAC revelou assumir um papel estruturante e mais complexo de governança cultural regional. A CIMLT manifestou-se dentro da sua situação peculiar, colocada entre variadas dinâmicas culturais internas e a falta de uma estrutura de mediação regional.

Já os agentes mostraram perfis e situações muito diferenciadas conforme os domínios. As bibliotecas e os arquivos, mais diretamente ligadas às políticas culturais centrais e ao mesmo tempo discretamente decisivas na vida cultural local, sobretudo por via da sua ligação às escolas, situaram-se numa atitude muito crítica

quanto ao Programa 2020, mas muito seguras de si também, tanto pelo alcance da sua ação como pela solidez dos seus antecedentes de atuação e estruturação em rede.

Os agentes nas artes performativas e nas visuais e multimédia igualmente críticos quanto ao reconhecimento do valor que a sua atividade teve dentro do Programa 2020, revelaram a fragilidade das suas condições de trabalho e o efeito da distância a que ficaram das estruturas, da gestão e dos processos de candidatura. Ressalta desta condição a riqueza, profusão e persistência das suas atividades e projetos e o quanto eles foram afetados pelo desajuste e desentendimento, traduzidos entre outras coisas por falta de política de públicos e de uma estratégia para a cultura, autónoma da do turismo.

Os agentes do domínio do património cultural assinalaram a grande progressão aqui ocorrida vista à escala dos últimos 40 anos, mas para o período mais recente sublinharam os desequilíbrios do Programa 2020, centrado na reabilitação e orientado para o turismo em função do qual são avaliados os seus resultados sem atender suficientemente ao envolvimento das comunidades locais. Por outro lado, assinalaram as novas ameaças à conservação e orientação pública dos valores do património e a dispersão e complexidade das vias de alcance de fundos comunitários o que requiere competências e estruturas permanentes instaladas, o que limita o seu acesso a um número restrito de instituições culturais da região, embora sem negar a estas o mérito próprio.

Em geral, frente ao polígono institucional que resulta funcionalmente gerado entre a CCDR, as CIM e os municípios, os agentes não encontram o seu lugar próprio de ligação, nem aos fundos, nem aos seus propósitos culturais, sejam comunitários, regionais ou locais. Ressalta o papel das redes na articulação entre dinâmicas culturais e na inserção destas nas comunidades.

Assim, quanto às **redes**, tanto as CIM como os agentes consideram que a articulação em rede, seja para programação seja para candidaturas e gestão de recursos e projetos, desempenhou um papel positivo, promovendo um trabalho colaborativo e corretor sobre a carência geral, tanto de recursos humanos como de competências das CIM na área cultural. Terá também equilibrado a excessiva dependência dos projetos face aos municípios contrariando a tendência fragmentadora de eventual fechamento destes sobre si próprios e contribuindo também para corrigir desequilíbrios territoriais, incluindo os internos à mesma NUTS III.

Neste sentido resultou destacado **o valor da cooperação supramunicipal**, sobretudo a de maior proximidade regional, mais do que a da integração nas Redes Nacionais a que se apontaram ambivalências, mas onde se situam também os casos dados como exemplares: as bibliotecas e os museus.

Considerando outras escalas, só no caso da CIMAA e num caso particular na CIMLT, foi referida a possível dimensão transfronteiriça das redes, apesar dos casos de cooperação. O quadro transregional interno não foi em geral considerado por nenhum participante, por exemplo, nem quanto ao Algarve nem quanto à Península de Setúbal, vizinhanças mais óbvias. O caso da CIMLT revelou o efeito da sua inserção regional ambígua e recente, talvez refletido no foco interno da sua avaliação, aliás positiva, do papel das redes.

Por outro lado, entre os agentes considerou-se ter havido um significativo desenvolvimento de cooperações de forma relativamente autónoma às redes, apontando que por vezes a integração nestas não se traduz em genuína participação conjunta nos objetivos comuns. Na expressão de alguns agentes as iniciativas locais, em maior proximidade municipal e diretamente financiadas, terão resultado mais prontamente nos seus objetivos próprios. Contudo, isoladas assim do seu enquadramento em redes, e na falta de políticas centradas na região, defrontarão prováveis limitações na sua progressão, continuidade e consequência.

Por outro lado, considerou-se também que a integração em redes poderá tornar estas mais exigentes de estratégias regionais e nacionais e por essa via mais determinadas e dependentes de decisões centrais, afetando a coincidência entre os seus contextos de atuação e o dos centros de decisão de que dependem.

Para os agentes, tais como os dos domínios do património e artes performativas, a ideia de rede apareceu também cruzada com a da sua frequência, e daí com a da mobilidade de públicos e agentes. O paralelo natural que estes estabeleceram com as rotas e com a dimensão turística expôs as ambiguidades onde se pensa e se criam projetos no setor da cultura, sobretudo quando a atividade turística partilha com esta, campos temáticos e recursos, mas opera numa lógica distinta, conta com apoios avultados e proporciona uma leitura estatística dos seus resultados mais imediata e mais clara.

Apesar das ambivalências que lhes foram apontadas, foi reconhecida a vantagem da integração em redes bem como a das práticas colaborativas, as quais são generalizadamente muito valorizadas.

Por fim, a consideração avaliativa do Programa Operacional Alentejo 2020 conduziu a outros aspetos que interferem com os próprios objetivos e condição da avaliação embora não se inscrevam nem no programa nem nas funções diretas das entidades reunidas para os grupos focais.

Foi referida a dispersão e sobreposição de áreas assumidas como integrando o campo da cultura com destaque para educação, intervenção social, animação, marca territorial e turismo, e num caso ainda para o desporto.

O associativismo ofereceu exemplos da difícil destrição entre funções culturais e outras sem as quais a atividade cultural não existiria. No grupo focal com a CIMLT o assunto foi abordado a partir das festas religiosas e das associações que as promovem e organizam, mas outros exemplos clássicos poderiam ter sido abordados.

Particularmente **o turismo foi muito referido, aliás entre posições opostas**, com intervenções na sessão com a CIMAA em que esta transmitia ser esse o único recurso localmente disponível para mobilizar e sustentar os restantes, e intervenções muito retraídas e reticentes quanto à interferência do turismo nos programas e na avaliação dos seus resultados, por parte de intervenientes nas sessões com a CIMBAL ou com o domínio do património.

Foram referidas formas híbridas entre “turismo”, segunda residência, mobilidades temporárias e digitais como vias para obstar aos níveis críticos de despovoamento na região e como oportunidades para incremento cultural.

Também a articulação entre cultura e educação foi muitas vezes abordada como necessária, mas sem avançar para especificações. Destacou-se bem o papel das bibliotecas na construção prática de hábitos culturais nas comunidades e em ligação com as escolas.

Falou-se menos em ciência, exceto no caso do grupo focal do domínio do património a propósito dos Centros Ciência Viva do Lousal e Estremoz, do caso do CECHAP, da FEA ou da investigação ligada aos arquivos. Também foi abordada no Grupo Focal CIMAC a propósito da Universidade de Évora e das atividades científicas culturalmente relevantes para o património e das políticas regionais de inovação. Contudo a ciência não foi considerada transversalmente pelas atividades dos domínios da CSC (INE, 2015) nem identificada como factor refletido na vida cultural.

A avaliação das políticas culturais e do Programa Operacional do Alentejo 2020 pelos grupos focais deixou uma imagem concordante das carências, das disfunções e dos desacertos de desenho das políticas de cultura na região, bem como do valor dos recursos e o das dinâmicas dos agentes.

5.3.2. Propostas para 2030

Em geral foi reconhecida a necessidade de **valorizar a cultura** como factor central nas políticas públicas, destacando-a e autonomizando-a na sua especificidade, através de uma Estratégia Regional para a Cultura que assuma o reconhecido valor dos recursos regionais sem os dispersar e diluir noutras políticas regionais tais como as de inovação, de coesão social e de turismo.

Foi proposta a **promoção de redes** como forma de trabalho colaborativo e aberto, em vista a potenciar recursos, ambições e objetivos e não como via para melhorar posições particulares. Foi referido o potencial de alargamento transfronteiriço das redes e sobretudo a oportunidade que estas oferecem para cruzar o território transversalmente aos municípios, CIM e CCDR com projetos de maior relevância regional, nacional e comunitária, desembaraçando-os de limitações burocráticas. A experiência das bibliotecas e dos museus, tanto pelos antecedentes organizativos como pela **ligação às comunidades e às escolas** poderá servir de modelo.

Foi recomendada a criação de estruturas administrativas dedicadas à mediação integral de informação, comunicação, instrução, processamento e acompanhamento de **candidaturas** e projetos, em ligação transparente entre a CCDR, as CIM, os municípios e os agentes e associações.

Ficou assinalada a necessidade de melhorar a integração e **harmonização** das dinâmicas de políticas de cultura entre as CIM dado os contrastes acentuados que se revelaram entre elas. Igualmente se revelou necessário resolver o estatuto da CIMLT face à DRCA Alentejo.

Foi proposta a utilização cautelosa, mas assumida do **digital** de modo a incrementar todo o potencial dos recursos e ambição de objetivos dos projetos e das políticas, para promover a frequência do território e a fixação de povoamento dominando os riscos de efeitos perversos ligados ao deslaçamento das experiências presenciais e ao paradoxo da desterritorialização do território.

Foi proposta a exploração avançada de modelos de **avaliação** das políticas de cultura e dos projetos que as traduzem, e que permitam reconhecer os seus efeitos para além dos que resultam das atividades económicas, sobretudo as ligadas e limitadas ao turismo e consumos de visitantes, mas também a outras de inovação e criatividade, ou ainda pela simples verificação de execução dos ciclos temporais restritos dos programas. Não foram propostos indicadores, nem dados exemplos de boas práticas nacionais e internacionais, à exceção do caso de Pastrana, em Espanha, apresentado no GF com a CIMLT.

VI – ENTREVISTAS

O modelo de protocolo aberto seguido para as entrevistas resultou num conjunto relativamente heterogéneo de contributos, relacionado com a diversidade de atuação dos vários entrevistados.

Apesar do guião preparado seguir os temas propostos no inquérito por questionário e nos grupos focais, os contributos individuais foram mais diversificados.

Procurou-se identificar, dentro dos dois grandes eixos de inquirição – balanço e perspetivas futuras – opiniões comuns, mas também diversidade nas abordagens para a cultura no Alentejo.

6.1. Balanço das políticas culturais no território 2017-2020

Os entrevistados refeririam a questão de **pouco conhecimento** sobre o assunto e manifestaram opiniões com base em experiências pessoais, decorrendo daqui uma necessidade de mais conhecimento.

Olhe eu confesso que não tenho uma visão, e, portanto, não vou inventar.
[Entrevistado#3]

Agora é preciso que se conheça, é preciso que se saiba o que é que é o Alentejo.
[Entrevistado#2]

Refletem ainda sobre o papel da **Direção Regional da Cultura**, relativamente às dinâmicas culturais que imprimiu no território, mas que convive com a exiguidade de recursos.

(...) até pela Direção Regional de Cultura do Alentejo e pelo dinamismo impresso desde 2014 pela atual diretora regional que trouxe um dinamismo imenso a esta vasta região,
[Entrevistado#3]

Felizmente já temos de ter algum apoio da Direção Regional de Cultura. Não aquele que seria desejável, mas há um apoio constante. Não é com muito dinheiro, mas vai dando para nós.
[Entrevistado#1]

Há uma desarticulação entre aquilo que é a missão que é atribuída à Direção Regional de Cultura e depois os recursos humanos e financeiros que lhe são atribuídos.
[Entrevistado#3]

É reconhecida a relevância do trabalho feito no **domínio do património cultural**, em várias categorias, desde o imaterial, arqueológico, ao imaterial.

E, portanto, essa preservação do próprio território e do património.
[Entrevistado#2]

(...) em termos da recuperação do património arquitetónico.
[Entrevistado#3]

A **formação** foi outro dos temas apontados pelos entrevistados.

Temos a nossa aposta sempre na formação, formar, formar, formar.
[Entrevistado#1]

A **relação entre território e cultura** foi ainda abordada pelos entrevistados, focando questões relacionadas com a identidade ou mesmo com assimetrias verificadas no próprio território alentejano.

E qual é a identidade que essa marca tem? A identidade da marca alentejana, da cultura do Alentejo são as pessoas, são as histórias, são as tradições, é o património, é a sua geografia, é o seu território e, portanto, essa cultura é importante.
[Entrevistado#2]

O **trabalho em rede** manifestou-se através de vários agentes, incluindo as câmaras municipais e vários agentes culturais funcionando numa lógica de interação.

Essas entidades tiveram que se juntar e já se conheciam, portanto, o próprio facto de as pessoas terem de se conhecer umas às outras e trabalhar em equipa.
[Entrevistado#3]

Em termos de **ligações setoriais** que foram estabelecidas com a cultura, os entrevistados destacam as ligações com o setor educativo e com o turismo.

Uma ajuda muito boa, porque está também em ligação com o Ministério da Educação.
[Entrevistado#1]

Salientam ainda que subsistiram muitas dificuldades, no caso dos agentes culturais, para aceder ao Programa Alentejo 2020, que pela dificuldade das candidaturas, quer pela fraca capacitação dos próprios agentes.

Há, no entanto, direções com capacidade para executar, para fazer, que se atiraram a explorar as novas tecnologias e fizeram. Mas tenho 6 ou 7 filiadas com pessoas com menos capacidade. Isso foi uma barreira.
[Entrevistado#1]

Só que depois disso esbarra em montantes muito altos, tipo 900.000€ e 1.000.000 €, e arredamos. Geralmente não nos convidam para isso, nem nos alertam. Nós não sabemos das coisas.

[Entrevistado#1]

Finalmente, ainda que de uma forma pouco expressiva, os entrevistados referiram os **impactos da pandemia** na atividade cultural do território.

Todos estes 6 meses, agora de interregno, têm feito com que muita gente ainda não tenha regressado à atividade, ou estão a começar agora a regressar.

[Entrevistado#1]

6.2. Perspetivas sobre 2030

Os entrevistados ofereceram também as suas perspetivas sobre o futuro da cultura no território, focando as necessidades, que identificam como sendo **necessidades de criação e alargamento de públicos**, ou mesmo de **investimento na cultura**.

Temos que criar público.

[Entrevistado#1]

(...) para isso há que obviamente investir na cultura para que se manifeste, para que ela venha ao de cima, não é?

[Entrevistado#2]

O reconhecimento de que a cultura é um **setor estruturante** para o território, motor do desenvolvimento regional e de certa forma suportando um modelo de regionalização. É também feita uma reflexão sobre a necessidade desta cultura ser **sustentável**, com a captação de mais pessoas para o território.

Que cultura estamos a financiar, basicamente é o motor de atração da região, para mim é absolutamente isso.

[Entrevistado#2]

Eu acho que é tirar as pessoas de Lisboa e do Porto.

[Entrevistado#2]

Como domínios culturais estruturantes para o futuro, os entrevistados identificam uma panóplia diversificada de projetos, em vários domínios, com destaque para as artes performativas (música), programação cultural, gastronomia e vinhos, património cultural construído, artes e ofícios tradicionais e ainda focar na questão da acessibilidade à cultura, não só física, como também intelectual. Estas propostas

surtem em dois níveis: articuladas entre si no território e em consonância com programas nacionais, mais vastos.

E também uma programação cultural, as pessoas terem um cinema para ir, um museu, com alguma vivacidade, alguma vida cosmopolita, E para contar uma nova história da do Alentejo, é absolutamente determinante a cultura.

[Entrevistado#2]

Em termos de **ligações setoriais**, as propostas recaem no reforço da ligação com os setores educativos e do turismo, mas este com uma nova abordagem; com as indústrias criativas também.

Com as escolas. Com as escolas. Desde logo nós temos que estar presentes nas escolas.

[Entrevistado#1]

O turismo nem sequer deveria ser uma atividade económica (...). Se não houver cultura, os turistas não vão a lado nenhum.

[Entrevistado#2]

Perspetivam-se novos modelos de **governança da cultura** no território alentejano, focados no trabalho em **rede**, no estabelecimento de **intercâmbios** em vários níveis, na assunção das **comunidades** como agentes culturais no território, incluindo-as também em projetos que se querem mais sustentáveis. As **relações institucionais** com as várias entidades governativas são colocadas também em cima da mesa, com a preocupação por estabelecer relações mais próximas com as CIM ou refletindo sobre as novas **tutelas para a cultura** no próximo horizonte temporal.

Hoje o conceito de rede veio para ficar. E não só porque é mais sustentável. Uma rede é mais sustentável do que trabalhar isoladamente.

[Entrevistado#3]

Sim, precisamos de fazer intercâmbios.

[Entrevistado#1]

(...) vindo a perguntar quem é que vai implementar porque se fala muito da questão da CCDR, assumir as competências na área da cultura.

[Entrevistado#2]

VII – SÍNTESE FINAL

Quanto à caracterização da área de cultura nos municípios do Alentejo 2017-20:

O instrumento de gestão mais frequente é a Carta Educativa refletindo o efeito de políticas públicas centrais através da atribuição aos municípios de competências e responsabilidades na rede escolar, na ligação entre escolas e comunidades locais e com equipamentos culturais com destaque para as bibliotecas.

Não existem no quadro municipal do Alentejo Cartas Culturais e são raros os Planos Estratégicos de Cultura. Em contraponto são frequentes os Planos de Atividades Culturais, os respetivos relatórios anuais e os Regulamentos de utilização de equipamentos culturais, o que sugere as limitações funcionais e de ambição dos municípios na área da cultura.

A responsabilidade pela cultura nos municípios cabe frequentemente à Presidência ou está consagrada num pelouro próprio ou misto e atribuída a titulares com escolaridade superior o que reflete o reconhecimento político da importância da área. Todavia, verifica-se que a atividade desta área está funcionalmente a cargo sobretudo de técnicos e operacionais, e alojada em unidades de serviço limitadas a assegurar as rotinas correntes de funcionamento e manutenção dos equipamentos municipais.

A frequência de equipamentos culturais municipais, com destaque para bibliotecas, museus e cineteatros, mas também, para além destes a sua grande diversidade, expõem um desfasamento entre os recursos instrumentais e funcionais dos municípios e o potencial de atuação cultural que se encontra sob sua responsabilidade.

As carências instrumentais e as limitações de formação tornam culturalmente menos consequente o reconhecimento político da área de cultura nos municípios, bem como a utilização dos recursos e equipamentos por cuja gestão e orientação cultural pública são responsáveis.

A integração dos municípios em redes, com destaque para as das bibliotecas e museus, está amplamente reconhecida no seu valor e potencial, contudo, os seus perfis diferenciais entre CIM revelam a importância da hierarquia dos centros nas suas dinâmicas e alcance territorial expondo desigualdades e isolamentos a curtas distâncias.

A importância estratégica e funcional do associativismo na área da cultura é reconhecida e está consagrada pelos municípios, mas apresenta discrepâncias e limitações que indicam e sublinham a carência de instrumentos de política, estruturas e competências municipais culturais que obstem à diminuição dos resultados culturais das associações por fragmentação, descontinuidade e frequente ambivalência de propósitos.

Quanto à avaliação da presença da cultura no Alentejo entre 2017 e 2020:

Os municípios consideraram que neste período, e especificamente no PORA2020, a área de cultura teve pouca expressão, facto que foi agravado pela sua dispersão sectorial e imprecisão conceptual.

Destacaram-se positivamente as intervenções em património e reabilitação como tendo recebido maiores atenções, motivadas frequentemente por urgências de salvaguarda.

Os projetos candidatados e executados durante este período foram avaliados sobretudo por indicadores associados às atividades económicas do sector turístico, o que foi considerado desajustado.

A gestão do PORA2020 na área da cultura foi considerada insuficiente, sobretudo quanto à comunicação, nomeadamente sobre a oportunidade e clareza de informação relativa a avisos de abertura de candidaturas, sobre transparência de procedimentos e sobre apoio à instrução de processos de candidatura cujas exigências requerem competências específicas em que agentes e autarquias se reconheceram fortemente carentes de formação.

Os municípios candidataram com sucesso projetos na área da cultura ao PORA2020, mas fizeram-no tendencialmente a título individual, em dispersão sectorial, mais em resposta aos temas das candidaturas abertas do que às reais necessidades por si reconhecidas, mais focados em objetivos locais do que articulados a outros a escalas territoriais superiores e sem a orientação de uma política de cultura regional como referência de conjunto.

Foi assinalada a falta de enquadramento e integração dos concursos e projetos numa política cultural regional, destacando-se, contudo, o papel da DRCA Alentejo que foi considerado positivo.

Quanto a visões estratégicas para a área da cultura nos municípios e na região no horizonte 2030:

Foi sublinhada a necessidade de uma maior afirmação da importância da área da cultura para o desenvolvimento, nomeadamente através da definição de uma Estratégia e de um Plano Regional de Cultura, orientador e integrador de planos municipais, intermunicipais, de redes e de agentes culturais.

As redes foram reconhecidas como experiências valiosas na superação do isolamento e do distanciamento dos agentes aos centros mais dinâmicos e deverão ser reforçadas e alargadas a mais sectores da área da cultura bem como abalçadas a âmbitos territoriais mais ambiciosos, mesmo quando descontínuos, tais como os transfronteiriços e inter-regionais.

A ligação entre a cultura e a educação deverá ser intensificada e proporcionar maior interação com as comunidades escolares, nomeadamente através do PNA, da dinamização de projetos envolvendo o Programa Ciência Viva, entre outros recursos locais, regionais e nacionais, a mobilizar de forma colaborativa, preparada e conduzida no quadro de uma programação criativa e exigente.

O incremento da programação cultural nos municípios e o seu desenvolvimento em todas as dimensões requiere um empenho especial na formação e na profissionalização dos quadros autárquicos e dos agentes nos vários sectores, nomeadamente quanto às políticas públicas nacionais e comunitárias na área da cultura, aos procedimentos que os programas de financiamento requerem e à atualização e incremento do conhecimento sobre o campo cultural, os seus debates e dinâmicas.

A atividade turística, que se reconhece como inerente às culturais, será tanto mais importante para a cultura na região quanto menos desligada estiver do desenvolvimento da vida cultural das populações e não apenas das suas atividades económicas.

O património cultural, incluindo o imaterial, deverá manter-se afirmado como prioridade e como base de políticas e programas na cultura, sem o desligar, nem subordinar, às atividades económicas e sobretudo as turísticas, nem diminuir a resposta à necessidade de estimular a criação, a produção, a programação cruzada entre educação e cultura, a promoção da inclusão e a abertura às culturas imigradas.

O investimento no digital deve ser estimulado, mas de forma cautelosa, de modo a permitir acompanhar e avaliar as suas consequências, não o abandonando apenas à rápida e forte dinâmica que a crise pandémica lhe inculuiu, o que, não obstante trazer vantagens para o acesso às propostas culturais se arrisca a desincentivar a criação de públicos e a favorecer a de simples consumidores culturais individuais.

A mobilização pública para a cultura e a formação de públicos deverá acentuar o papel das associações e o dos agentes de modo a equilibrar a distribuição das iniciativas, diminuindo a pressão sobre as atividades promovidas diretamente pelos municípios.

A política e atividade cultural no horizonte 2030 terá de levar em conta os crescentes desafios à inclusão social lançados, entre outros fatores, pelo envelhecimento, isolamento e diminuição populacional, pelas imigrações, pelas desigualdades internas regionais, e pelas várias figuras de pobreza que a sobreposição das crises financeira, climática e pandémica veio agravar.

Quanto a contributos para a área da cultura no âmbito do Programa Alentejo 2030:

A cultura deve ver reforçada a sua afirmação como factor de desenvolvimento em todas as dimensões e assumida transversalmente no seu papel estratégico em todos os sectores de atividade, e não ficar delimitada dentro do seu sector próprio, cujos contornos conceptuais incertos em vez de estimularem a sua versatilidade e potencial se arriscam a afetar o seu reconhecimento e legitimidade.

O reforço da afirmação da cultura deverá passar pela definição de uma Estratégia e de um Plano Regional de Cultura bem como pela ação da DRCAentejo dando continuidade à sua prática de proximidade de escuta, de interação com todas as iniciativas e de reconhecimento de recursos.

Deve ser assegurada formação para todos os responsáveis e agentes em todas as dimensões e níveis da gestão das atividades culturais de modo a suprir as carências dos RH, garantir uma efetiva qualificação das programações e das suas articulações às políticas públicas regionais, nacionais, internacionais e comunitárias, criando condições para a profissionalização no sector e para a própria capacitação cultural dos intervenientes.

A gestão de programas de financiamento e das respetivas candidaturas deve ser profundamente revista de modo a assegurar uma comunicação eficaz, facilitar a instrução dos processos de candidatura e garantir a transparência dos procedimentos, o que irá exigir forte qualificação específica de RH e a criação de instancias institucionais dedicadas a mediar e acompanhar a complexa relação entre as políticas públicas e os agentes culturais operativos de modo a garantir elevados níveis de execução dos programas.

Os programas deverão ser definidos de modo a permitir melhorar fortemente a adequação dos seus objetivos às reais necessidades identificadas pelos agentes e pelas autarquias, e não como oportunidades de financiamento a aproveitar em relativa descoincidência entre os Avisos de Abertura de Candidaturas e as prioridades locais assumidas.

Os sistemas de avaliação de execução, resultados e relevância cultural dos projetos deverão ser fortemente melhorados de molde a evitar as distorções induzidas pela utilização de critérios construídos sobre os indicadores disponíveis, mais fáceis de alimentar com informação controlável e em ciclos breves, mas que omitem muitas vezes o fundamental em causa para avaliação.

As redes deverão ser alargadas a mais estruturas, programações e domínios, bem como desdobradas territorialmente de modo a reforçar o seu potencial que foi generalizadamente reconhecido, valorizando o trabalho colaborativo, facilitando a circulação de propostas e de públicos, mitigando isolamentos, racionalizando a utilização de recursos e estimulando a troca, as interações e a criatividade.

As associações situam-se num nível decisivo para a articulação entre populações, públicos, municípios, agentes e projetos culturais, mas apresentam uma extrema diversidade, nomeadamente quanto às suas competências como operadores no sector cultural, devendo ser no futuro próximo mobilizadas criteriosamente para as qualificações necessárias de modo a poderem assumir maior protagonismo tanto localmente como em redes.

A ambivalente instrumentalização da cultura, sobretudo no contexto de atividades económicas com destaque para as turísticas, deverá basear-se numa clara afirmação dos objetivos públicos dos recursos culturais, de promoção da capacitação cultural das populações, da sua participação e mobilização e não apenas enquanto beneficiárias diretas ou indiretas de parte da renda gerada pelas atividades económicas utilizadoras dos valores culturais.

Os recursos digitais deverão ser promovidos como forma de alargar o acesso aos bens culturais e em particular aos de participação restrita, mas cuidando de acentuar a natureza pública, partilhada, co-presencial, direta, democrática e socialmente fundada da experiência da cultura em oposição à do seu simples consumo fechado sobre o individual. Igualmente deverão os recursos digitais ser utilizados como meio de estimular a criatividade, a produção e a comunicação sem, todavia, as encerrar no isolamento da sua própria tecnologia.

A inclusão e a coesão sociais deverão estar entre os objetivos prioritários das estratégias e planos do sector cultural, assumindo com profundidade a complexidade e iminência dos desafios que na atualidade se agudizaram em torno das diferenças, das desigualdades, das injustiças e das tensões que os traduzem.

Deverá ser dada continuidade ao investimento no património, tanto material como imaterial, acompanhando-o de medidas que estimulem a participação e a mobilização públicas para o conhecimento dos valores em causa e para a sua identificação como bem comum.

Deverão ser decididamente postas em ação as medidas previstas no PNA bem como noutras iniciativas anteriores para promover a integração entre cultura e educação assumindo as exigências transformativas que exigem a ambos os sectores e as condições sociais fortemente desiguais onde se irão operar.

VIII – BIBLIOGRAFIA

AAVV (2006), *The Economy of Culture in Europe*, Bruxelas, KEA.

Albuquerque, L. A. (2006), "Cidades e Criatividade: o desafio das políticas culturais municipais", Comunicação apresentada ao Congresso "Turismo Cultural, Território & Identidades" Escola Superior de Educação de Leiria / Instituto Politécnico de Leiria.

Albuquerque, L. A. (2011), "Política cultural: Conceitos e tipologias", *Cadernos PAR*, 4, pp. 91-97. <https://iconline.ipleiria.pt/handle/10400.8/403>.

André, I. e M. Vale (coord.) (2014), *Fundos Estruturais e Cultura no Período de 2000-2020*, Lisboa, SEC/GEPAC.

Araújo, L. e M.L Rodrigues (2017), "Modelos de Análise das Políticas Públicas", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 83, pp. 11-35.

Archibald, M. M., R. C. Ambagtsheer, M. G. Casey e M. Lawless (2019), "Using Zoom Videoconferencing for Qualitative Data Collection: Perceptions and Experiences of Researchers and Participants", *International Journal of Qualitative Methods*, 18, pp. 1-8.

Barca, F. (2009), *An agenda for a reformed cohesion policy. A place-based approach to meeting European Union challenges and expectations. Independent Report*, Commissioner for Regional Policy. Disponível em http://ec.europa.eu/regional_policy/archive/policy/future/pdf/report_barca_v0306.pdf.

Bina, V., P. Chantepie, V. Deroin, G. Frank, K. Kommel, J. Kotynek, e P. Robin (2012), *ESSnet-Culture Final Report*, Luxemburgo, ESSnet Culture e Eurostat. Disponível em http://ec.europa.eu/assets/eac/culture/library/reports/ess-net-report_en.pdf.

Bryman, A. (2012), *Social Research Methods*, 4th edition, Oxford, Oxford University Press.

Camacho, C. F. (2015), *Redes de Museus e Credenciação: Uma Panorâmica Europeia*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.

- Camacho, C. F. (coord.) (2021), *Grupo de Projeto Museus no Futuro – Relatório Final*, Lisboa, DGPC.
- Capucha, L., J. F. Almeida, P. Pedroso e A. Vieira da Silva (1996), "Metodologias de Avaliação: o Estado da Arte em Portugal", *Sociologia – Problemas e Práticas*, 22, pp. 9-27.
- CCDR Alentejo (2020), *Estratégia Regional de Especialização Inteligente Alentejo 2030*.
- Costa, P. (2015), "Políticas culturais para o desenvolvimento dos territórios: alguns elementos de síntese". In Costa, P. (coord.), *Políticas Culturais para o Desenvolvimento*, Santarém, Artemrede, pp. 110-132.
- DRCC (2020), *Visão Estratégica para a Região Centro 2030, Estratégia Regional de Cultura 2030, Cultura, Criatividade e Resiliência dos Territórios*, Direção Regional de Cultura do Centro.
- Eurostat, Statistical Office of the European Communities (2000), *Cultural Statistics in the UE (Final Report of the LEG)*, Luxemburgo, Comissão Europeia.
- Eurostat, Statistical Office of the European Communities (2018), *Guide to Eurostat culture statistics 2018 edition*, Luxemburgo, União Europeia.
- Figueiredo, A. M., e E.P. Babo (2015), "Territorialização das Políticas Públicas: Inovação e Cultura", In V. Soromenho-Marques e P. T. Pereira (coords.), *Afirmar o Futuro: Políticas Públicas para Portugal*, Vol. 2, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 234-263.
- Ferrão, J. (2010), "Governança e Ordenamento do Território. Reflexões para uma Governança Territorial Eficiente, Justa e Democrática", *Prospectiva e Planeamento*, 17, pp. 129-139.
- Ferrão, J. (2015), "Cultura e território: como tornar mais eficiente uma política 'fraca'". In Costa, P. (coord.), *Políticas Culturais para o Desenvolvimento*, Santarém, Artemrede, pp. 84-89.
- Ferrão, J. e J. Mourato (2010), "A Avaliação de Políticas Públicas como Factor de Aprendizagem, Inovação Institucional e Cidadania", *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 12 (1), pp. 9-28.
- Ferrão, J. e J.M. Paixão (orgs.) (2018), *Metodologias de Avaliação de Políticas Públicas*. Lisboa, Imprensa da Universidade de Lisboa.

- Gama, M. e P.R. Costa (eds.) (2021), *Políticas Culturais Municipais: Análise de Documentos Estruturantes em Torno da Cultura*, Braga, CECS-Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Gama, M. e P. Costa (2020a), *Cultura no pós-Norte 2020*, Braga, CECS-Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Gama, M. e P. Costa (2020b), *Cultura no pós-Centro 2020*, Braga, CECS-Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Garcia, J. L. (coord.) (2014), *Mapear os Recursos, Levantamento da Legislação, Caracterização dos Atores, Comparação Internacional*, Lisboa, GEPAC-SEC.
- Gonçalves, C.V., J.M. Lobo de Carvalho e J. Tavares (2020), *Património Cultural em Portugal: Avaliação do Valor Económico e Social*, Lisboa, Fundação Millennium BCP.
- INE (2015), "Conta Satélite da Cultura 2010-2012", *Destaque*, Lisboa, INE.
- Lobe, B. (2017), "Best Practices for Synchronous Online Focus Groups", In S. R. Barbour e D. L. Morgan (eds.), *A New Era in Focus Group Research. Challenges, Innovation and Practice*, Palgrave Macmillan, pp. 227-250.
- Lopes, S. C. R. S. (2019), *Políticas culturais municipais: da história social do campo aos reportórios de ação dos agentes*, Doutoramento em Sociologia, Lisboa, UNL/FCSH.
- Lopes, J. T. (1998), "As Estatísticas na Área da Cultura", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 26, pp. 121-129.
- Macedo, S.C. (2018), *As Associações de Defesa do Património em Portugal (1974-1997)*, Lisboa, Caleidoscópio.
- Mateus, A. (2010), *O Sector Cultural e Criativo em Portugal*, Lisboa, Augusto Mateus e Associados – Sociedade de Consultores.
- Mourato, J. e M. Vale (2018), "Avaliação de Impactos Territoriais", In J. Ferrão e J. M. Paixão (orgs.), *Metodologias de Avaliação de Políticas Públicas*, Lisboa, Imprensa da Universidade de Lisboa, pp. 289-307.
- Neves, J. S. (2000a), *Despesas dos Municípios com Cultura*, OAC, Lisboa.
- Neves, J. S. (2000b), *Modernização e Desenvolvimento das Estatísticas Nacionais de Cultura*, Lisboa, OAC e CSE.

- Neves, J. S. (2005), *Despesas dos Municípios com Cultura (1986-2003)*, Lisboa, OAC <<http://www.gepac.gov.pt/oac-1996-2013/gepac-oac/oac-documentos-electronicos.aspx>>.
- Neves, J. S. (2008), "Estatísticas Culturais ou Criativas? Sobre o difícil equilíbrio entre Conceitos, Políticas e Recursos", *OBS*, 16, pp. 10-14.
- Neves, J. S. (2010), *Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura (GTEC): Relatório Final de Actividades 2010*, Lisboa, GTEC/CSE.
- Neves, J. S. (2020), "Políticas culturais e infraestruturas de pesquisa: o caso português", *Sociologia On-line*, 24, pp. 64-84.
- Neves, J. S. (2021), "Cultura" In Mamede, R. P. e P. A. e Silva (coord.), *O Estado da Nação e as Políticas Públicas 2021: Governar em Estado de Emergência*, Lisboa, IPPS-Iscte, pp. 23-28.
- Neves, J. S. (coord.) (2011), *Estatísticas Culturais do Ministério da Cultura 2009*, Lisboa, GPEARI e OAC.
- Neves, J. S. e J. Santos (2021), *Os museus da Rede Portuguesa de Museus em 2021*, Lisboa, OPAC, <<https://www.opac.cies.iscte-iul.pt/os-museus-da-rpm>>.
- Neves, J. S., J. Santos e M. J. Lima (2012), *Estatísticas Culturais do Ministério da Cultura 2010*, Lisboa, OAC e GEPAC/SEC.
- Neves, J. S., J. Santos e M. J. Lima (2013), *O Panorama Museológico em Portugal. Os Museus e a Rede Portuguesa de Museus na Primeira Década do Século XXI*, Lisboa, DGPC/SEC.
- Neves, J. S., S. C. Macedo, J. Santos e A. P. Miranda (2020), *Da Salvaguarda à Valorização: Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público em 2019*, Lisboa, Observatório Português das Atividades Culturais, CIES-Iscte.
- Pereira, J. D., M. A. Samara e P. Godinho (orgs.) (2016), *Espaços, Redes e Sociabilidades - Cultura e Política no Movimento Associativo Contemporâneo*, Lisboa, IHC-FCSH/UNL.
- Pestana, M. R. et al., (eds.) (2020), *'Our Music, Our World': Wind Bands and Local Social Life*, Lisboa, Colibri.
- Rodrigues, M.L. e P. Adão e Silva (2012), *Políticas Públicas em Portugal*, Lisboa, INCM.

- Sacco, P. L. *et al.*, (2013), "Culture as an Engine of Local Development Processes: System-Wide Cultural Districts I: Theory", *Growth and Change*, 44 (4), pp. 555-570.
- Santos, M. L. L., J. S. Neves e J. Santos (2002), *Base de dados estatísticos do sector cultural do Ministério da Cultura. Bdstat-MC*, vol. I, Lisboa, OAC/SG-MC.
- Santos, M. L. L. (2007), "Políticas Culturais em Portugal", Comunicação apresentada na "Mesa Redonda Políticas culturais no Espaço Iberoamericano", integrada no V Campus Euroamericano de Cooperação, Almada, 10 de maio.
- Santos, M. L. L. (coord.) (1998), *As Políticas Culturais em Portugal*, Lisboa, OAC.
- Santos, M. L. L. (coord.) (2007), *Estatísticas Culturais do Ministério da Cultura. Para um novo sistema de informação em rede*, Lisboa, OAC.
- Santos, M. e M. da S. Baltazar (2016), "Os territórios do território português: Caracterização e perspectivas para territórios de baixa densidade no horizonte 2030". In *Atas IX Congresso Português de Sociologia - Portugal, território de territórios*, Associação Portuguesa de Sociologia, 6-8 de julho, Faro, Universidade do Algarve.
- SEF/GEPF (2021), *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2020*, Oeiras, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- Silva, A. C. (2021), *Portugal e o Mundo numa Encruzilhada. Para onde vamos no século XXI?* Lisboa, Bertrand Editora.
- Silva, A. S. (2004), "As redes culturais: balanço e perspectivas da experiência portuguesa, 1987-2003". In AAVV, *Públicos da Cultura*, Lisboa, OAC, pp. 241-283.
- Silva, A. S., E.P. Babo e P. Guerra (2015), "Políticas culturais locais: Contributos para um modelo de análise", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 78, 105-124.
- Silva, I. S., A. L. Veloso e J. B. Keating (2014), "Focus group: Considerações teóricas metodológicas", *Revista Lusófona de Educação*, 26, pp. 175- 189.
- Soeiro de Carvalho, P. e J. F. Ribeiro (2009), *Territórios em Transformação - Alentejo 2030*. Lisboa, DPPRI.
- UNESCO (1986), *Report of the third joint meeting on cultural statistics held in Geneva - Addendum: Matrices of cultural spheres*, Genebra, UNESCO.

UNESCO (2000), *Workshop: Towards an international network of observatories on cultural policies (Final report)*, Paris, UNESCO.

UNESCO, (2019), *Culture 2030 Indicators*, Paris, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

IX – ANEXOS

9.1. Questionário



Inquérito ao Setor Cultural das Câmaras Municipais da Região do Alentejo

Questionário

Este questionário é parte do estudo preliminar de diagnóstico, tendo em vista informar a definição do **Plano Regional de Cultura do Alentejo para 2020-2030**, em curso no OPAC - Observatório Português das Atividades Culturais, e promovido pela Direção Regional de Cultura do Alentejo.

No sentido de poder enquadrar o âmbito de algumas matérias disponibiliza-se um glossário. Para aceder clique **aqui**.

Caso necessite esclarecimentos ou informações adicionais por favor contacte a equipa do estudo através do endereço eletrónico opac.cies@iscte-iul.pt.

Muito obrigado pela sua colaboração!

A equipa:

José Soares Neves (diretor do OPAC, CIES-Iscte, coordenador), Pedro Prista (Iscte-IUL, coordenador)

Sofia Costa Macedo (OPAC, CIES-Iscte), Ana Paula Miranda (OPAC, CIES-Iscte), Jorge Santos (OPAC, CIES-Iscte, DGPC), Catarina Santos (CIES-Iscte) e Sheila Palomares Alarcón (CIDEHUS-IIFA-UÉ)

IDENTIFICAÇÃO DO/A RESPONSÁVEL PELA ÁREA DA CULTURA NO MUNICÍPIO (E PELA RESPOSTA AO QUESTIONÁRIO)

Informação para caracterizar os responsáveis pela cultura.

Nome	_____
Cargo	_____
E-mail	_____
Telefone	_____
Idade	_____
Grau de escolaridade	_____

I. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DA CULTURA DO MUNICÍPIO

Caracterização da área da cultura do município quanto aos seus recursos humanos, equipamentos culturais, iniciativas culturais e associativismo.

1. Recursos humanos

P1.1. Em relação aos recursos humanos, refira o total de pessoas no quadro do município e o total das que se encontram afetas à área da cultura.

Pessoas ao serviço no quadro do município |__|__|__|__|

Pessoas ao serviço no quadro do município afetas à área da cultura |__|__|__|__|

P1.2. Das pessoas ao serviço no quadro do município afetas à área da cultura refira o número por carreira/categoria.

Dirigente.....	__ __ __
Técnico superior.....	__ __ __
Assistente técnico.....	__ __ __
Assistente operacional..	__ __ __
Outra/s.....	__ __ __
Total	__ __ __

2. Equipamentos culturais

P2.1. Refira o número de equipamentos culturais municipais por tipo.
(*deve considerar os equipamentos e não as valências neles existentes*).

Arquivo.....	_ _
Auditório.....	_ _
Biblioteca.....	_ _
Centro Cultural.....	_ _
Centro de Documentação.....	_ _
Centro de Interpretação.....	_ _
Cinema.....	_ _
Cineteatro.....	_ _
Coliseu.....	_ _
Galeria de arte ou outro espaço de exposição temporária	_ _
Museu.....	_ _
Património cultural imóvel (<i>ver glossário</i>).....	_ _
Sala Polivalente/Multiusos.....	_ _
Teatro.....	_ _
Outro/s equipamento/s cultural/ais. Quais?.....	_ _
-----.....	_ _
-----.....	_ _
-----.....	_ _

P2.1.1. Se se adequar refira as valências culturais dos equipamentos.

P2.1.2. No caso do museu, refira o número de acordo com o modelo de organização municipal:

Museu/s autónomo/s.....	_
Polinucleado.....	_
Rede municipal.....	_

P2.1.3. Sendo o museu polinucleado quantos núcleos possui (excluindo o museu-sede)?

..... |__|__|

P2.1.4. No caso da biblioteca, refira se possui bibliotecas anexas/polos:

Selecione apenas uma das seguintes opções

Sim.....

Não.....

Não responde.....

P2.1.5. Quantas bibliotecas anexas/polos possui (excluindo o edifício-sede)?

..... |__|__|

P.2.2. Dos seguintes equipamentos municipais refira se possui?

Selecione apenas uma opção por linha

	Sim	Não	Não responde
Praça de toiros	__	__	__
Coreto.....	__	__	__
Jardim municipal/espço verde	__	__	__
Mercado municipal.....	__	__	__

P.2.2.1. Refira o número de praças.

.....|__|__|

P.2.2.2. Alguma possui valência museológica?

Selecione apenas uma das seguintes opções

Sim.....

Não.....

Não responde.....

3. Projetos culturais de iniciativa municipal

P3.1. Nomeie os projetos culturais desenvolvidos por iniciativa municipal no período 2017-2021.

4. Associativismo

P4.1. Refira se o município possui:

Selecione apenas uma opção por linha

	Sim	Não	Não responde
Regulamento de apoio ao associativismo	__	__	__
Registo das associações culturais do concelho.....	__	__	__

Gostaríamos de solicitar o envio da listagem das associações culturais que o município dispõe para o endereço eletrónico opac.cies@iscte-iul.pt.

P4.2. No período 2017-2021 o município concedeu apoios a associações culturais?

(considere nas associações culturais também as recreativas e as de defesa do património).

Selecione apenas uma das seguintes opções

Sim

Não.....

Não responde

P4.2.1. Refira o total de associações e o valor do apoio concedido pelo município em 2020.

Total de associações apoiadas.....|__|__|__|

Valor do apoio concedido.....|_____|€

II. POLÍTICAS CULTURAIS NO PERÍODO 2017-2021

Informação sobre a área da cultura do município: eixos estratégicos de atuação (2017-2021); instrumentos de gestão do município; grau de alinhamento dos eixos com um conjunto de instrumentos de âmbito regional, nacional e internacional e um balanço do cumprimento dos eixos estratégicos de atuação no referido período.

5. Eixos estratégicos da área da cultura

P5.1. Refira os eixos estratégicos de atuação do município na área da cultura no período 2017-2021.

P5.2. Que instrumentos de gestão específicos da área da cultura o município possui?

Selecione todas as opções que se aplicam

- Carta Cultural.....
- Carta Educativa
- Plano Estratégico de Cultura
- Plano Municipal de Cultura
- Plano Municipal de Leitura
- Plano Estratégico Municipal Cultura-Educação
- Plano Anual de Atividades Culturais
- Relatório Anual de Atividades Culturais
- Regulamentos municipais de recintos culturais.....
- Regulamentos municipais de iniciativas culturais.....
- Outro/s.....
- Qual/ais?
- Não possui qualquer instrumento de gestão
- Não responde.....

P5.3. Tendo em conta os eixos estratégicos de atuação do município na área da cultura no período 2017-2021 refira qual o seu grau de alinhamento com os seguintes instrumentos de gestão municipal, regional, nacional e internacional.

	Claramente não alinhado									Claramente alinhado	Não se aplica
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
MUNICIPAL											
Planos ou programas de outras áreas de intervenção do município	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

	Claramente não alinhado									Claramente alinhado	Não se aplica
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
REGIONAL											
Grandes Opções do Plano (CIM)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (CIM)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (CIM)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contributo Regional para a Estratégia Nacional Portugal 2030 (CCDRA) (2017-2021)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo (CCDRA) (2014 - 2020)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Programa Alentejo 2020	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Documento Estratégico Turismo Alentejo 2014-2020 (Turismo do Alentejo, ERT)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

	Claramente não alinhado									Claramente alinhado 10	Não se aplica
	1	2	3	4	5	6	7	8	9		
NACIONAL											
Plano Nacional das Artes – Uma Estratégia Um Manifesto 2019-2024	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estratégia Nacional do Saber Fazer Português 2019-2024	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Programa Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030 - Portugal InCoDe.2030 (2017-2030)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

	Claramente não alinhado									Claramente alinhado 10	Não se aplica
	1	2	3	4	5	6	7	8	9		
INTERNACIONAL											
Agenda 21 da Cultura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Nova Agenda Europeia para a Cultura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Iniciativa Cultura para o Desenvolvimento Urbano Sustentável - Nova Agenda Urbana	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

P5.4. Quanto à execução dos eixos estratégicos de atuação do município na área da cultura que balanço se faz relativamente a:

Concretizações

Não concretizações

6. Redes Culturais

P6.1. Houve participação/integração do município em redes culturais no período 2017-2021?

Selecione apenas uma das seguintes opções

Sim.....

Não.....

Não responde.....

P6.1.1. Refira o nome, âmbito, ano de início, ano de fim e parceiros de cada rede que o município participou/integrou.

Nome da Rede	Âmbito	Ano de início	Ano de fim	Parceiros
	Internacional Transfronteiriço Nacional Regional Intermunicipal Local Outro			
	(...)			

P6.2. E quanto aos equipamentos culturais municipais, indique se integraram redes culturais no período 2017-2021 (por exemplo, redes de museus, de bibliotecas, de qualquer âmbito)?

Selecione apenas uma das seguintes opções

Sim.....

Não.....

Não responde.....

P6.2.1. Refira o nome e âmbito da/s rede/s cultural/ais que os equipamentos culturais municipais integraram.

Nome da Rede	Âmbito
	Internacional; Transfronteiriço; Nacional; Regional; Intermunicipal; Local; Outro
	(...)

III. PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO

Programas de financiamento que o município possa ter participado no âmbito do Programa Alentejo 2020 (projetos candidatos e aprovados, avaliação e impactos) e de outros programas de apoio nacionais e/ou internacionais.

7. Programa Alentejo 2020

P7.1. No âmbito do Programa Alentejo 2020, o município integrou candidaturas (em qualquer modalidade de participação) a projetos na área da cultura?

Selecione apenas uma das seguintes opções

Sim.....

Não.....

Não responde.....

P7.2. O município (em qualquer modalidade de participação) teve projetos aprovados na área da cultura no âmbito do Programa Alentejo 2020?

Selecione apenas uma das seguintes opções

Sim.....

Não.....

Não responde.....

P7.2.1. Refira o número de projetos aprovados e o valor do investimento elegível de acordo com a modalidade de participação?

Modalidade	Número de Projetos aprovados	Valor do investimento elegível
Individual	_ _	_ _ _ _ _ _ €
Em conjunto/parceria, como entidade líder	_ _	_ _ _ _ _ _ €
Em conjunto/parceria, como entidade parceira	_ _	_ _ _ _ _ _ €
Total	_ _	_ _ _ _ _ _ €

P7.2.2. Tendo em conta os projetos aprovados na área da cultura, refira qual a situação:

- Ainda em curso |__|__|
- Já finalizado/s, mas ainda sem avaliação de impactos |__|__|
- Já finalizado/s e com avaliação de impactos..... |__|__|
- Não sabe/não responde..... |__|__|

P7.2.3. No que diz respeito aos impactos dos investimentos realizados no âmbito do Programa Alentejo 2020, refira quais os resultados.

P7.3. Que balanço faz o município da participação das seguintes entidades na concretização do Programa Alentejo 2020.

	Nada participante									Muito participante	Não sabe/não responde
	1	2	3	4	5	6	7	8	9		
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR-Alentejo)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comunidades Intermunicipais (CIM)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRCA Alentejo)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Unidades orgânicas municipais com competência na área da cultura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Entidades dos setores cultural e criativo (terceiro setor e privado lucrativo)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

P7.4. Refira qual o grau de adequação da presença da cultura no Programa Alentejo 2020 para cada um dos itens propostos.

	Nada adequado									Muito adequado	Não sabe/não responde
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Nas Prioridades de Investimento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Nos Objetivos Específicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Nas Tipologias de Intervenção	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Nas Tipologias de Realização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Nos Indicadores de Realização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Nos Indicadores de Resultado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

8. Outros programas de financiamento

P8.5. O município teve projetos na área da cultura aprovados no âmbito de outros programas de financiamento no período 2017-2021?

Selecione apenas uma das seguintes opções

Sim, em outros nacionais (passa para P8.5.1.)

Sim, em outros internacionais (passa para P8.5.2.)

Sim, em ambos (passa para P8.5.1.)

Não, em nenhum (passa para Pg.1.)

Não responde (passa para Pg.1.)

P8.5.1. Se beneficiou de projetos no âmbito de outros programas de financiamento nacionais, refira o nome do/s programa/s.

P8.5.2. Se beneficiou de projetos no âmbito de outros programas de financiamento internacionais, refira o nome do/s programa/s.

IV. POLÍTICAS CULTURAIS NO HORIZONTE 2030

Visão estratégica dos municípios na área da cultura e propostas e sugestões tendentes às suas políticas culturais até 2030. Para esse fim, a recolha de informação centra-se na perceção das quais as necessidades existentes, os objetivos estratégicos a definir e os projetos prioritários a implementar nos setores cultural e criativo pelo município no referido horizonte.

9. Necessidades na área da cultura

P9.1. No quadro do balanço das atividades desenvolvidas feito pelo município na área da cultura no período anterior (2017-2021), refira quais as necessidades que considera serem essenciais prover a nível municipal, regional e nacional no próximo período (2030).

A nível municipal

A nível regional

A nível nacional

10. Objetivos estratégicos

P10.1. Refira até três objetivos estratégicos para os setores cultural e criativo que considere fundamentais para o município no horizonte 2030. Por favor deverá hierarquizar do mais importante para o menos importante.

(Se considerar adequado, tenha em conta a avaliação do anterior quadro e as atuais orientações nacionais ou regionais e as implicações da crise pela pandemia da covid-19)

11. Projetos prioritários

P11.1. Do mesmo modo, refira quais deverão ser os projetos prioritários para os setores cultural e criativo a implementar pelo município no horizonte 2030.

12. Relações com entidades privadas lucrativas

Antes de concluir, gostaríamos de saber a opinião sobre a relação do município com entidades privadas lucrativas, não associativas.

P12.1. Que projetos desenvolveu com essas entidades no período 2017-2021?

P12.2. Qua balanço faz da relação desenvolvida com essas entidades no período 2017-2021?

P12. 3. Quais as linhas de ação a seguir quanto à ligação com entidades privadas lucrativas no que toca ao desenvolvimento de projetos no âmbito dos setores cultural e criativo no horizonte 2030?

13. Aspectos finais

P13.1. Outros aspectos que considere importantes e ainda não referidos quanto ao horizonte 2030.

Relembramos o envio da listagem das associações culturais que o município dispõe para o endereço eletrónico opac.cies@iscte-iul.pt.

Tomámos nota e iremos enviar

Não é possível, não iremos enviar...

O questionário terminou.

Muito obrigado pela sua colaboração!

Complete a sua resposta através do botão "Seguinte".

9.2. Glossário do inquérito por questionário

ARQUIVO - Instituição ou serviço responsável pela aquisição, conservação, organização e comunicação de documentos de arquivo (INE, 2020: 238).

ASSOCIAÇÃO CULTURAL - Coletividade de indivíduos que tem como objeto principal o exercício de uma atividade no âmbito de áreas de ação cultural, sem fins lucrativos e com obediência aos princípios associativos. Consideram-se áreas de ação cultural, entre outras, a criatividade, a difusão, a informação, a dinamização e a animação (INE, 2020: 238).

AUDITÓRIO - Edifício ou parte de um edifício projetado e equipado para a realização de eventos culturais, conferências, colóquios, workshops, apresentações ou outros eventos (INE, 2020:239).

BIBLIOTECA - Conjunto organizado de documentos em todo o tipo de suporte, bem como estruturas e serviços que permitem o tratamento, conservação e divulgação dos mesmos, visando a satisfação das necessidades dos utilizadores no que respeita a informação, investigação, educação e recreio (INE, 2020:239).

BIBLIOTECA ANEXA OU POLO – Bibliotecas que estão na dependência da biblioteca central, que oferecem, em permanência, serviços bibliotecários. Não se devem considerar as bibliotecas escolares e as bibliotecas itinerantes (RNBP, 2017).

CENTRO CULTURAL – Instituição que tem como objetivo a promoção da cultura, nas mais variadas modalidades, entre os habitantes de uma comunidade, permitindo-lhes a participação em atividades culturais. Tem ainda como objetivo auxiliar o desenvolvimento da criação, prática, apresentação e fruição artísticas (OPAC, 2021).

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO – Instituição ou serviço responsável pela centralização de documentos e disseminação de informação, reunindo documentos em variados suportes - audiovisual, impresso, base de dados, e, na maior parte dos casos, associado a alguma instituição (OPAC, 2021).

CENTRO DE INTERPRETAÇÃO – Instalações especificamente destinadas à valorização do património cultural/natural de determinado local e a sua transformação em produtos educativos, culturais e/ou turísticos. Assenta numa narrativa interpretativa sendo o seu objetivo fundamental facilitar a apresentação pública do conjunto de valores de determinado local, através de ações de consciencialização e educação (OPAC, 2021).

CINEMA - Espaço próprio para apresentação de obras cinematográficas que pode consistir em uma ou mais salas localizadas em edifício próprio destinado exclusivamente ao cinema, Centros Comerciais, instalações polivalentes ou ao ar livre, com as necessárias e respetivas adaptações (INE, 2020: 246)

CINETEATRO - Edifício ou parte de edifício que está preparado para a representação de peças de teatro e exibição de filmes (INE, 2020:239).

COLISEU - Edifício ou parte do edifício cujo espaço destinado à realização de espetáculos tem formato circular, um palco tradicional à italiana e uma arena, podendo o espaço ser adaptado para a apresentação de circo (INE, 2020: 240).

CORETO - Estrado ou edificação apropriada, erguida em praça ou jardim público para concertos de bandas musicais (OPAC, 2021).

ESPAÇO PARA EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS - Espaço, com ou sem fins lucrativos, vocacionado para o acolhimento de exposições temporárias e abertas ao público em geral (INE, 2020: 241).

GALERIA DE ARTE - Espaço para exposição e venda de obras de artes plásticas, com calendarização e temporada definidas, e fins lucrativos (INE, 2020: 242).

JARDIM MUNICIPAL - Importa identificar os jardins municipais que tenham algum tipo de oferta cultural, permanente ou temporária, sobre o qual a autarquia tem responsabilidade de natureza e amplitude diversas (OPAC, 2021).

MERCADO (MUNICIPAL) - Importa identificar a existência de mercados municipais que tenham algum tipo de valência cultural, permanente ou temporária, sobre o qual a autarquia tem responsabilidade de natureza e amplitude diversas (OPAC, 2021).

MUSEU - Instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que promove pesquisas relativas aos testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, adquire-os, conserva-os, comunica-os e expõe-os para estudo, educação e lazer (INE, 2020: 243).

MUSEU POLINUCLEADO - Museu com um ou mais núcleos museológicos (INE, 2020: 244).

NÚCLEO MUSEOLÓGICO - Extensão ou polo territorialmente descentralizado de um museu que é uma unidade dependente e comporta os serviços técnicos principais que permitem a sua adequada manutenção, bem como o cumprimento das funções museológicas indispensáveis (investigar, preservar, comunicar) (INE, 2020: 244).

PATRIMÓNIO CULTURAL IMÓVEL - Sítio de interesse arqueológico, etnográfico ou histórico, inventariado, com ou sem classificação (monumento/conjunto/sítio de âmbito nacional/público/municipal; monumentos nacionais; imóveis de interesse público, de valor concelhio, regional e local), que tem algum tipo de oferta cultural (por exemplo aberto ao público para visitas) sobre o qual a autarquia tem responsabilidade de natureza e amplitude diversa (por exemplo: um castelo ou igreja visitável gerido pela autarquia) (OPAC, 2021).

PRAÇA DE TOIROS - Recinto cujo espaço se destina especificamente à apresentação de espetáculos ao vivo de tauromaquia. O recinto pode ter espaços fixos para uso permanente ou espaços que são improvisados para uso temporário (OPAC, 2021).

SALA MULTIUSOS - Espaço que pode ser adaptado à realização de eventos e espetáculos de natureza diversa (INE, 2020: 246)

SALA POLIVALENTE - Espaço destinado à apresentação de obras cinematográficas e/ou de outros espetáculos, possuindo para isso um determinado número de lugares e equipamento específico como palco e/ou ecrã (INE, 2020: 246)

SEDE DO MUSEU - Local onde o museu tem a unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão (INE, 2020: 247).

TEATRO - Edifício ou parte de um edifício no qual se representa teatro dramático, lírico ou outros géneros teatrais. o espaço dispõe de palco para representação das peças e pode ter um fosso que se destina à orquestra (INE, 2020: 247).

VALÊNCIA MUSEOLÓGICA – Considera-se como valência museológica quando se verifica a existência de um espaço destinado a museu, núcleo museológico, coleção visitável ou exposição permanente de longa duração.

SETORES CULTURAL E CRIATIVO – Engloba 10 domínios culturais e respetivos subdomínios: Património cultural (Museus, Locais históricos, Sítios arqueológicos, Património imaterial); Arquivos; Bibliotecas; Livro e Imprensa; Artes visuais (Artes plásticas, Fotografia, Design); Artes performativas (Música, Dança, Teatro, Artes combinadas, Outros espetáculos ao vivo); Audiovisual e Multimédia (Cinema, Rádio, Televisão, Vídeo, Gravação de sons, Obras de multimédia; Jogos de vídeo); Arquitetura; Publicidade; Artesanato. Estes organizam-se, estruturam-se e funcionam em torno de seis funções essenciais: Criação; Produção/Publicação; Disseminação/Comércio; Preservação; Educação; Gestão/Regulação (ESS-net Culture, 2012).

DOCUMENTAÇÃO

[Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável](#)

[Agenda 21 da Cultura](#)

[Conta Satélite da Cultura 2010-2012](#)

[Contributo Regional para a Estratégia Nacional Portugal 2030 \(CCDRA\) \(2017-2021\)](#)

[Documento Estratégico Turismo Alentejo 2014-2020 \(Turismo do Alentejo, ERT\)](#)

[Estratégia Nacional do Saber Fazer Português 2019-2024](#)

[Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo \(CCDRA\) \(2014 - 2020\)](#)

[Iniciativa Cultura para o Desenvolvimento Urbano Sustentável - Nova Agenda Urbana](#)

[Nova Agenda Europeia para a Cultura](#)

[Plano Nacional das Artes – Uma Estratégia Um Manifesto 2019-2024](#)

[Programa Alentejo 2020](#)

[Programa Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030 - Portugal InCoDe.2030 \(2017-2030\)](#)

9.3. Resultados do inquérito por questionário

IDENTIFICAÇÃO DO/A RESPONSÁVEL PELA ÁREA DA CULTURA NO MUNICÍPIO

Cargo do responsável por CIM

Percentagem na horizontal

CIM	Presidência	Vereador/a	Chefe divisão/ unidade/serviço	Técnico/a superior
CIMAA	16,7	25,0	50,0	8,3
CIMAC	11,1	22,2	44,4	22,2
CIMAL	40,0	-	60,0	-
CIMBAL	9,1	36,4	45,5	9,1
CIMLT	-	40,0	40,0	20,0
Região	12,8	27,7	46,8	12,8

Nota: Presidência inclui Presidente e Vice-Presidente.

Idade do responsável por CIM

Percentagem na horizontal

CIM	25-34 anos	35-44 anos	45-54 anos	55-64 anos	65 e mais anos
CIMAA	-	41,7	25,0	33,3	-
CIMAC	-	44,4	44,4	-	11,1
CIMAL	-	20,0	20,0	60,0	-
CIMBAL	-	9,1	45,5	45,5	-
CIMLT	11,1	44,4	22,2	22,2	-
Região	2,2	32,6	32,6	30,4	2,2

Grau de escolaridade do responsável por CIM

Percentagem na horizontal

CIM	Até ao 12º ano (secundário/ antigo 7º ano do Liceu)	Licenciatura (bacharelato)	Com Mestrado e Doutoramento
CIMAA	9,1	63,6	27,3
CIMAC	11,1	88,9	-
CIMAL	-	75,0	25,0
CIMBAL	18,2	54,5	27,3
CIMLT	-	60,0	40,0
Região	8,9	66,7	24,4

I. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DA CULTURA DO MUNICÍPIO

1. RECURSOS HUMANOS

P1.2. Das pessoas ao serviço no quadro do município afetas à área da cultura refira o número por carreira/categoria

Percentagem na horizontal

CIM	Dirigente	Técnico superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Outra/s	Total pessoal afeto à Cultura
CIMAA	1,6	25,8	30,1	42,6	-	256
CIMAC	4,0	28,2	32,2	34,2	1,3	149
CIMAL	4,5	30,8	53,8	10,9	-	156
CIMBAL	3,5	20,4	42,7	31,2	2,3	260
CIMLT	3,0	33,7	42,8	19,9	0,6	166
Região	3,1	26,8	39,6	29,5	0,9	987

2. EQUIPAMENTOS CULTURAIS

P2.1. Refira o número de equipamentos culturais municipais por tipo

Municípios com equipamentos culturais por tipo de equipamento e por CIM

Percentagem

Tipo de equipamento	CIMAA	CIMAC	CIMAL	CIMBAL	CIMLT	Região
Arquivo	58,3	55,6	80,0	72,7	40,0	59,6
Auditório	83,3	44,4	80,0	54,5	60,0	63,8
Biblioteca	100,0	88,9	80,0	100,0	100,0	95,7
Centro Cultural	66,7	66,7	40,0	45,5	40,0	53,2
Centro de Documentação	16,7	22,2	20,0	18,2	20,0	19,1
Centro de Interpretação	66,7	22,2	-	36,4	30,0	36,2
Cinema	33,3	22,2	-	18,2	-	17,0
Cineteatro	58,3	77,8	20,0	72,7	40,0	57,4
Coliseu	8,3	22,2	-	-	-	6,4
Galeria de arte ou outro espaço de exposição temporária	50,0	44,4	20,0	72,7	70,0	55,3
Museu	75,0	55,6	80,0	81,8	90,0	76,6
Património cultural imóvel	50,0	66,7	100,0	45,5	20,0	51,1
Sala Polivalente/Multiusos	50,0	55,6	40,0	63,6	40,0	51,1
Teatro	25,0	11,1	-	9,1	10,0	12,8
Outro/s equipamento/s cultural/ais	16,7	-	20,0	9,1	40,0	17,0

Total de equipamentos culturais municipais por tipo de equipamento e por CIM

Percentagem

Tipo de equipamento	CIMAA	CIMAC	CIMAL	CIMBAL	CIMLT	Região
Arquivo	2,7	5,3	5,9	8,9	3,5	4,7
Auditório	6,6	9,6	8,8	11,3	7,1	8,2
Biblioteca	4,6	8,5	7,4	8,9	10,6	7,3
Centro Cultural	5,8	7,4	8,8	15,3	4,4	7,9
Centro de Documentação	0,8	2,1	1,5	1,6	1,8	1,4
Centro de Interpretação	5,0	3,2	-	4,0	5,3	4,1
Cinema	1,5	2,1	-	1,6	-	1,2
Cineteatro	2,7	7,4	1,5	7,3	3,5	4,3
Coliseu	0,4	2,1	-	-	-	0,5
Galeria de arte ou outro espaço de exposição temporária	3,5	7,4	2,9	8,9	12,4	6,5
Museu	9,7	13,8	11,8	12,1	12,4	11,4
Património cultural imóvel	51,0	24,5	35,3	6,5	5,3	29,3
Sala Polivalente/Multiusos	3,9	5,3	13,2	12,1	8,0	7,3
Teatro	1,2	1,1	-	0,8	0,9	0,9
Outro/s equipamento/s cultural/ais	0,8	-	2,9	0,8	24,8	5,0
Total de equipamentos na região	259	94	68	124	113	658

P.2.2.1. Refira o número de praças.

P.2.2.2. Alguma possui valência museológica?

Número

CIM	Municípios com praça de toiros	Total de praças	Das quais... com valência museológica
CIMAA	6	14	1
CIMAC	5	6	1
CIMAL	-	-	-
CIMBAL	4	11	1
CIMLT	4	4	-
Região	19	35	3

II. POLÍTICAS CULTURAIS NO PERÍODO 2017-2021

5. EIXOS ESTRATÉGICOS DA ÁREA DA CULTURA

P5.2. Que instrumentos de gestão específicos da área da cultura o município possui?

Percentagem

Instrumentos de gestão	CIMAA	CIMAC	CIMAL	CIMBAL	CIMLT	Região
Carta Cultural	-	-	-	-	-	-
Carta Educativa	83,3	66,7	80,0	81,8	70,0	76,6
Plano Estratégico de Cultura	-	11,1	-	-	-	2,1
Plano Municipal de Cultura	-	-	-	18,2	10,0	6,4
Plano Municipal de Leitura	16,7	-	40,0	36,4	20,0	21,3
Plano Estratégico Municipal Cultura-Educação	-	-	20,0	27,3	-	8,5
Plano Anual de Atividades Culturais	50,0	33,3	80,0	90,9	60,0	61,7
Relatório Anual de Atividades Culturais	25,0	44,4	80,0	63,6	40,0	46,8
Regulamentos municipais de recintos culturais	66,7	66,7	60,0	90,9	40,0	66,0
Regulamentos municipais de iniciativas culturais	41,7	44,4	20,0	54,5	-	34,0
Outro/s instrumentos de gestão	-	11,1	0,0	18,2	10,0	8,5
Não possui qualquer instrumento de gestão	-	-	-	-	-	-

P5.3. Tendo em conta os eixos estratégicos de atuação do município na área da cultura no período 2017-2021 refira qual o seu grau de alinhamento com os seguintes instrumentos de gestão municipal, regional, nacional e internacional.

Média

Instrumentos de gestão	CIMAA	CIMAC	CIMAL	CIMBAL	CIMLT	Região
MUNICIPAL						
Planos ou programas de outras áreas de intervenção do município	7,7	6,3	6,6	8,3	7,2	7,3
REGIONAL						
Grandes Opções do Plano (CIM)	8,7	7,1	7,4	8,0	6,0	7,4
Estratégica Integrada de Desenvolvimento Territorial (CIM)	8,3	6,1	7,6	7,7	6,1	7,1
Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (CIM)	9,2	7,3	7,8	7,8	5,6	7,6
Contributo Regional para a Estratégia Nacional Portugal 2030 (CCDRA)	8,5	5,3	7,0	7,5	5,4	6,9
Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo (CCDRA)	8,6	5,2	6,7	6,8	5,2	6,6
Programa Alentejo 2020	8,9	7,5	7,3	8,2	5,9	7,6
Documento Estratégico Turismo Alentejo 2014-2020 (Turismo do Alentejo, ERT)	9,0	6,2	6,8	7,1	6,7	7,3
NACIONAL						
Plano Nacional das Artes – Uma Estratégia Um Manifesto 2019-2024	5,4	5,3	5,4	5,2	4,6	5,2
Estratégia Nacional do Saber Fazer Português 2019-2024	5,9	3,8	3,7	5,0	3,0	4,6
Programa Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030 - Portugal InCoDe.2030	5,1	4,3	4,5	4,3	4,2	4,5
INTERNACIONAL						
Agenda 21 da Cultura	5,8	4,8	4,3	5,8	4,0	5,1
Nova Agenda Europeia para a Cultura	5,9	3,3	4,0	4,0	3,6	4,3
Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	6,0	4,5	4,3	4,8	5,3	5,2
Iniciativa Cultura para o Desenvolvimento Urbano Sustentável - Nova Agenda Urbana	5,1	3,3	4,0	3,0	3,6	4,0

Nota: A escala varia entre 1 – Claramente não alinhado e 10 – Claramente alinhado.

6. REDES CULTURAIS

P6.1. Houve participação/integração do município em redes culturais no período 2017-

Âmbito da rede cultural em que o município participou/integrou no período 2017-2021 por CIM

Percentagem na vertical

Âmbito	Respostas		Redes	
	Número	%	Número	%
Intermunicipal	27	48,2	8	24,2
Nacional	10	17,9	8	24,2
Internacional	10	17,9	8	24,2
Regional	7	12,5	7	21,2
Transfronteiriço	2	3,6	2	6,1
Região	56	100,0	33	100,0

Âmbito da rede de equipamentos culturais que o município integrou no período 2017-2021

Percentagem na vertical

Âmbito	Respostas		Redes	
	Número	%	Número	%
Intermunicipal	36	57,1	9	56,3
Nacional	22	34,9	3	18,8
Internacional	3	4,8	2	12,5
Regional	1	1,6	1	6,3
Local	1	1,6	1	6,3
Região	63	100,0	16	100,0

III. PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO

7. PROGRAMA ALENTEJO 2020

P7.2.2. Tendo em conta os projetos aprovados na área da cultura, refira qual a situação.

Percentagem do total de projetos

CIM	Ainda em curso	Já finalizado/s, mas ainda sem avaliação de impactos	Já finalizado/s e com avaliação de impactos	Total de projetos
CIMAA	62,5	33,3	4,2	24
CIMAC	77,8	18,5	3,7	27
CIMAL	88,2	11,8	0,0	17
CIMBAL	80,6	9,7	9,7	31
CIMLT	100,0	0,0	0,0	5
Região	77,9	17,3	4,8	104

P7.3. Que balanço faz o município da participação das seguintes entidades na concretização do Programa Alentejo 2020.

Média

Entidades	CIMAA	CIMAC	CIMAL	CIMBAL	CIMLT	Região
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR-Alentejo)	8,6	7,7	7,4	8,4	8,3	8,1
Comunidades Intermunicipais (CIM)	9,5	8,3	8,0	8,7	8,5	8,7
Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRCA Alentejo)	9,2	6,6	6,8	8,4	7,3	8,0
Unidades orgânicas municipais com competência na área da cultura	9,1	8,0	8,8	8,9	6,5	8,4
Entidades dos setores cultural e criativo (terceiro setor e privado lucrativo)	7,3	7,1	5,0	7,7	6,0	6,9

Notas: A escala varia entre 1 – Nada participante e 10 – Muito participante.

P7.4. Refira qual o grau de adequação da presença da cultura no Programa Alentejo 2020 para cada um dos itens propostos.

Média

Itens	CIMAA	CIMAC	CIMAL	CIMBAL	CIMLT	Região
Nas Prioridades de Investimento	7,7	6,0	6,4	7,7	4,3	6,7
Nos Objetivos Específicos	7,8	5,8	7,2	7,2	4,3	6,7
Nas Tipologias de Intervenção	7,8	5,7	6,4	7,2	4,3	6,5
Nas Tipologias de Realização	7,4	6,0	6,2	6,8	4,3	6,4
Nos Indicadores de Realização	7,7	6,0	5,8	7,2	4,3	6,5
Nos Indicadores de Resultado	8,1	5,8	5,8	6,4	4,3	6,4

Nota: A escala varia entre 1 – Nada adequado e 10 – Muito adequado.

9.4. Guião grupos focais

TEMA
Introdução: Documentos referência bases (local, regional ou nacional).
1) Políticas Culturais desde 2017
a. Importância estratégica da cultura no desenvolvimento regional
b. Linhas gerais da política cultural regional mais relevantes para a região Alentejo
c. Avaliação do grau de articulação das políticas culturais
2) Programa Alentejo 2020 (com especial enfoque na dimensão cultural)
a. Avaliação do processo de elaboração e de concretização do programa
b. Avaliação da presença da cultura
c. Avaliação dos indicadores definidos para as ações nos domínios da cultura
d. Avaliação dos impactos do programa no território
3) Estratégia e Política Cultural Regional até 2030
a. Quais são as principais necessidades na área da cultura?
b. Quais são as principais necessidades de investimento futuros na região Alentejo na área da cultura?
c. Quais são os principais contextos de investimento futuros na região. A na área da cultura?
d. Quais devem ser objetivos estratégicos da política cultural regional para a década 2020-2030?
4) Próximo Programa Operacional Regional do Alentejo (com especial enfoque na dimensão cultural)
a. Prioridades de investimento para a dimensão cultural
b. Objetivos específicos para a dimensão cultural
c. Tipologias de intervenção e de ações para a dimensão cultural
d. Indicadores de Realização e de Resultado para a dimensão cultura

9.5. Execução dos grupos focais

Grupo focal	CIM/Domínio cultural	Dia	Hora de início	Moderador	Participantes
CIM	Lezíria do Tejo	24 de maio	10.30h	Sofia Macedo	8 participantes
	Alto Alentejo	24 de maio	14.30h	Sofia Macedo	4 participantes
	Baixo Alentejo	26 de maio	10.30h	Sofia Macedo	8 participantes
	Alentejo Central	27 de maio	10.30h	Pedro Prista	8 participantes
	Alentejo Litoral	8 de junho	10.30h	Sheila Palomares	5 participantes
Agentes Culturais	Artes Performativas	1 de junho	14.30h	Sofia Macedo	5 participantes
	Artes Visuais /Multimédia	2 de junho	10.30h	Sheila Palomares	3 participantes
	Arquivos /Bibliotecas	2 de junho	14.30h	Sofia Macedo	5 participantes
	Património Cultural	7 de junho	10.30h	Sofia Macedo	3 participantes

9.6. Documento de apoio aos participantes nos grupos focais

Exmo. Sr. Presidente do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal ...

Está em curso no OPAC - Observatório Português das Atividades Culturais, um estudo preliminar de diagnóstico tendo em vista informar a definição do Plano Regional de Cultura do Alentejo para 2030. O estudo é promovido pela Direção Regional de Cultura do Alentejo. No âmbito deste estudo – que também está a ser realizado nas outras regiões - pretende-se uma participação alargada das entidades em presença no território, com responsabilidades no planeamento cultural para a região. Pretende-se caracterizar a avaliação feita pelas Comunidades Intermunicipais (CIM) sobre as políticas e dinâmicas regionais de cultura no período 2017-2021, bem como a sua visão estratégica para as políticas culturais do território até 2030.

Nesse sentido, iremos dinamizar um Grupo Focal na CIM do Alentejo Central de forma a que possamos:

- 1) Refletir sobre as políticas culturais desenvolvidas pela CIM desde 2017;
- 2) Refletir sobre a dimensão cultural do Programa Alentejo 2020;
- 3) Estimular a geração de ideias para a estratégia até 2030;
- 4) Reunir contributos sobre a dimensão cultural do próximo programa operacional.

Para a constituição deste Grupo Focal é fundamental a participação da CIM do Alentejo Central e dos parceiros com quem tem desenvolvido atividades e projetos. Deste modo, vimos solicitar a vossa colaboração no sentido de nos **indicar os elementos** que poderão integrar o referido grupo, tendo em conta os seguintes parâmetros:

- **Representantes de diferentes órgãos e serviços da CIM** – Conselho Intermunicipal, Assembleia Intermunicipal, Secretariado Executivo, Serviços Técnicos relacionados com Fundos Comunitários, e/ou Cultura, Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, Grupo de Trabalho Intermunicipal para a Cultura – Plataforma Cultural e Criativa do Alentejo Central. No **número máximo de três (3) pessoas**;
- **Representantes de municípios associados** que tenham participado em projetos e/ou atividades do setor cultural desenvolvidas pela CIM. No **número máximo dois (2) municípios**.
- **Representante de entidade/organização privada dos setores cultural e criativo** envolvida em algum projeto do Alentejo 2020 e/ou em algum projeto cultural dinamizado pela CIM. No **número máximo de uma (1) entidade/organização**.

Esta sessão será moderada pela equipa do OPAC, decorrerá através de plataforma digital *Zoom* de forma síncrona e terá uma duração estimada entre 90 e 120 minutos (duração máxima), com a gravação consentida da mesma sessão.

Solicitamos desta forma a indicação destes elementos até **dia xx de xxx de 2021**.

A data proposta para a realização do Grupo Focal é **xx de xxx de 2021** entre as **xxh e as xxh**.

Em síntese:

- **Confirmar participação no Grupo Focal em xx de xxx de 2021 às xxh. Zoom, duração máxima 2 horas;**
- **Definir participantes com representantes de diferentes órgãos e serviços da CIM; representantes de municípios associados; representante de entidade/organização privada dos setores cultural e criativo.**

9.7. Documento de apoio às entrevistas

Plano Regional de Cultura do Alentejo - Estudo Preliminar de Diagnóstico

Entrevista Individual - [Domínio Cultural]

[Nome do entrevistado] – [Qualidade do entrevistado]

INFORMAÇÃO AO PARTICIPANTE E DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Este documento serve para garantir que participa na Entrevista Individual [domínio cultural] referente ao estudo preliminar de diagnóstico tendo em vista informar a posterior definição do Plano Regional de Cultura do Alentejo para 2030, após ter sido devidamente informado/a e esclarecido/a acerca das condições de participação.

Pretende-se com a realização desta entrevista individual, os seguintes objetivos:

- 1) Refletir sobre as políticas culturais desenvolvidas na região desde 2017;
- 2) Refletir sobre a dimensão cultural do Programa Alentejo 2020;
- 3) Estimular a geração de ideias para a estratégia até 2030;
- 4) Reunir contributos sobre a dimensão cultural do próximo programa operacional.

Para a boa prossecução destes objetivos a sua participação, é essencial.

Este estudo é realizado pelo Observatório Português das Atividades Culturais (OPAC), sendo promovido pela Direção Regional de Cultural do Alentejo. A equipa do estudo é coordenada por José Soares Neves (CIES-Iscte) e Pedro Prista (Iscte-IUL), que poderá contactar caso pretenda esclarecer uma dúvida ou partilhar algum comentário através do mail opac.cies@iscte-iul.pt.

A entrevista será orientada por [nome do orientador] e terá a duração máxima de 90 minutos, em formato presencial, no Iscte-IUL, no dia [xxxx], com início às [xxxx].

Para facilitar a recolha e a análise da informação, pedimos a sua autorização para proceder à gravação desta sessão. O OPAC poderá contactá-lo/a novamente para confirmar e/ou obter novas informações. A informação recolhida é confidencial (apenas a equipa do Estudo Preliminar de Diagnóstico do Plano Regional de Cultura do Alentejo terá acesso) e será tratada e conservada de forma anónima.

Os resultados apenas serão divulgados no seu contexto científico (no Relatório do Estudo e em apresentações ou publicações), salvaguardando sempre o anonimato dos participantes. A equipa de investigação envolvida neste estudo garante que o material resultante do Grupo Focal será armazenado em local seguro, de forma anónima, durante pelo menos 5 anos.

A sua participação é completamente voluntária e a decisão de não participar, total ou parcialmente, não lhe trará qualquer prejuízo. Poderá desistir a qualquer momento e, se preferir, a informação já recolhida poderá ser imediatamente destruída.

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Declaro que:

- i) Recebi uma cópia deste documento;
- ii) Li e compreendi a informação que consta neste documento e que fui devidamente informado/a e esclarecido/a acerca dos objetivos e das condições de participação neste estudo;
- iii) Tive oportunidade de realizar perguntas e de ser esclarecido/a acerca de outros aspetos;
- iv) E que, como tal, aceito participar voluntariamente neste estudo.

Data: ____/____/____

O/a participante: _____

Pela equipa de investigação: _____

Agradecemos a sua participação.

9.8. Execução das entrevistas

Entidade	Dia	Hora	Entrevistador	Entrevistado
Federação das Bandas Filarmónicas do Distrito de Portalegre	4 de junho	16:00h	Sofia Macedo	Miguel Baptista. Presidente da Direção
Herdade do Esporão	14 de junho	16:00h	Sofia Macedo	João Roquette. Responsável pelo desenvolvimento de negócio da HE
Cátedra Unesco do Património Imaterial e Saber-Fazer Tradicional	15 de junho	15:00h	Sofia Macedo	João Brigola. Responsável pela Cátedra